

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional

JÉSSICA PRUDENTE

**TEMPO, TRABALHO E FOTOGRAFIA:
A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS REFLEXIVAS NOS JOGOS DE VERDADE DO
TRABALHO EM SAÚDE**



PORTO ALEGRE

2012

JÉSSICA PRUDENTE

**TEMPO, TRABALHO E FOTOGRAFIA:
A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS REFLEXIVAS NOS JOGOS DE VERDADE DO
TRABALHO EM SAÚDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jaqueline Tittoni

Porto Alegre

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional

Jéssica Prudente

TEMPO, TRABALHO E FOTOGRAFIA:
A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS REFLEXIVAS NOS JOGOS DE VERDADE DO
TRABALHO EM SAÚDE

Conceito final: _____

Dissertação aprovada em ____/____/____ para obtenção do título de mestre em
Psicologia Social e Institucional.

BANCA EXAMINADORA

Avaliador: Prof. Dr. Adolfo Pizzinato

Avaliadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Spanier Amador

Avaliadora: Prof^a. Dr^a. Nair Iracema Silveira dos Santos

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jaqueline Tittoni

AGRADECIMENTOS

Agradeço à banca examinadora pela disponibilidade e atenção na avaliação do trabalho. Em especial, agradeço à professora Fernanda Amador pela parceria neste percurso e pela inspiração que sua alegria e criatividade provocam...

Agradeço à professora e orientadora Jaqueline Tittoni, que me ensinou que o trabalho e a pesquisa andam juntos com a amizade, a ética e a delicadeza do olhar e dos afetos...

Aos trabalhadores da área 8 do Centro de Saúde Vila dos Comerciários, pela participação e construção deste processo. Em especial, agradeço à enfermeira Ana pelo acolhimento e investimento em um modo de trabalhar afetivo...

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, pela qualidade da formação.

Ao grupo de pesquisa e à todos os colegas desta trajetória, pelas conversas, risadas, aprendizados e trocas... Com carinho, agradeço à minha amiga Anna Luiza, que há muito tempo é uma alma companheira de jornada, pelos abraços, lágrimas, ouvidos, cafés, travessias e conversas... E à Lízia, pela doçura da escuta e das palavras...

Ao grupo de pesquisa em Saúde Coletiva da Unisinos onde iniciei minha trajetória no pesquisar, pelas oportunidades e contribuições. Ao professor Roque Junges, pela amizade e aprendizado e, em especial, à professora Lucilda Selli (*in memoriam*), para quem o pesquisar era um modo de viver e uma alegria.

À amiga e colega Raquel, pela amizade, pelas trocas e o apoio constantes, nos momentos de instabilidade e de calma...

À amiga Aline, pela amizade e carinho, mesmo distante...

Aos amigos e familiares, pelo apoio e compreensão em função do não comparecimento nas festas, aniversários, encontros e comemorações...

Principalmente, ao meu irmão Maurinho, à Adriana, à Julia e à Mariana, por “entenderem” esta distância...

Uma escrita também é feita de ausências necessárias...

Ao meu irmão Marcos, pela contribuição na tradução do resumo para o inglês...

À minha mãe, por me ensinar a acreditar na vida, no amor e em mim... Pelo café cheiroso, pelo abraço carinhoso e pelo coração sempre aberto...

Ao meu pai, pela parceria e pela capacidade intelectual, que permitiu discussões e reflexões muito ricas para a realização deste trabalho... por me instigar e me incentivar a continuar “correndo” neste caminho...

À Rochele, pelo carinho e amizade.

Ao André, pelo amor, confiança e tranquilidade que traz para minha vida.

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

(Michel Foucault)

RESUMO

Este estudo está inscrito na temática das políticas públicas em saúde e foi realizado a partir do acompanhamento de trabalhadores da atenção básica em saúde que trabalham em um Ambulatório Básico, na cidade de Porto Alegre-RS. Problematizando a política pública de saúde, formalizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como uma biopolítica que regula e controla a vida da população, pôde-se entender os trabalhadores e a pesquisadora como sujeitos produzidos nas relações de poder e nas condições de possibilidade deste campo, as quais reforçam um modelo biomédico, ambulatorial e higienista, diferente do modelo de saúde preconizado pelo SUS. O objetivo deste estudo foi visibilizar a produção de sujeitos a partir da provocação de práticas reflexivas sobre os modos de trabalhar e sobre si mesmos, tensionando visibilidades e dizibilidades. A discussão teórica está fundamentada nas noções de sujeito, ética, prática e biopolítica na obra de Michel Foucault e a metodologia está embasada na pesquisa intervenção e na intervenção fotográfica. Destaca-se que este estudo problematiza a pesquisa como exercício ético e a constituição do pesquisador como contemporâneo. A produção de imagens foi uma intervenção nas linhas de visibilidade e nos modos de ver, convocando um exercício de suportar um tempo de reflexão e de pensar sobre o trabalho a partir de uma implicação com a produção de fotografias sobre o trabalho. Estas produções evidenciaram uma ênfase no ambiente de trabalho precário, nos equipamentos, na prescrição e na lógica individualista das relações, reforçada por reclamações e queixas constantes sobre as condições de trabalho, em um contexto de reforma, greve e mudanças institucionais. Ainda, um analisador que se relacionou teórica, metodológica e analiticamente com todo o percurso da pesquisa foi o “tempo” e seus desdobramentos, tensionando suas relações com o espaço, o trabalho e o pesquisar.

Palavras-chave: Trabalho. Saúde. Prática reflexiva. Intervenção fotográfica. Pesquisa Intervenção.

ABSTRACT

This study is inserted in the public health policy landscape and was based on the follow-up of basic attention workers located in a Basic Ambulatory in the city of Porto Alegre, state of Rio Grande do Sul, Brazil. By problematizing the public health policy, formalized by the Unified Health System (SUS – *Sistema Único de Saúde*), as a biopolitics that regulates and controls the population's life, the understanding of the workers and the researcher as subjects produced by the power relations and possibilities of this field was possible, which reinforces a biomedical, ambulatory and hygienist model, different from the health model recommended by the SUS. This study's objective was to highlight the subject's production starting from the promotion of reflexive practices about the ways of working and about themselves, stressing visibilities and utterabilities. The theoretical discussion is based on the notions of subject, ethics, practices and biopolitics from Michel Foucault's work and the methodology is based on the intervention research and the photographic intervention. It is also highlighted that this study problematizes the research as an ethical exercise and the researcher's constitution as contemporaneous. The images' production was an intervention in the line of sight and ways of watching, calling for an exercise of reflection on time support and also of thinking the work from an implication's point of view using photography production about work. These productions showed an emphasis on precarious work environment, the equipments, prescriptions and the individualist logic of the relations, reinforced by complaints and constant protests about working conditions, in a context of reform, strikes and institutional changes. Additionally, an analyzer that related itself theoretically, methodologically, and analytically during the research course was the "time" and its deployments, stressing its relations with space, work and research itself.

Keywords: Work. Health. Reflexive practice. Photographic intervention. Intervention research.

LISTA DE SIGLAS

CSVC – Centro de Saúde Vila dos Comerciários

ESF – Estratégia Saúde da Família

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

Narrativa – Produção de si: sobre a análise de implicação.....	10
Tempo: movimento.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	12
SOBRE TRANSVERSALIDADES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS	
2 ENTRE CONCEITOS TRANSVERSAIS E ANÁLISES SE PRODUZ UM CON(TEXTO) TEÓRICO: SUJEITO, ÉTICA E PRÁTICA.....	15
2.1 Sujeito e liberdade: moral e prática de si, ética como prática reflexiva.....	16
2.2 Subjetividade, jogos de verdade e discurso.....	28
3 A POLÍTICA PÚBLICA EM SAÚDE COMO BIOPOLÍTICA.....	35
3.1 Biopolítica e governo.....	39
3.2 Trabalho na saúde: jogos de verdade e tecnologias do eu.....	43
3.3 Saúde como prática e a produção da ética.....	46
SOBRE A IMERSÃO, A INTERVENÇÃO E A INVENÇÃO DE UMA PESQUISA...	
4 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DA PESQUISA: ENCONTROS COM A ÁREA 8.....	51
5 SOBRE OS PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS QUE ORIENTARAM ESTE ESTUDO... 57	
5.1 A pesquisa intervenção como exercício ético e a metodologia como paraskeué.....	57
5.2 Fotografia/Imagem: imagem como produção e intervenção.....	64
5.3 Como a pesquisa aconteceu.....	70
5.3.1 O processo da pesquisa.....	74
SOBRE AS ANÁLISES...	
6 O PESQUISADOR COMO CONTEMPORÂNEO E A PESQUISA COMO ACONTECIMENTO: O TEMPO COMO ANALISADOR.....	82
6.1 Tempo, Produção e Reflexões: analisadores do processo.....	90
6.1.1 Visibilidades do trabalho: o que é “visto” como produção.....	92
6.1.2 Tempo e seus desdobramentos.....	95
a) O tempo e o trabalho no posto: a literatura e seus efeitos na análise.....	95
b) Diferentes tempos.....	99
c) Não ter tempo.....	100
d) O tempo como organizador do trabalho.....	101
e) Estações do ano e trabalho – demanda por produção e não por jornada de trabalho.....	105
f) Tempo de encontros e transformações: tempos possíveis.....	106
g) Atualização do tempo passado no presente e o por vir (diário de campo).....	107
6.1.3 Passagens: entre usuários, a equipe e a pesquisa.....	109
6.1.4 O “dentro”, o “entre” e o “fora”: vazio e excesso.....	111
6.1.5 Fragmentação do trabalho.....	118
6.1.6 Implicação com o trabalho.....	122
6.1.7 A exposição como intervenção.....	125
6.1.8 Divisão das oficinas (tempo): um analisador das relações de trabalho.....	126
a) Oficinas do turno da manhã e seus elementos de visibilidade.....	127
b) Oficinas do turno da tarde.....	130
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS.....	143

Narrativa – produção de si: sobre a análise de implicação

1



2



3



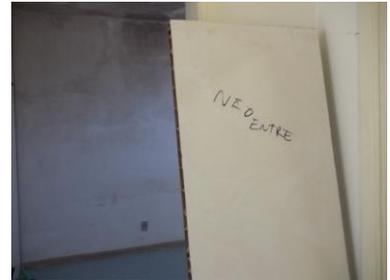
4



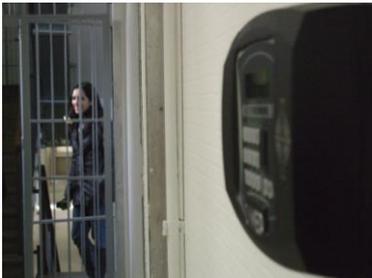
5



6



7



8



9



Implicação e produção de si

Tempo: movimento



Fotografia número 5

Saúde...

Tempo que não para...

Sempre para... outro

Sempre para... alguém

Sempre... nunca ninguém...

Tempo parado.

Tempo que é sempre o mesmo tempo...

Sempre... que é o mesmo tempo...

Tempo... que é o mesmo sempre...

Tempo de pesquisar... Tempo de suportar...

Suportar o tempo... a pesquisa...

Tempo-pesquisa. Pesquisa o tempo... o sempre...

o outro... o nunca... o alguém.. o mesmo... o parado e o que não para...

Para quem? Em que tempo?

Alguém pesquisa o tempo... É tempo de alguém. De quem?

De quem é o tempo? Quem tem tempo?

Só o pensamento tem...

E o pensamento sem tempo, como vem? Quem tem?

Tempesquisa. Pesquisa-campo. Pesquisampo.

Pensamento sem tempo pesa o momento...

Espaço... tempo... sempre... quando... nunca... em movimento.

Pensamento no tempo do sempre. Qual é o sempre do tempo? Movimento.

Jéssica Prudente

1 INTRODUÇÃO

Uma pesquisa não se faz apenas com referenciais teóricos, leituras, discussões metodológicas, seminários, textos e fotografias. Uma pesquisa, também, é feita de afetos, dúvidas, intuições, angústias e sensações que permeiam não só as relações acadêmicas, com colegas e orientadora, mas as relações com o campo de pesquisa e do pesquisador consigo mesmo. Nesse sentido, este estudo configura-se como uma escrita sobre uma experiência, que se constrói como experiência ao mesmo tempo em que é escrita. Tempo de escrever(se) e de transformar(se).

A trajetória pela saúde coletiva, pelas políticas públicas e pela clínica iniciada na minha graduação em psicologia produziu o interesse para refletir e pesquisar sobre o trabalho no contexto da saúde pública. Neste processo, foi fundamental ativar o espírito crítico e curioso, que busca experimentar, andar, olhar, fotografar, apertar as mãos, abraçar e estar disponível para as imprevisibilidades que as relações humanas proporcionam.

Na trajetória que segue, agora nesta dissertação, analisamos as políticas públicas articulando trabalho e saúde através, principalmente, da discussão do tempo e de seus efeitos nas experiências de trabalho, ressaltando as relações que pode estabelecer com o silêncio, espaço, ambiente de trabalho, e a tensão entre imagem e enunciado. Destacam-se, neste contexto, os jogos de verdade e as condições de possibilidade da produção de sujeitos e de modos de trabalhar, que configuram as reflexões sobre o trabalho.

Este estudo apresenta um referencial teórico de orientação para a inteligibilidade desta experiência e um modo de compreender o processo da pesquisa que constrói o próprio processo. A teoria opera na prática e permite que a trajetória da pesquisa seja construída na relação com o campo e com os sujeitos, abrindo espaços para os desvios, mudanças e alteridades que transformam o processo e os sujeitos. Atravessado pelas intensidades e afetos, o texto é construído pela análise de implicação, pela relação do sujeito pesquisador com os demais sujeitos na pesquisa, consigo mesmo e com o campo. Estas relações estão

evidenciadas nas narrativas fotográficas, na forma da escrita, na construção teórica e na escolha dos analisadores.

Outra discussão importante é a problematização sobre o pesquisador e o processo do pesquisar, entendendo a pesquisa como exercício ético. Este processo dá relevância às condições de possibilidade de construção da trajetória de pesquisa, encontrando embasamento na metodologia proposta pela pesquisa intervenção para a condução e investimento no processo de análise e de seus efeitos.

Este estudo possui algumas indicações de orientação para a leitura. O texto foi organizado de modo a ordenar o processo através de três “momentos” de orientação, como recomendações ao leitor para acompanhar o percurso da pesquisa e seguir sua trajetória. Estas três orientações são: “sobre transversalidades: perspectivas teóricas”, “sobre a imersão, a intervenção e a invenção de uma pesquisa” e “sobre as análises”.

A primeira orientação – “sobre transversalidades: perspectivas teóricas” – tem dois capítulos que problematizam e agenciam o referencial teórico da pesquisa. A transversalidade dos conceitos *sujeito*, *ética* e *prática* – capítulo 2 – articula e atravessa as discussões ao longo do texto. Ainda nesta primeira orientação da leitura, no capítulo 3, problematiza-se a política pública de saúde como uma biopolítica, discutindo o trabalho na saúde e a ética na relação com os jogos de verdade e as tecnologias do eu.

A segunda orientação – “sobre a imersão, a intervenção e a invenção de uma pesquisa...” – é constituída por dois capítulos, e trata da imersão no campo de pesquisa, da discussão da fotografia como produção e da perspectiva metodológica que constrói a intervenção. O capítulo 4 apresenta o campo de pesquisa e as condições de possibilidade dos encontros produzidos. O capítulo 5 problematiza a própria pesquisa intervenção como exercício ético, apresentando a perspectiva da fotografia e da intervenção fotográfica. Ainda, este capítulo indica como aconteceu o processo do pesquisar e quais recursos foram utilizados.

Por fim, a terceira orientação de leitura – “sobre as análises” – constituída pelo capítulo 6, discute a constituição de si do sujeito pesquisador (o pesquisador como contemporâneo) e a pesquisa como um acontecimento, evidenciando os analisadores do processo, na relação com o tempo, o trabalho, a produção e as reflexões. O capítulo 7 problematiza o que foi produzido e como as descontinuidades enfrentadas podem provocar novos estudos.

As narrativas fotográficas produzidas pela pesquisadora, a partir das fotografias feitas pelos trabalhadores, aparecem ao longo deste estudo como forma de evidenciar o processo de análise, que foi sendo construído na relação com as fotografias. Estas foram analisadas como podendo indicar as linhas de visibilidade e invisibilidade neste campo. Cabe destacar que o “tempo” é um analisador importante do percurso e da análise que está relacionado aos demais elementos teóricos, metodológicos e analíticos deste estudo. Esta visibilidade do “tempo” tem algo a dizer.

SOBRE TRANSVERSALIDADES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

2 ENTRE CONCEITOS TRANSVERSAIS E ANÁLISES SE PRODUZ UM CON(TEXTO) TEÓRICO: SUJEITO, ÉTICA E PRÁTICA

O campo teórico e analítico deste estudo tem como referência principal as ideias e problematizações de Michel Foucault, o que não exclui o uso dos conceitos e das proposições de autores que tenham relação com o tema. A construção de um (con)texto teórico pode servir como catalisador das práticas e como uma forma de potencializar e evidenciar questões da experiência da pesquisa, de modo a provocar reflexões.

Não há como hierarquizar conceitos ou defini-los em função de algum grau de importância ou origem. Eles estão colocados no texto em um jogo agonístico de construção e desconstrução de ideias, pois os limites entre uns e outros são claramente definidos, mas não pressupõem uma relação de exclusão; ao contrário, eles estão envolvidos e emaranhados por contornos permeáveis que permitem relações de coexistência. Rolnik (2006, p. 65) traz a ideia de que *“todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas”*, no contexto da prática do cartógrafo. Logo, o importante é que o texto permita mobilizar o pensamento, convide autor e leitor a discutir, refletir e desacomodar as ideias, desenhar e criar *múltiplas saídas*. Há uma ênfase no processo do texto e no que ele pode provocar.

Neste jogo de reflexões que vão, gradualmente, compondo um (con)texto teórico, destacam-se alguns conceitos que permitem relações e aproximações com diversas ideias, atravessando-as, quais sejam: sujeito, ética e prática. Propomos a transversalidade desses conceitos, os quais serão desenvolvidos ao longo deste estudo, como uma forma de articular e potencializar a discussão. Mas antes, o que vem a ser transversalidade? Para Baremlitt (1998, p. 38, grifo nosso):

A interpenetração a nível **instituinte**¹, produtivo, chama-se **transversalidade**, que se define também como uma dimensão da vida social e organizacional que não se reduz à ordem hierárquica da verticalidade nem à ordem informal da horizontalidade. Os efeitos da transversalidade caracterizam-se por criar dispositivos que não respeitam os limites das unidades organizacionais formalmente constituídas, gerando assim movimentos e montagens alternativos, marginais e até clandestinos às estruturas oficiais e consagradas.

O potencial produtivo da transversalidade, de não ser reduzida à hierarquia ou a horizontalidade é colocado nas noções de sujeito, ética e prática, as quais irão se estender por toda a pesquisa, gerando tensões e movimentos. Esta perspectiva já indica um ponto de vista teórico e metodológico importante, a saber, a referência a um campo analítico e conceitual, designando que as discussões estarão articuladas com problematizações sobre e em torno dessas concepções.

2.1 Sujeito e liberdade: moral e prática de si, ética como prática reflexiva

Começamos então pelo sujeito, porque é, também, da produção dos sujeitos que esta pesquisa se ocupa. Considerando que a noção de sujeito atravessa não só o campo teórico, mas o campo de intervenção e a discussão metodológica, ela mostra-se como um bom modo de iniciar este percurso. Foucault (1982 in DREYFUS & RABINOW, 2010c), no texto “O Sujeito e o Poder”, faz uma síntese de sua obra afirmando que seu trabalho lidou com três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. O primeiro é a objetivação do sujeito no discurso; o segundo é constituído pelas práticas divisoras, nas quais o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros; e o terceiro modo de objetivação é o modo pelo qual um ser humano se torna e se reconhece como um sujeito.

Cada cultura, segundo Foucault, estabelece distintos modos de subjetivação (FOUCAULT, 1982 in DREYFUS & RABINOW, 2010c). Nesse sentido, são as formas de poder que se estabelecem nas coletividades, as quais, em última instância, produzem os indivíduos e os transformam em sujeitos. Para ele, não é o poder e sim

¹ Definição de instituinte: “Então, a estes momentos de transformação institucional, a estas forças que tendem a transformar as instituições ou também a estas forças que tendem a fundá-las (quando ainda não existem), a isso se chama o *instituinte*, forças instituintes. São as forças produtivas de códigos institucionais” (BAREMBLITT, 1998, p. 32, grifo do autor).

o sujeito que configura o tema geral da sua pesquisa. De acordo com Foucault (1982 in DREYFUS & RABINOW, 2010c, p. 278, grifo do autor).

Essa forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata, que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito ao outro através do controle e da dependência, e ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita.

Partindo dessa ideia, o sujeito é sempre “sujeito a alguma coisa ou a alguém”. Neste caso, sujeito às relações de poder (pelo controle e dependência), o que configura um assujeitamento, e sujeito a sua própria identidade, devido à racionalidade. Segundo Foucault (1984 in FOUCAULT, 1996, p. 108, tradução nossa), o sujeito “não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma”. O sujeito, nesta concepção, é produto e produtor das relações de poder, as quais produzem modos diferentes de sujeito e de subjetivação ao longo da história, operando transformações. O que interessa ao autor é “precisamente, a constituição histórica destas diferentes formas de sujeito, em relação aos jogos de verdade” (FOUCAULT, 1984 in FOUCAULT, 1996, p. 109, tradução nossa).

Esta perspectiva de análise do poder difere de um entendimento hierárquico e institucional do poder: onde o poder não é visto como uma relação (operando no nível das ações), mas como um “objeto” com estatuto ontológico próprio, tal como aparece na linguagem natural, na qual alguns têm poder e outros não. O poder configura e constitui as relações e é uma condição de possibilidade de produção de sujeitos.

Segundo o autor, “aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação” (FOUCAULT, 1982 in DREYFUS & RABINOW, 2010c, p. 287). O poder, nesta concepção, configura-se como uma prática e só existe na relação entre as ações. São elementos indispensáveis de uma relação de poder: que o “outro” seja reconhecido e mantido como sujeito da ação até o fim; e que diante dessa relação seja possível um campo de respostas e invenções. Tal concepção inclui a

liberdade como constituinte das relações de poder, um elemento importante dessas relações:

O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades em que diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se, então, de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar (FOUCAULT, 1982 in DREYFUS & RABINOW, 2010c, p. 289).

Foucault recusa o objetivo de construir uma teoria do poder, ou sobre o poder, pois isto implicaria em determinar uma gênese, uma origem ou uma causa com suas deduções e consequências. Para ele, “se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado [...] de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações de poder” (FOUCAULT, 2010a, p. 248).

Esta analítica das relações de poder pode se referir a diversos campos (institucionais, discursivos, históricos, políticos, culturais, entre outros) desde que sejam entendidos enquanto práticas, como campos de ações sobre ações nos quais se produzem sujeitos. Uma das visibilidades dessas relações em um campo de poder se configura pela tensão entre o sujeito moral e a ética.

De acordo com Foucault (1994, p. 26), “por moral entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc”. Segundo o autor, essas regras e valores podem estar organizadas e formuladas de forma coerente e explícita ou podem ser transmitidas de maneira difusa. Ainda, por moral “entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos [...]” (FOUCAULT, 1994, p. 26), designando a maneira pela qual os indivíduos se relacionam, das mais variadas formas, com essas regras e valores.

A moral, assim, está ligada ao modo pelo qual é necessário conduzir-se, ou seja, “[...] a maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral,

agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código” (FOUCAULT, 1994, p. 27). Nesse sentido, pode-se pensar que:

Dado um código de ação, e para um determinado tipo de ações (que se pode definir por seu grau de conformidade ou de divergência em relação a esse código), existem diferentes maneiras de “se conduzir” moralmente, diferentes maneiras, para o indivíduo que age, de operar não simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação (FOUCAULT, 1994, p. 27).

Assim, o sujeito moral vai ser produzido em função do modo como cada indivíduo “se conduz” nos jogos de verdade² constituintes das relações de poder. Em um determinado jogo de verdade sempre existe “a possibilidade de descobrir algo distinto e de mudar mais ou menos uma determinada regra, e inclusive às vezes de mudar em sua totalidade o jogo de verdade” (FOUCAULT, 1984 in FOUCAULT, 1996, p. 119, tradução nossa). Dessa forma, a produção do sujeito moral está ligada à relação do indivíduo com as regras e valores e também à relação consigo mesmo, para tentar transformar-se em sujeito moral de sua própria conduta, atitude que Foucault designa como elaboração do trabalho ético³.

O sujeito moral e a ética são indissociáveis, pois por mais rígidos que sejam os códigos e as prescrições, a experiência do sujeito em relação a essas regras e a forma de relação consigo mesmo será sempre singular. Assim:

Não existe ação moral particular que não se refira à unidade de uma conduta moral; nem conduta moral que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral; nem tampouco constituição do sujeito moral sem “modos de subjetivação”, sem uma “ascética” ou sem “práticas de si” que as apoiem. A ação moral é indissociável dessas formas de atividades sobre si, formas essas que não são menos diferentes de uma moral a outra do que os sistemas de valores, de regras e de interdições (FOUCAULT, 1994, p. 28-29).

Foucault afirma que a moral pode constituir-se e compor-se tanto em função dos códigos de comportamento, quanto em função das formas de subjetivação. Essa relação não acontece de forma dissociada, mas esses modos podem se desenvolver com uma relativa autonomia (FOUCAULT, 1994). Segue-se disso que, em algumas morais, a ênfase é dada ao código e à possibilidade de abranger todos os campos

² A noção de “jogos de verdade” será desenvolvida posteriormente.

³ Foucault (1994, p. 27-28, grifo do autor) afirma que “existem diferenças possíveis nas formas de *elaboração do trabalho ético* que se efetua sobre si mesmo, não somente para tornar seu próprio comportamento conforme a uma regra dada, mas também para tentar se transformar a si mesmo em sujeito moral de sua própria conduta”.

de comportamento, sendo que “nessas condições, a subjetivação se efetua, no essencial, de uma forma quase jurídica [...]” (FOUCAULT, 1994, p. 29). Bom exemplo disso é dado pela moral cristã que atravessa todas as relações que produzem os modos de subjetivação no cristianismo, tendo como objetivo, a salvação da alma. Pode-se, também, pensar em morais cuja importância está centrada nas formas de subjetivação e nas práticas de si, dando destaque “[...] às formas das relações consigo, aos procedimentos e às técnicas pelas quais são elaboradas, aos exercícios pelos quais o próprio sujeito se dá como objeto a conhecer, e as práticas que permitam transformar seu próprio modo de ser” (FOUCAULT, 1994, p. 30).

Nestas condições, não há um confronto entre liberdade e poder, onde ambos se encontram numa relação de mútua exclusão, mas a liberdade do sujeito e das coletividades é condição constitutiva das relações de poder. Nas problematizações de Foucault, a liberdade é tratada como práticas de liberdade: “por isto insisto mais nas práticas de liberdade que nos processos de liberação que, há de ser dito uma vez mais, têm seu espaço, mas que não podem por si mesmos, a meu juízo, definir todas as formas práticas de liberdade” (FOUCAULT, 1984 in FOUCAULT, 1996, p. 95-96, tradução nossa). Logo, a noção de liberdade também está colocada como prática.

Sobre as práticas de liberação, Foucault afirma que estas constituem um tema complexo e devem ser tratadas com uma certa precaução, pois podem facilmente provocar um equívoco remetendo a uma concepção de que existe uma essência, uma natureza humana que tem sido alienada e reprimida como consequência dos processos históricos⁴. Assim, a liberação seria uma forma de o homem reconciliar-se consigo mesmo e com sua própria natureza. No entanto, as práticas de liberação não são suficientes para definir as práticas de liberdade (FOUCAULT, 1984 in FOUCAULT, 1996, tradução nossa). Segundo o autor:

⁴ Sobre a hipótese repressiva ler FOUCAULT, Michel, 2009. “História da Sexualidade. v. 1 – A vontade de saber”.

Com isto não quero dizer que a liberação, ou melhor, determinadas formas de liberação, não existam: quando um povo colonizado tenta liberar-se de seu colonizador, estamos diante de uma prática de liberação no sentido estrito. Mas sabemos muito bem que, também neste caso concreto, esta prática de liberação não basta para definir as práticas de liberdade que serão a continuação necessária para que este povo, esta sociedade e estes indivíduos possam definir formas válidas e aceitáveis de existência ou formas válidas e aceitáveis no que se refere a sociedade política (FOUCAULT, 1984 in FOUCAULT, 1996. p. 95, tradução nossa).

A liberdade, nesse sentido, não pressupõe um indivíduo autônomo e concretamente livre, visto que o sujeito é sempre sujeito a algo ou alguém. A ética afirma a possibilidade de reflexão sobre o exercício de liberdade nas relações de poder, pois: “a liberdade é a condição ontológica⁵ da ética [no sentido de fundamento real, substrato]. Mas a ética é a forma reflexiva que adota a liberdade” (FOUCAULT, 1984 in 1996, p. 98, tradução nossa). Como aponta Foucault (1984 in FOUCAULT, 1996, p. 98, tradução nossa): “o que é a ética se não a prática da liberdade, a prática reflexiva da liberdade?”.

O que “é” ou o que “pode ser”, então, a ética entendida como prática reflexiva de liberdade? Entender a ética como uma prática reflexiva constitui uma inversão em relação à ideia tradicional de ética. Segundo Cortina e Martínez (2009, p. 17), “ética é a ciência prática que possui a finalidade de justificar racionalmente a vida moral dos seres humanos e refletir sobre as distintas Morais que guiam diferentes coletividades ao longo do tempo”. Entretanto, com a concepção de prática reflexiva apresentada por Foucault, a ética não seria apenas reflexão, como uma contemplação do mundo, mas uma atitude ativa, uma prática⁶. Compõe-se, então, um encadeamento entre duas noções transversais deste estudo, além do sujeito: ética e prática. Sobre a noção de prática é importante evidenciar que:

⁵ Esta condição ontológica não pode ser entendida de modo objetificado, reificado: só existe ética quando há liberdade, só há liberdade quando há resistência, escolhas e deslocamentos dos sujeitos. Logo, a liberdade é um pressuposto *a priori* da ética que não pode ser demonstrado, mas reivindicado como uma “condição de possibilidade” da ética.

⁶ Cortina utiliza o termo ética para designar uma meta reflexão sobre a Moral (regras de conduta) e a moral, em minúsculo, seria a prática do agente. Foucault toma este termo no sentido de moral em minúsculo, como uma prática: o modo pelo qual o sujeito diante de sua formação Moral, atua de modo concreto, nesse domínio refletindo sobre suas condições.

[...] os tipos de práticas não são apenas comandados pela instituição⁷, prescritos pela ideologia ou guiados pelas circunstâncias – seja qual for o papel de uns e de outros –, mas que eles têm, até certo ponto, sua própria regularidade, sua lógica, sua estratégia, sua evidência, sua “razão”. Trata-se de fazer a análise de um “regime de práticas”⁸ – as práticas sendo consideradas como o lugar de encadeamento do que se diz e do que se faz, das regras que se impõem e das razões que se dão, dos projetos e das evidências (FOUCAULT, 1980 in FOUCAULT, 2003b, p. 338).

Esta noção de “prática” como lugar de encadeamento entre o que se diz e o que se faz, que tem, de certa forma e até certo ponto, sua própria regularidade e sua própria razão, não está desvinculada das relações do sujeito consigo mesmo, assim como “a ação moral é indissociável dessas formas de atividades sobre si [...]” (FOUCAULT, 1994, p. 29). Nos agenciamentos potencializados por diversas práticas, em um campo de poder, os sujeitos podem operar transformações sobre si mesmos, configurando práticas de si.

Ao problematizar o conceito de prática nas obras de Foucault com a finalidade de desenvolver uma definição, Castro (2009, p. 337) afirma que “[...] apesar da importância que esse conceito tem em suas obras, não encontramos nelas nenhuma exposição detalhada do conceito de prática; é necessário reconstruí-lo com base em outras indicações”. Por esse motivo, dado um campo de ações no qual os sujeitos agem uns sobre as ações dos outros, eles também agem sobre si mesmos. Dessa forma, na noção de prática deste estudo articula-se o dizer, o fazer, e as práticas de si.

A noção de prática de si está ligada às problematizações do cuidado de si na Antiguidade, designando exercícios, operações e formas de relação do sujeito consigo mesmo, com o objetivo de preparar-se para os acontecimentos da vida e transformar-se. Ao longo da história, com a emergência das instituições religiosas, principalmente do cristianismo, estas práticas passaram a ter uma conotação negativa que estaria ligada ao egoísmo, ao hedonismo e a uma exaltação narcísica

⁷ Segundo Baremlitt (1998, p. 27; 29, grifo do autor): “as instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser *leis*, podem ser *normas* e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser *pautas*, regularidades de comportamentos. [...] as instituições são entidades abstratas, por mais que possam estar registradas em escritos ou tradições”.

⁸ Para Foucault (1980 in FOUCAULT, 2003b, p. 338), “Analisar “regimes de práticas” é analisar programações de conduta que têm, ao mesmo tempo, efeitos de prescrição em relação ao que se deve fazer (efeitos de “jurisdição”) e efeitos de codificação em relação ao que se deve saber (efeitos de “veridicidade”)”.

de si mesmo. No entanto, neste período estas práticas estavam vinculadas à possibilidade do sujeito refletir sobre si, ocupar-se de si mesmo a fim de transformar sua vida em obra de arte, em uma existência que pudesse ser lembrada⁹. Segundo Foucault (1994, p. 30, grifo do autor), “as reflexões morais na Antiguidade grega ou greco-romana foram muito mais orientadas para as práticas de si, e para a questão da *askesis*, do que para as codificações de condutas e para a definição estrita do permitido e do proibido”.¹⁰

A problematização sobre o “si” e sobre as relações do sujeito consigo mesmo possui, de forma geral, quatro aspectos importantes. O primeiro está relacionado com a configuração da substância ética¹¹, ou seja, qual elemento do comportamento do sujeito relaciona-se à conduta moral, constituindo-se em material possível de ser trabalhado pela ética. O segundo tem ligação com o modo de sujeição, ou seja: sobre como o sujeito reconhece as prescrições e ordens morais e se conduz diante destas; de que modo se sujeita a este jogo. O terceiro designa os modos pelos quais nos transformamos e nos modificamos para nos tornarmos sujeitos éticos, conformando um certo tipo de ascese e de prática de si. Por fim, o quarto elemento está relacionado com a finalidade da conduta moral, com a teleologia dos comportamentos ligados a moral em função do modo de ser que se almeja alcançar (FOUCAULT, 1983 in DREYFUS & RABINOW, 2010d).

Diferente de uma prática ligada a uma moral específica e à reprodução de certos valores e regras, a prática reflexiva é uma experiência singular do sujeito, a qual possui sua própria estratégia e sua razão. É uma prática reflexiva, pois

⁹ Para Foucault (2007, p. 46-47, grifo do autor): “[...] o que se marca nos textos dos primeiros séculos – mais do que novas interdições sobre os atos – é a insistência sobre a atenção que convém ter para consigo mesmo; é a modalidade, amplitude, a permanência, a exatidão da vigilância que é solicitada; é a inquietação com todos os distúrbios do corpo e da alma que é preciso evitar por meio de um regime austero; é a importância de se respeitar a si mesmo, não simplesmente em seu próprio *status*, mas em seu próprio ser racional, suportando a privação dos prazeres ou limitando o seu uso ao casamento ou à procriação”.

¹⁰ Os antigos não desenvolveram uma Moral deontológica, tal como ocorreu com o cristianismo (ex.: mandamentos de Deus). Para os antigos tratava-se de desenvolver ao máximo as potencialidades humanas no domínio ético por meio de exercícios físicos e espirituais que desenvolvessem ao máximo as virtudes morais: justiça, temperança, coragem, auto-domínio, auto-suficiência, entre outras.

¹¹ Para Foucault (1983 in DREYFUS & RABINOW, 2010d, p. 308, grifo do autor), “Nem sempre é a mesma parte de nós ou de nosso comportamento que é relevante para o juízo ético. Isso é o que chamo de substância ética (*substance éthique*)”.

pressupõe ações ativadas pelos sujeitos. Entretanto, tais ações não são meras continuidades e repetições da moral vigente. São práticas que passam por reflexão e pensamento sobre si e sobre o mundo, e sobre este “si” no mundo. Nesse sentido, apresentam potencial de transformar as relações e os próprios sujeitos.

A ética, entendida como prática reflexiva de liberdade, pode constituir essa dimensão da prática que foge às convenções e regras, passando por um trabalho reflexivo do sujeito sobre si mesmo e sobre a possibilidade de ser livre. Esta concepção de ética pressupõe um sujeito que se pergunta sobre a produção da liberdade e está relacionada com o questionamento de como acontece a reflexão sobre as questões de poder que produzem uma determinada condição de sujeito. A ética, enquanto possibilidade de exercício de liberdade nas relações de poder, não pode produzir práticas totalizadoras nem obedecer a uma moral específica (que oferece um código rígido para a conduta), pois não abriria espaço para a criação, para a invenção e para a experiência singular do sujeito. Esta prática é provocada por condutas que mobilizam o pensamento e é produtora de subjetividade.

Faz-se importante destacar que o conceito de “práticas reflexivas” geralmente é entendido em seu sentido positivo, produtivo, ligado a potencialidade de mudança, criação e transformação por meio das reflexões dos sujeitos sobre si e sobre suas condições de sujeição. Pode-se pensar que esta associação deve-se ao fato de que Foucault, ao problematizar tal concepção, está se referindo ao cuidado de si na Antiguidade. Nesse contexto, o cuidado de si estava ligado a ideia de transformação da vida em obra de arte a partir das práticas de si dos sujeitos, para que estes pudessem sustentar discursos verdadeiros e ser objeto desses discursos.

Entretanto, as “práticas reflexivas” dependem dos jogos de verdade e das condições de possibilidade de determinados campos de prática. Nesse sentido, a reflexão sobre si e sobre mundo pode se desenvolver estando ligada a um conjunto de regras e prescrições, a certos tipos de “morais” mais ou menos rígidos, como acontece no cristianismo, por exemplo, e em tantos outros modos de subjetivação presentes na história e na cultura.

Dessa forma, não é possível afirmar se, em determinadas práticas, há ou não há reflexões produzidas pelos sujeitos, pois isso seria um reducionismo e uma simplificação dessas operações. Pode-se, sim, problematizar se estas reflexões estão ligadas ao exercício de liberdade e de transformação de si, ou se elas acontecem de um modo específico, em conformidade com os códigos, as regras, os valores e as ideologias.

A ética compõe os processos de produção de sujeitos, e é agenciadora dos processos de subjetivação. O cuidado de si pressupõe uma prática reflexiva sobre si e sobre o mundo, não só de modo narcísico, mas na forma de alteridade. Desse modo, o cuidado de si constitui uma ética como estética da existência, com potencial transformador. A cultura grega e greco-latina são exemplos de momentos em que o ser humano “problematiza o que ele é, o que faz e o mundo em que vive” (FOUCAULT 1983 in FOUCAULT, 2006b, p.198). Estas problematizações estavam ligadas a um conjunto de práticas chamadas de “artes da existência”, que tiveram importância nas diferentes conjunturas sociais:

[...] práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 1983 in FOUCAULT, 2006b, p. 198-199).

A noção de *epiméleia heautoû* (que é correspondente à noção de cuidado de si), segundo Foucault (2006d), designa múltiplas relações e sentidos que foram se modificando ao longo do tempo e da história, entre os quais destacam-se: 1º) um modo de estar no mundo, uma atitude para consigo, para com os outros e para com o mundo; 2º) uma certa forma de olhar, de atenção, uma conversão do olhar do exterior para si mesmo; 3º) designa práticas, ações de si para consigo, pelas quais “nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos” (FOUCAULT, 2006d, p. 15). Esta noção é importante na história das práticas de subjetividade, configurando um conjunto que define modos de ser, atitudes, formas de atenção, reflexão e práticas (FOUCAULT, 2006d).

Foucault apresenta duas hipóteses importantes sobre o privilégio, em nossa cultura, do “conhece-te a ti mesmo” (*gnôthi seautón*) em detrimento do cuidado de si, pois o primeiro acabou ganhando maior visibilidade na história do pensamento ocidental, e o segundo foi se tornando obscuro e marginalizado. A primeira hipótese é a de que esses preceitos existenciais do cuidado de si foram sendo tomados como fundamentos de uma moral, e com o passar do tempo, incorporados na moral religiosa cristã na forma de uma renúncia a si. Logo, nesta primeira hipótese, o cuidado de si ganhou contornos narcisistas e de uma exaltação de si mesmo, contribuindo para a emergência do indivíduo na moral moderna e para a configuração do pensamento na modernidade (FOUCAULT, 2006d).

É importante ressaltar, nesta discussão, a concepção de modernidade e a relação que esta inaugura com o tempo, diferente da relação que era estabelecida pelos antigos. Nesse sentido, a modernidade é marcada pelo cristianismo com as diversas transformações operadas em relação ao cuidado de si, produzindo modos de subjetivação ligados a esta moral cristã. Com a modernidade¹² emerge um significado, uma interpretação e uma teleologia do tempo e da história regulados pelo cristianismo.

A segunda hipótese está relacionada com o que Foucault designa como “momento cartesiano”, que contribuiu para uma ênfase em relação ao “conhece-te a ti mesmo” e uma consequente desqualificação do cuidado de si. A relação consigo mesmo e com o mundo, nesta lógica, está ligada à consciência e à razão como condição de existência do sujeito. Neste sentido, “colocando a evidência da existência própria do sujeito no princípio do acesso ao ser” (FOUCAULT, 2006d, p.

¹²De acordo com Kumar (1997, p. 79-80), “a modernidade, por conseguinte, é uma invenção da Idade Média cristã. [...] O mundo antigo era pagão, o moderno, cristão. Isto é, o primeiro estivera envolvido em trevas, o último fora transformado pelo aparecimento de Deus entre os homens sob a forma de seu filho, Jesus Cristo. Com Cristo, todo o significado da história humana foi alterado – ou melhor, deveríamos dizer, pela primeira vez se atribuiu um significado à história. O cristianismo deu novo alento à idéia de tempo e história. Derrubou a concepção naturalista do mundo antigo, segundo a qual o tempo era visto no espelho da mudança cíclica das estações, na alternância interminável entre dia e noite, ou nos ciclos reprodutivos de nascimento, morte e novo nascimento. [...] O cristianismo, utilizando a herança messiânica judaica, infundiu significado e finalidade no tempo ao concentrar-se em um evento, irrepetível e incomparável, ao qual deu uma importância única: a vinda de Cristo. Com Cristo, algo inteiramente novo acontecera no mundo. O tempo, a partir desse momento, estava dividido de forma irrevogável entre o tempo “antes” e “depois de Cristo”. O passado, o presente e o futuro foram ligados em uma sequência compreensível”.

18), o conhecimento de si tornou-se uma forma de acesso necessário e fundamental à verdade (FOUCAULT, 2006d). Com isso Foucault refere-se ao fato de que, como visto no comentário acima, houve um deslocamento no regime de verdade: da verdade ética dos antigos, passou-se à verdade técnica do discurso racionalista da ciência teórica da qual Descartes é um dos maiores exemplos da veridicção técnica, pois era um matemático.

O cuidado de si é uma ética que articula o si e o mundo, e por isso ela é distinta do conhecimento de si; engloba o conhecimento de si, pois implica uma série de atitudes e reflexões que passam pelas experiências do sujeito ao longo de sua vida e não apenas pela razão e pela objetivação do sujeito no campo do conhecimento. O cuidado de si, na antiguidade, supõe o exame e a busca da temperança sobre as emoções e as paixões humanas, que não estão sob a tutela da razão teórica.

No campo de pesquisa em questão, e na vida em geral, este modo de relação evidenciado pelo conhecimento de si é predominante, marcando e designando não só os modos de relação entre os sujeitos, mas entre estes e as formas de inserção na esfera produtiva (trabalho) e de se conduzir em relação aos outros. Por outro lado, a perspectiva das intervenções e das análises desta pesquisa tem seu fio condutor nas reflexões que a noção do “cuidado de si” convoca e problematiza.

A noção de cuidado de si (*epiméleia heautoû*) está relacionada com práticas do sujeito sobre si mesmo pelas quais opera transformações. Nesse sentido, a ideia de transformar-se liga-se à noção de experiência, que pode ser entendida como “a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 1994, p. 10). Esta noção de experiência é uma forma de relacionar esses três eixos que constituem a genealogia, configurando-a como uma prática e uma ascese, que opera transformações. Dessa forma, “a experiência constitui algo do qual se sai transformado. A experiência constitui uma práxis espiritual ou ascética, ou seja, as transformações que deve experimentar o sujeito para alcançar outra forma de ser” (ORTEGA, 1999, p. 43).

Foucault apresenta outra definição interessante da noção de experiência, relacionada à anterior, referindo-se aos três campos de análise predominantes na trajetória do seu pensamento: o da loucura, o da delinquência e o da sexualidade. Dessa forma, segundo o autor, “trata-se na realidade de diferentes exemplos nos quais estão implicados os três elementos fundamentais de toda experiência: um jogo de verdade, das relações de poder, das formas de relação consigo mesmo e com os outros” (FOUCAULT, 1984 in FOUCAULT, 2006c, p. 231). Nesse sentido, em cada campo de análise há a predominância de um desses três aspectos da experiência, convocando uma relação com os outros elementos.

2.2 Subjetividade, jogos de verdade e discurso

Para Foucault, a subjetividade também é produzida nas relações de poder, “se por esta palavra [subjetividade] se entende a maneira como o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade no que tem relação consigo” (FOUCAULT, 1984 in FOUCAULT, 1999, p. 365, tradução nossa). No que concerne aos modos de subjetivação, trata-se de definir a posição do sujeito nas relações de poder, destacando as condições às quais ele está submetido. Para Foucault (1984 in FOUCAULT, 1999, p. 364, tradução nossa):

A questão é determinar o que deve ser o sujeito, a que condição está submetido, que estatuto deve ter, que posição tem de ocupar no real ou no imaginário, para chegar a ser sujeito legítimo de tal ou qual tipo de conhecimento; em poucas palavras, se trata de determinar seu modo de subjetivação.

Ao mesmo tempo, Foucault apresenta uma ligação, um desenvolvimento mútuo dos modos de subjetivação e dos modos de objetivação (ideia apresentada no início da discussão deste estudo sobre a noção de sujeito e sobre três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos). Nesse sentido, segundo Foucault (1984 in FOUCAULT, 1999, p. 364, tradução nossa):

[...] a questão é também determinar em que condições algo pode chegar a tornar-se um objeto para um conhecimento possível, como tem sido capaz de ser problematizado como objeto a ser conhecido, a que procedimento de recorte pode ser submetido e que parte dele tem sido considerada pertinente. Trata-se, portanto, de determinar seu modo de objetivação [...].

Da reciprocidade e do vínculo de coexistência dos modos de subjetivação e dos modos de objetivação emergem os jogos de verdade (FOUCAULT, 1984 in FOUCAULT, 1999, tradução nossa). Foucault (1984 in FOUCAULT, 1996, p. 118, tradução nossa) afirma que “não se pode de modo algum dizer que os jogos de verdade são algo mais do que jogos de poder”. Os jogos de verdades são produzidos nas relações de poder. Eles constituem um conjunto de regras de produção de verdade que vão, ao longo da história e nos diferentes contextos, evidenciando resultados (discursos) que são considerados válidos ou não, vencedores ou perdedores, verdadeiros ou falsos pelos grupos, comunidades, pela cultura e pela sociedade. O que o sujeito pode dizer está subordinado a questão do verdadeiro e do falso (FOUCAULT, 1984 in FOUCAULT, 1996). Foucault (1984 in FOUCAULT, 1996, p. 118, grifo do autor), sobre a noção de jogo¹³, apresenta a ideia a seguir:

A palavra *jogo* pode induzir a erro: quando falo de *jogo* me refiro a um conjunto de regras de produção da verdade. Não se trata de um jogo no sentido de imitar ou de fazer *como se*: é um conjunto de procedimentos que conduzem a um determinado resultado que pode ser considerado, em função de seus princípios e de suas regras de procedimento, como válido ou não, como vencedor ou perdedor.

A análise dos jogos de verdade em relação a diferentes campos de saber e de poder constitui um dos objetivos principais na obra de Foucault. Nesse sentido, em relação aos estudos sobre como o ser humano se torna e se reconhece como sujeito, neste campo da ética, o autor coloca a necessidade de “estudar os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito” (FOUCAULT, 1994, p. 11).

No campo da pesquisa, a análise dos jogos de verdade produzidos nas relações de poder, configura problematizações importantes e fundamentais deste estudo, pois pode indicar o que é considerado como verdadeiro ou válido neste local, bem como seus efeitos. Os regimes de verdade que se evidenciam neste espaço podem designar, por exemplo, o que é ser trabalhador, além disso, o que é ser trabalhador da saúde, e ainda, trabalhador da saúde e servidor público; designar

¹³No livro “A Coragem da Verdade” (FOUCAULT, 2004), Foucault se afasta da noção de jogos de verdade e utiliza a expressão “regime de verdade”. Para efeitos deste estudo será utilizada a noção de jogo de verdade.

como acontece a experiência de ser trabalhador da saúde neste local. Estas relações e discussões sobre os jogos de verdade no processo de pesquisa serão analisadas posteriormente.

Faz-se importante problematizar a concepção de discurso, a fim de ampliar a discussão sobre os jogos de verdade. A noção de discurso é bastante ampla e diversificada ao longo da obra de Michel Foucault, pois acompanha as transformações epistemológicas e metodológicas do percurso teórico do autor. Segue-se disso que, para efeitos deste estudo, aponta-se como referência a noção de discurso apresentada nas obras que discutem a ética e os processos que problematizam como um ser humano se torna e se reconhece como sujeito. Nestas, Foucault discute e analisa a função do discurso como formador de subjetividade.

Na época clássica e na época helenística, a noção de discurso é configurada pela ascese filosófica, tendo como objetivo fundamental a constituição do sujeito e de sua própria existência, e não a renúncia a si, como ocorre na ascese cristã, tal como foi visto acima. Trata-se, então, de dotar-se de algo que não se tem por natureza, ou seja, constituir para si um equipamento para lidar com as possibilidades de acontecimentos da vida. A isso os gregos denominavam *paraskeué* (FOUCAULT, 2006d). Este tipo de ascese tem por princípio ligar o indivíduo à verdade, conformando uma noção importante de discurso:

[...] a ascese é o que permite, de um lado, adquirir os discursos verdadeiros, dos quais se tem necessidade em todas as circunstâncias, acontecimentos e peripécias da vida, a fim de se estabelecer uma relação adequada, plena e acabada consigo mesmo; de outro lado, e ao mesmo tempo, a ascese é o que permite fazer de si mesmo o sujeito destes discursos verdadeiros, é o que permite fazer de si mesmo o sujeito que diz a verdade e que, por esta enunciação da verdade, encontra-se transfigurado, e transfigurado precisamente pelo fato de dizer a verdade (FOUCAULT, 2006d, p. 400).

Nesta concepção, a noção de discurso está ligada a ética como uma arte de viver, que consiste em “equipar” o sujeito para que ele possa sustentar um discurso

verdadeiro sobre si¹⁴. O sujeito não só adquire estes discursos verdadeiros, mas torna-se, pela ascese, sujeito destes discursos, transformando-se.

Além desta definição, outras noções importantes também reforçam a ideia de discurso como uma prática e ainda apontam o discurso como relativo a determinados campos de saber (CASTRO, 2009). Neste sentido, as práticas discursivas não são apenas modos de produção de discursos, pois configuram-se em conjuntos técnicos, em instituições, modelos e formas de comportamentos, em tipos de transmissão, que simultaneamente as impõem e as mantêm (FOUCAULT, 1997a). Ainda, uma das primeiras noções de discurso¹⁵ apresentadas por Foucault pode ser encontrada no livro *Arqueologia do Saber* referindo-se a um conjunto limitado de enunciados para os quais é possível definir um conjunto de condições de existência, embasadas em uma mesma formação discursiva (FOUCAULT, 1997b).

Para proceder a análise das relações de poder em um campo de práticas e em um determinado jogo de verdade e de práticas discursivas, faz-se necessário evidenciar as condições de possibilidade destas práticas, os processos históricos que as constituem e os movimentos de ruptura e de desvios. Este exercício relaciona-se com a noção de dispositivo no campo do poder.

Em primeiro lugar, o termo dispositivo pode ser entendido como um conjunto heterogêneo que engloba “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2010a, p. 244). O

¹⁴Foucault (2004, p. 5): “Direi, para ser um pouco mais preciso, que é fácil constatar quão grande, em toda moral antiga, em toda cultura grega e romana, foi a importância do princípio: ‘é preciso dizer a verdade sobre si mesmo’. Podemos citar, em apoio e ilustração dessa importância na cultura antiga, práticas tão frequentemente, tão constantemente, tão continuamente recomendadas [como] o exame de consciência prescrito pelos pitagóricos ou pelos estóicos, e que Sêneca deu exemplos tão desenvolvidos e que voltamos a encontrar em Marco Aurélio”.

¹⁵“Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo” (FOUCAULT, 1997b, p. 135).

dispositivo é a rede possível de ser estabelecida entre o dito e o não dito, os quais são os elementos do dispositivo. Em segundo lugar, entre estes elementos heterogêneos, discursivos ou não, pode existir um tipo de relação na qual há uma espécie de jogo (transformações, mudanças de posição). Por fim, em terceiro lugar, o dispositivo tem uma função estratégica dominante, pois é uma “formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência” (FOUCAULT, 2010a, p. 244).

Segundo Deleuze “as primeiras duas dimensões de um dispositivo, ou aquelas que Foucault destaca em primeiro lugar, são as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação. É que os dispositivos são como as máquinas de Raymond Roussel, máquinas de fazer ver e de fazer falar [...]” (DELEUZE, 1996, p. 84). Deste modo, um dispositivo propõe e provoca visibilidades e enunciados, é um regime que se define pelo que é visível e pelo que é enunciável. A terceira dimensão do dispositivo são as linhas de força que este comporta, as quais “[...] estabelecem o vaivém entre o ver e o dizer, agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras, sem que por isso deixem de conduzir a batalha” (DELEUZE, 1996, p. 85). Esta linha que perpassa todos os lugares do dispositivo é a dimensão do poder. Para Foucault (2010a, p. 246), “o dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder [...] É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”.

O conceito de estratégia está ligado a noção de dispositivo, pois conforma e propõe um tipo de funcionamento das relações de poder presentes neste dispositivo. Foucault coloca três sentidos para a palavra estratégia. O primeiro indica a escolha dos meios utilizados para se chegar a uma finalidade, para se atingir um objetivo. Pode-se designar como “estratégia de poder” ao “conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder” (FOUCAULT, 1982 in DREYFUS & RABINOW, 2010c, p. 293). O segundo sentido pode ser utilizado para, em um jogo, apontar os modos de ação em função do que se pensa ser a ação dos outros, um exercício de agir em função de previsibilidades das ações dos outros. O terceiro é relativo a ações para vencer uma disputa e configura um conjunto de

ações para bloquear o adversário das suas armas e meios de combater, fazendo-o renunciar à luta (FOUCAULT, 1982 in DREYFUS & RABINOW, 2010c).

Na perspectiva deste estudo, são interessantes os dois primeiros sentidos relativos a concepção de estratégia. Entender a estratégia como aquilo que faz funcionar ou mantém o poder e como um modo de agir em função da ação dos outros permite potencializar sua função agonística nas relações de poder (práticas, discursos, dispositivos), provocando-as. Esta noção também implica uma reflexão sobre as próprias ações e sobre as ações dos outros, tanto na escolha dos meios para se chegar a determinados fins, quanto para fazer um exercício de previsão das ações possíveis em determinado campo.

A noção de acontecimento está ligada ao dispositivo, pois se dá como um processo de ruptura em um campo de relações de poder. Tal ideia remete a uma discussão apresentada por Foucault em uma mesa redonda de 1978 sobre o conceito de acontecimentalização:

O que se deve entender por “acontecimentalização”? Uma ruptura absolutamente evidente, em primeiro lugar. Ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma “singularidade”. Mostrar que não era “tão necessário assim”; [...] Ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apóiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas. Tal é a primeira função teórico-política do que chamaria de “acontecimentalização” (FOUCAULT, 1980 in FOUCAULT, 2003b, p. 339).

Foucault refere que o termo remete, inicialmente, a uma ruptura visível e evidente em relação a alguma racionalidade, sistema de pensamento ou as práticas vigentes em determinado período. Acontecimentalizar, enquanto prática (por isso o uso do verbo no infinitivo), consiste em desnaturalizar as evidências e desconstruir verdades universais no sentido de não entender os fenômenos como finalidades óbvias de um curso lógico e linear da história ou como consequências necessárias e fundamentais de um processo. Ao contrário, consiste em procurar multiplicidades e variedades nos diversos processos e jogos de força que ganharam determinada visibilidade e valor de verdade, mas que poderiam ter ocorrido de outros modos e que não são nem necessários, nem essenciais. Tal compreensão implica no

entendimento do presente como produção, como diferença e não como resultado final ou destino.

Em segundo lugar, Foucault coloca que a “acontecimentalização” pressupõe proceder a uma “desmultiplicação causal”, ou seja “reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., que, em um dado momento, formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade” (FOUCAULT, 1980 in FOUCAULT, 2003b, p. 339). Este exercício consiste em três elementos fundamentais: 1) Analisar o acontecimento na multiplicidade de suas forças constitutivas; 2) Desta desconstrução da ideia de uma necessidade emerge um contexto de inteligibilidade do acontecimento, ou seja, uma análise das condições de possibilidade que não são definidas a priori e não possuem caráter de previsibilidade, configurando um processo inacabado; 3) No decorrer do processo analítico há um “polimorfismo crescente”, ou seja, diversidade das formas de descrição, dos domínios de referência e das relações entre os elementos (FOUCAULT, 1980 in FOUCAULT, 2003b).

A noção de acontecimentalização será discutida no decorrer deste estudo, pensando, sobretudo, na discussão da pesquisa como acontecimento. Este conjunto de pressupostos conceituais define os conceitos transversais sugeridos neste estudo, a saber, sujeito, ética e prática e estarão acompanhando o processo de pesquisa e seus desdobramentos.

3 A POLÍTICA PÚBLICA EM SAÚDE COMO BIOPOLÍTICA

O Sistema Único de Saúde (SUS) é a organização atual da assistência pública em saúde no Brasil, constituindo um avanço político em termos de garantia de direitos à população. A saúde está definida no SUS como direito constitucional de cidadania e dever do Estado (ACIOLE, 2006). O processo constituinte ocorrido no período entre 1987-1988 configurou-se como o ápice da luta pela Reforma Sanitária, no qual foi possível incluir na Constituição Federal os ideais do Movimento Sanitário, consolidado pela formalização do SUS. Entre as diretrizes principais que fundamentam a operacionalização do SUS estão: a descentralização, a integralidade e o controle/participação social (DIMENSTEIN, 2007; FALEIROS et al., 2006).

A partir da descentralização do SUS, as Unidades Básicas de Saúde ganham importância, pois constituem a “porta de entrada” dos serviços de saúde. Nesse contexto, as tecnologias relacionais (leves) têm evidência nas Unidades Básicas em face ao ambiente hospitalar, o qual caracteriza-se por uma ênfase na tecnicização e nas tecnologias duras. Merhy (2007, p. 94) apresenta três tipos de “caixas de ferramentas tecnológicas” que são utilizadas no contexto da saúde, evidenciadas nos encontros entre profissionais e usuários: as “tecnologias duras”, que são constituídas pelos equipamentos, as “tecnologias leve-duras”, que são os saberes e as especialidades, e as “tecnologias leves”, presentes no espaço relacional implicadas com a produção das relações entre os sujeitos.

Dessa forma, as equipes de saúde das Unidades Básicas são territórios potentes de visibilidades dos processos de subjetivação dos trabalhadores de saúde. Diz Merhy (2007, p. 98) acerca da relação entre profissionais e usuários:

Esse é um espaço ocupado por processos produtivos que só são realizados na ação entre sujeitos que se encontram. Por isso, esses processos são regidos por tecnologias leves que permitem produzir relações, expressando como seus produtos, por exemplo a construção ou não de acolhimentos, vínculos, jogos transferenciais, entre outros.

O SUS possui uma longa trajetória de lutas e movimentos, mas sua institucionalização e sua operacionalização são recentes. Os campos da saúde pública e também da saúde coletiva são entendidos como em constante movimento e construção, agenciando possibilidades de discussão, reflexão e pesquisas que

problematizem processos, práticas e produções advindas do cotidiano do trabalho em saúde. A política pública de saúde está expressa nas diretrizes e ordenamentos propostos pelo SUS e define as linhas gerais de funcionamento dos recursos técnicos, humanos e físicos da saúde. Neste sentido, o SUS pode ser analisado como uma tecnologia que faz operar a biopolítica e, assim, pode produzir modos de vida e de viver. A política de saúde, como estratégia do biopoder e o SUS como tecnologia do poder, compõe importantes estratégias de governo.

[...] o biopoder se mostra em sua dupla face: como poder sobre a vida (as políticas da vida biológica, entre elas as políticas da sexualidade) e como poder sobre a morte (o racismo). Trata-se, definitivamente, da estatização da vida biologicamente considerada, isto é, do homem como ser vivente. A formação do biopoder, segundo Foucault, poderia ser abordada a partir das teorias do direito, da teoria política [...] ou ao nível dos mecanismos, das técnicas e das tecnologias de poder. Foucault se situa nesta última perspectiva (CASTRO, 2009, p. 57).

A biopolítica pode ser considerada como um desdobramento do biopoder, como um mecanismo, uma tecnologia que se destina a regular a vida da população a partir de diversos procedimentos, a qual será desenvolvida de forma mais detalhada neste estudo. É nesse contexto que se articulam as discussões relativas ao entendimento da política pública de saúde.

Algumas estratégias das políticas públicas em nossos dias podem ser encontradas, também, nas ações e estratégias que Foucault localiza em algumas discussões sobre a polícia, no século XVIII. Parece haver interessantes relações e possíveis problematizações entre a análise do Estado de polícia (do século XVII – XVIII) e as práticas das políticas públicas atuais, no Brasil, mas especificamente da política de saúde. Para entender a problematização sobre a polícia faz-se necessário apresentar brevemente a discussão sobre a razão de Estado.

Foucault afirma que a palavra razão pode ser utilizada em dois sentidos principais. No primeiro sentido, “razão é a essência inteira de uma coisa, [...] é o vínculo necessário entre os diferentes elementos que a constituem” (FOUCAULT, 2008, p. 342). O outro sentido da palavra é a ideia de que “a razão é, subjetivamente, certo poder da alma que permite, justamente, conhecer a verdade das coisas” (FOUCAULT, 2008, p. 342). A razão, então, é a essência das coisas e, ao mesmo tempo, é uma certa vontade (força) que permite seguir essa essência.

O autor, também, apresenta quatro sentidos para a palavra Estado: Em primeiro lugar um estado é um domínio. Em segundo lugar, é uma jurisdição (conjunto de leis, regras e costumes) e um conjunto de instituições. Em terceiro lugar, é uma condição de vida (estado individual). Em quarto lugar, é a qualidade de uma coisa, qualidade que se opõe ao movimento (FOUCAULT, 2008). No contexto analisado, a razão de Estado tem como objetivo manter o próprio Estado, um princípio de conservação, princípio de autofinalização. A finalidade da razão de Estado “é o próprio Estado, e se há algo como uma perfeição, como uma felicidade, será sempre [aquela] ou aquelas do próprio Estado. Não há último dia. Não há ponto final. Não há algo como uma organização temporal unida e final” (FOUCAULT, 2008, p. 345, grifo do autor).

Há dois grandes conjuntos tecnológicos da nova arte de governar segundo a razão de Estado, que se manifestam em um campo relacional de forças, quais sejam: 1º) a técnica de organização, ordenação da composição e a compensação interestatal das forças; 2º) é o que se chamava na época (do século XVII ao fim do século XVIII) de polícia, que tem nesse período um sentido diferente do que entendemos atualmente (FOUCAULT, 2008).

Sobre os sentidos da palavra polícia neste período, destacam-se: 1º) polícia como uma forma de comunidade que seria regida por uma autoridade pública; neste sentido, a polícia é uma coisa pública. 2º) o conjunto de atos que vão reger essas comunidades sob autoridade pública; polícia como um regimento. 3º) polícia como o resultado de um bom governo. Estes sentidos atribuídos a palavra polícia estão situados, na análise feita por Foucault, no período entre os séculos XV e XVII (FOUCAULT, 2008). A partir do século XVII o que vai ser chamado de polícia é o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem mantendo a boa ordem desse Estado, a partir de cálculos e técnicas.

Foucault recorre a um texto de Turquet de Mayerne (de 1611) com o título de “A monarquia aristodemocrática”, no qual a polícia é tomada como arte de governar, para realizar suas análises. Ao descrever como a polícia é exercida, Turquet lista cargos e ofícios, bem como suas atribuições. As atribuições dos escritórios da polícia

(Birôs) são diversas. Entre elas, destaca-se que esses escritórios devem ter como ocupação: a instrução das crianças e dos jovens; a profissão de cada um; os pobres, os pobres válidos, aos quais dará um trabalho ou que forçará a aceitar um trabalho; a saúde pública em tempos de epidemia e contágio e em todos os tempos; os acidentes e as catástrofes naturais (incêndios, inundações, etc.), e a tentativa de impedir esses acidentes, repará-los e ajudar as vítimas; empréstimo de dinheiro; os comerciantes e os bens imobiliários (FOUCAULT, 2008).

Pode-se fazer uma relação das ocupações deste Estado de polícia com o que hoje em nosso país é sustentado e agenciado, principalmente, pelas políticas públicas. Nas atribuições listadas, podem ser encontradas ações que constituem alvos, atualmente, das políticas públicas de saúde (SUS – Sistema Único de Saúde), da política de assistência social (SUAS – Sistema Único de Assistência Social), da política de educação, entre outras. Neste sentido, a forma Estado que vivenciamos hoje é efeito, também, destas práticas do Estado de polícia. Segundo Foucault, “o que caracteriza um Estado de polícia é que aquilo que lhe interessa é o que os homens fazem, é sua atividade [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 433).

Esta forma de Estado que se interessa pelo que os homens fazem e sobre como eles vivem parece estar vinculada ao que posteriormente Foucault irá chamar de biopolítica. Toda a discussão acerca da polícia, seus objetos, práticas e regimentos parece estar fortemente ligada ao que será entendido, depois, como população. Possivelmente a noção de população e a de biopolítica, bem como o desenvolvimento de outros conceitos ligados a estes, sejam, também, efeitos deste Estado de polícia. As análises acerca da razão de Estado, das artes de governar e do Estado de polícia podem ser tomadas em um contexto de transição de um modelo disciplinar (moderno) para a noção de biopoder e de biopolítica.

Foucault apresenta os objetos dos quais a polícia, neste período, irá se ocupar: 1º) número de homens (a força de um Estado depende do seu número de habitantes); 2º) necessidades da vida (é necessário que esses homens numerosos possam viver; 3º) problemas de saúde; 4º) zelar pela atividade dos homens, em

relação ao que eles fazem; 5º) circulação (o espaço da circulação é um objeto importante para a polícia) (FOUCAULT, 2008).

Pensando no que concerne aos problemas do campo da saúde, Foucault afirma que “a saúde torna-se um objeto de polícia na medida em que a saúde é efetivamente uma das condições necessárias para que os homens numerosos, [...] possam trabalhar, exercer atividades, ocupar-se” (FOUCAULT, 2008, p. 436). Partindo desse exemplo, pode-se pensar qual é a ocupação da política pública de saúde? Entre outras tantas ações, a política de saúde, também, pretende manter os homens saudáveis, ativos, com capacidade de produzir e consumir para a manutenção do próprio Estado. Neste sentido, não é apenas por benevolência e por garantia de direitos que se oferta saúde para a população, mas por necessidade de manutenção e produção de forças que movam o Estado.

3.1 Biopolítica e governo...

A política pública pode ser entendida como uma biopolítica, que tem a função primeira de estudar, prever e regular o comportamento da população num determinado território (FOUCAULT, 2005); que regulamenta a vida da população, e funciona de forma estratégica nas relações de trabalho, produzindo sujeitos. A biopolítica, enquanto tecnologia de poder regulamentadora¹⁶ da vida, lida com a economia das relações da *população*, ao invés de ocupar-se com o disciplinamento dos corpos individuais. Afirma Foucault (2008, p. 28, grifo nosso):

[...] em vez de atingi-los (os sujeitos) como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma **população**. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem [...].

Dessa forma, ao invés do disciplinamento de corpos individualizados, “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como

¹⁶Sobre a regulamentação (FOUCAULT, 2005, p. 294): “Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder de fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer”.

problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 292-293). Aqui não se entende população no sentido estrito de sociedade civil¹⁷, mas a *população* como portadora de todo um campo de problemáticas a ser regulado e governado.

A análise dos dispositivos de segurança, proposta por Foucault, fez emergir o problema da população, conduzindo à discussão sobre o governo e especificamente sobre a relação entre segurança, população e governo (FOUCAULT, 2010b, p. 277). Na disciplina¹⁸ parte-se da norma para distinguir o normal do anormal. Nos dispositivos de segurança, ao contrário, parte-se do normal e se serve de certas distribuições consideradas mais favoráveis que as outras. São essas distribuições que vão servir de norma (FOUCAULT, 2008).

A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma *normalização* (FOUCAULT, 2008, p.83).

Como é que se normaliza? Foucault traz como exemplo uma doença endêmico-epidêmica no século XVIII, a varíola, e apresenta as razões da importância desse problema na época, entre as quais: mortalidade elevadíssima pela doença, característica de provocar surtos epidêmicos muito intensos, entre outras. O que é notável na “variolização” é o fato de que nesse fenômeno não se procurava impedir ou erradicar a varíola. Ao contrário, a ideia era provocar nos indivíduos que eram inoculados algo que era a própria varíola, mas em condições nas quais a anulação poderia se produzir no momento dessa vacinação. Nesse período, junto com esses fenômenos se evidenciam as práticas de análises estatísticas e cálculos de probabilidade (FOUCAULT, 2008).

¹⁷Como assinala Bobbio (1995, p. 1210), em seu Dicionário de Política: “Na contraposição Sociedade Civil-Estado, entende-se por Sociedade Civil a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Em outras palavras, Sociedade Civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu encargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os”.

¹⁸“A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. [...] O que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 75).

Este é um exemplo de como a biopolítica vai utilizar estratégias de previsões, estimativas e estatísticas para lidar com a população, no sentido de regulamentação da vida, operando uma espécie de “gestão” dos processos e fenômenos e não eliminação dos problemas. Sobre as funções desta tecnologia de poder e seus mecanismos, é importante ressaltar:

A partir daí - terceira coisa, acho eu importante -, essa tecnologia de poder essa biopolítica, vai implantar mecanismos que têm certo número de funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações, desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global (FOUCAULT, 2005, p. 293).

O que se destaca na política de saúde no Brasil, no ordenamento proposto pelo SUS, é a garantia da saúde como “um direito de todos e dever do Estado”, independente de qualquer condição ou restrição de acesso, com ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Estas condições e práticas atuais vão além do problema da saúde na análise feita no Estado de polícia, no entanto é interessante pensar nestas relações entre o Estado e a saúde presentes ao longo da história das diferentes artes de governar.

Talvez um possível paradoxo das políticas públicas seja o fato de que o “trabalho” das políticas, a prática das políticas deve tender, idealmente, para a sua própria finitude, sua inexistência, no sentido de fomentar e garantir os direitos da população nas mais diversas áreas. O objetivo, dessa forma, é que esta população seja protagonista, autônoma e não mais necessite de assistência, ou necessite minimamente, pois os direitos e acessos fariam parte da vida, garantidos nas práticas sociais. Neste sentido, as relações sociais funcionariam de tal forma que os beneficiários destas redes seriam muito poucos. No entanto, nesta perspectiva, os sujeitos (protagonistas) já não seriam mais tão controláveis e suas vidas não seriam tão reguláveis por estas estratégias.

Neste sentido, por um lado, a razão de Estado é conservadora e tem como objetivo “identificar o que é necessário e suficiente para que o Estado exista e se mantenha em sua integridade [...]. Mas essa razão de Estado não é, de modo algum,

um princípio de transformação [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 344). Por outro lado, pode-se entender as políticas públicas em seu potencial instituinte e em seu caráter de transformação. Se a razão de Estado tem como objetivo o próprio Estado, as políticas públicas podem ter como objetivo garantir os direitos da população, promovendo a sua participação na construção do próprio Estado. No entanto, talvez as práticas das políticas públicas sustentem com maior intensidade, a forma própria do Estado e da arte de governar que conhecemos.

O problema do governo emerge no século XVI com relação as diferentes formas de governo: governo de si mesmo, governo das almas e das condutas, governo das crianças e governo dos Estados. Para Foucault, esta problemática geral do governo se desenvolve no cruzamento de dois processos (no período do século XVI): o movimento de concentração estatal (superando a estrutura feudal) e a dispersão religiosa (em torno da salvação das almas) (FOUCAULT, 2010b). Estas condições geraram movimentos e problematizações em torno da questão do governo: “como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, etc.” (FOUCAULT, 2010b, p. 278).

O Estado, segundo Foucault, deve ser entendido no contexto das táticas gerais da governamentalidade, as quais definem o que compete ou não ao próprio Estado. Sobre a governamentalidade, que é um fenômeno situado a partir do século XVIII, destaca-se três aspectos principais:

1 – o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3 – o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 2010b, p. 291-292).

Foucault sugere que se entenda a governamentalidade, em sentido amplo, como um campo estratégico de relações agonísticas de poder, que produzem desvios e transformações, pois são reversíveis. Nesse contexto, o estudo e as

análises da governamentalidade e das racionalidades políticas, econômicas e históricas estão ligadas às relações do sujeito consigo mesmo (FOUCAULT, 2006d). Assim, “a reflexão sobre a noção de governamentalidade, [...], não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si para consigo” (FOUCAULT, 2006d, p. 306).

Por meio desta análise da governamentalidade é possível visualizar uma rede de conexões, um emaranhado de forças que ligam as “relações de poder, a governamentalidade, o governo de si e dos outros e a relação de si para consigo” (FOUCAULT, 2006d, p. 307), configurando uma trama, um enredo de relações. Esta rede forma uma possibilidade de inteligibilidade em torno da qual é possível traçar uma articulação entre as questões da política e da ética (FOUCAULT, 2006d).

3.2 Trabalho na saúde: jogos de verdade e tecnologias do eu

O trabalho é um tema importante para a reflexão acerca da dinâmica das relações sociais desde o início da pesquisa social moderna. As ideias de Marx, Weber e Durkheim discutem o trabalho enquanto laço social a partir de diferentes pontos de vista. O primeiro autor via no trabalho organizado livremente pelos produtores, o modelo ideal que oportunizaria a libertação do homem (das relações de produção capitalistas) e realização da essência humana. Weber estabeleceu um vínculo entre o ascetismo religioso (ética protestante) e a acumulação de capital, como a possibilidade de valorizar o trabalho e a acumulação, mas também apontava o trabalho como fonte de encarceramento do homem. Durkheim apresentou o trabalho e sua divisão social como fundamento e origem de solidariedade que pode garantir ou não a coesão social (NARDI, 2006).

Ainda, segundo Nardi (2006, p. 14), “é na modernidade que o trabalho adquire o valor de atributo moral por excelência e garantia de cidadania”. O trabalho produz modos de viver e modos de ser, agenciando diferentes formas de subjetivação ao longo da história. O trabalho também é produzido no jogo do verdadeiro e do falso e pode ser entendido como jogo de verdade, o qual constrói, de formas variadas ao longo da história, uma moral sobre o próprio trabalho e sobre os modos de trabalhar. Nesta perspectiva, o trabalho não se restringe à manutenção das lógicas e à

sobrevivência, mas também é constituído pelo potencial criativo dos sujeitos. Para Tittoni (2007, p. 95):

[...] trabalho pode ser definido como um conjunto de infinitas possibilidades de articulação das fontes naturais e sociais que possibilitam a utilização da potencialidade criativa humana para a produção da vida (criação) e de sua manutenção (sobrevivência). Este trabalho, na forma assumida na sociedade capitalista, está subjugado aos jogos de poder, especialmente aqueles construídos na relação Capital-Trabalho, que legitimam os saberes que lhes dão conteúdo. O saber sobre o trabalho remete aos saberes legitimados sobre o trabalho.

O trabalho e o saber sobre o trabalho estão sujeitos não só aos jogos poder, mas também aos jogos de verdade relacionados com os modos de subjetivação. Neste estudo, esses jogos de verdade são produzidos no contexto de uma política pública de saúde, conferindo elementos específicos que serão discutidos no decorrer deste estudo. O trabalho no serviço público é regido por um conjunto de regras pré-estabelecido para cada função. O estatuto do funcionalismo público estabelece as grandes linhas jurídicas em que o trabalho público está situado, e indica os jogos entre o verdadeiro e o falso constituintes deste modo de trabalhar, oferecendo as grades de inteligibilidade dos discursos produzidos.

Neste estudo, abordaremos a discussão feita por Foucault acerca das “tecnologias do eu” para pensar o trabalho nas relações de poder e suas implicações nos modos de subjetivação. Segundo Foucault (1990), o objetivo das suas pesquisas era o de traçar uma história das diferentes maneiras sobre como, em nossa cultura, os homens têm desenvolvido um saber acerca de si mesmos. O principal, nessa perspectiva, consiste em analisar estes saberes como jogos de verdade, relacionados com técnicas que os homens utilizam para entender-se a si mesmos. Para o autor (FOUCAULT, 1990, p. 48, tradução nossa), existem quatro tipos principais dessas tecnologias relacionadas como uma espécie de razão prática:

1) tecnologias de produção, que nos permitem produzir, transformar ou manipular coisas; 2) tecnologias de sistemas de signos, que nos permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significações; 3) tecnologias de poder, que determinam a conduta dos indivíduos, os submetem a certo tipo de fins ou de dominação, e consistem em uma objetivação do sujeito; 4) tecnologias do eu, que permitem aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade.

Em relação a essas tecnologias, Foucault refere que cada uma está relacionada com um tipo de dominação e que quase nunca funcionam isoladamente. Apresenta como exemplo de agenciamento de duas dessas tecnologias a relação entre a manipulação das coisas e a dominação, evidenciada na obra “O Capital” (de Karl Marx). Nessa relação, “cada técnica de produção requer uma modificação da conduta individual, não só das habilidades como também das atitudes” (FOUCAULT, 1990, p. 49).

Como pensar o *trabalho*¹⁹ e entendê-lo no contexto deste campo conceitual? As tecnologias de poder, que se tornam visíveis nas relações de poder, permitem o agenciamento e a produção das outras tecnologias apresentadas, as quais são passíveis de análise quando inseridas em um campo estratégico de forças, como relação agonística. Neste sentido, em relação ao trabalho na saúde, pode-se pensar na objetivação do sujeito enquanto trabalhador da saúde, submetido a determinadas regras de conduta e que deve realizar determinados procedimentos e processos, muitas vezes prescritos independentemente dos sujeitos envolvidos em sua realização.

O sujeito torna-se legitimado e se reconhece na condição de trabalhador, inserido nos jogos de verdade e de poder da saúde. Entretanto, é no espaço da produção de subjetividade que ele poderá provocar práticas de liberação e de liberdade, as quais estão relacionadas com as práticas de si.

Pode-se pensar que o agenciamento das tecnologias de produção (ligadas a produção, transformação ou manipulação das coisas) é mais evidente quando o objetivo de seu uso é a obtenção de algo material, concreto, visível, como por exemplo, o uso da força e da técnica para forjar uma peça metálica. Entretanto, como pensar este tipo de tecnologia no trabalho em saúde? O que os trabalhadores da saúde produzem? Talvez, de uma forma ampla, estes trabalhadores produzam

¹⁹De acordo com Barembliitt (1998, p. 29): “O trabalho humano está dividido segundo os momentos e as especificidades de cada tipo de produção e tarefa (divisão técnica). Mas, por outro lado, essa divisão vem acompanhada de uma hierarquia que institui diferenças de poder, prestígio e lucro não necessariamente justificadas pela importância produtiva daqueles que detêm esses lugares (divisão social). Por exemplo: trabalho manual e intelectual, do campo e da cidade, assalariados e autônomos etc”.

saúde e bem-estar aos indivíduos atendidos, mas, também podem produzir sofrimento e dificuldades, entre tantas outras possibilidades. Mas *o que e como* eles produzem constitui um questionamento importante.

Esta produção está diretamente relacionada com as tecnologias do eu, pois os trabalhadores da saúde, enquanto sujeitos produzidos nas relações de poder, realizam certo número de operações sobre si mesmos, sobre sua conduta ou seus pensamentos. A partir desse trabalho sobre si, desta prática de si e do uso dessas tecnologias do eu, os sujeitos obtêm transformações de si mesmos, pois são convocados, a todo momento, a criar estratégias e inventar modos de ser diante das normas, regras, dos procedimentos, diante de si mesmos, das suas limitações e potências e dos demais sujeitos.

3.3 Saúde como prática e a produção da ética

Através da noção de tecnologia do eu é possível realizar uma aproximação com a ideia de ética como prática reflexiva da liberdade. Nesse sentido, na medida em que as tecnologias do eu pressionam para operações do indivíduo sobre si mesmo, podem agenciar regras e normas que configurem certos modos de trabalhar. Também podem agenciar transformações, através das práticas reflexivas do sujeito sobre si mesmo e sobre sua condição de sujeito. A ética pode ser entendida como o comprometimento do sujeito com a liberdade, potencializando as estratégias e intervenções que ampliem a criação de espaços e contextos propícios aos exercícios e práticas de liberação e de liberdade.

O trabalhador no campo da saúde encontra-se em constante tensão entre desejos, reflexões, regras, normas, exigências e rotinas, que envolvem a si mesmo, seus colegas de trabalho e a comunidade, bem como muitos atravessamentos políticos e institucionais relativos à operação e sistematização de uma política pública. Neste estudo, as práticas reflexivas serão analisadas através das tensões entre o sujeito moral e a ética no trabalho da saúde. Esta tensão entre moral e ética, esta mútua implicação permite pensar o trabalho para além da tarefa e da prescrição, ligando-o a possibilidade de criação, invenção e de produção.

Se discutirmos a produção do sujeito trabalhador nesta tensão entre o sujeito moral e a ética, podemos pensar que o trabalhador “deve” cumprir todas as regras, de acordo com as normas da gestão e as prescrições dos processos de trabalho. Neste caso, pode-se entender estas prescrições e normatizações do trabalho e das condutas do trabalhador como pertencentes ao contexto da moral. Entretanto, se ele cumprir todas essas regras de maneira rígida ele não trabalha, pois a prescritiva é uma elaboração racional sobre a prática, formulada, muitas vezes, em modelos gerais de ações e comportamentos. Há uma distância entre o que está prescrito como tarefa a ser realizada pelo trabalhador e o que ele realmente faz. Esta “distância” pode abrir espaço para alguma possibilidade de escolha e de uma certa liberdade para o trabalhador realizar sua tarefa, evocando o que se poderia chamar de uma prática reflexiva ou ética do trabalho.

Para pensar a relação entre as práticas dos trabalhadores e as prescritivas, recorreremos à discussão proposta no campo da ergonomia do trabalho, ainda que esta perspectiva não esteja referida ao contexto teórico foucaultiano. A perspectiva ergonômica concebe a relação entre a tarefa e a atividade, tomando o sujeito e sua experiência no trabalho como fatores fundamentais nas análises, pois “a atividade de trabalho é dirigida porque não há atividade sem sujeito” (CLOT, 2006, p. 95).

De acordo com Leplat & Hoc (1983 apud CLOT, 2006, p. 115) “a tarefa é aquilo que se tem a fazer e a atividade, aquilo que se faz”. A tarefa, que tem por objeto o trabalho, está situada no campo da prescrição e realiza-se por meio de subordinações sociais. Pode-se dizer que ela é anterior à atividade, pois atualiza o patrimônio social constituído por técnicas, procedimentos institucionais e históricos (CLOT, 2006). Nesse sentido, “[...] a tarefa, tornada tarefa efetiva, tem precedência com relação à atividade [...]” (CLOT, 2006, p. 96).

A atividade, segundo Clot (2006, p. 116) “[...] é uma prova subjetiva em que cada um enfrenta a si mesmo e aos outros para ter uma oportunidade de conseguir realizar aquilo que tem a fazer”. Logo, pode estar ligada a processos de produção e invenção nos modos de trabalhar, constituindo-se na relação do sujeito consigo mesmo e com os outros. No desenvolvimento da atividade, na distinção entre

trabalho prescrito e trabalho real, para efeitos deste estudo, é importante ressaltar a concepção de “real” que orienta a discussão. Dessa forma:

O real é a modificação dessas condições [condições externas da atividade psicológica] pelo sujeito e não essas condições em si mesmas [...] O real é a ação de realização – jamais totalmente previsível – que põe o sujeito em contato com as realidades objetivas do mundo das coisas e dos homens [...] (CLOT, 2006, p. 93).

Do ponto de vista das discussões foucaultianas no âmbito do poder e do sujeito, o funcionamento dinâmico e estratégico das tecnologias de poder no trabalho em saúde, configura um contexto problemático de relações, construindo um território repleto de atravessamentos institucionais e de produção de subjetividade. O trabalho, sob este prisma, pode ser entendido como um regime de produção de saberes e de modos de subjetivação. Para Barros & Barros (2007, p. 64):

Situar o trabalho como este regime de produção de saberes, no qual o planejar, o decidir, o executar, o avaliar não se separam, o que quer dizer que a atividade e a gestão da atividade não constituem instâncias separadas. Tal regime de produção, entretanto, não se dá sem que ao mesmo tempo sujeitos se produzam. Sujeitos são desejos, necessidades, interesses em conjugação e conflito. Eles inventam mundos, se inventando. Aqui o mundo do trabalho é criação e uso de si, mas também é luta e resistência ao trabalhar e a si. Tais regimes de produção, de saberes e de si, entram em relação, ao mesmo tempo em que são produzidos por eles. Este modo de estabelecer relações, forçando aproximações ou produzindo maiores distanciamentos, resultando em extração de mais-valia e/ou abrindo-se a processos de criação, é um exercício de poder. Podemos observar que essas três dimensões – saberes, sujeitos e poderes – constituem-se de modo indissociável.

Nesta perspectiva, o trabalho pode ser entendido como produzido nas relações de poder, constituído por diversos atravessamentos institucionais e por diferentes lógicas e discursos (saúde, trabalho, equipe, política pública, gestão, vida, doença, comunidade, etc). Nesse contexto, as relações de poder, agenciadas e acionadas de forma estratégica, configuram modos de objetivação e subjetivação singulares e diversas experiências possíveis, diante das condições de possibilidade desse território, desse espaço e desse tempo.

Este estudo inscreve-se na discussão sobre o trabalho das equipes de saúde na atenção básica, com as peculiaridades que este campo apresenta, e propõe problematização do trabalho juntamente com os trabalhadores da saúde. Este tema tem sido discutido em diversos estudos sob o ponto de vista da saúde dos

trabalhadores (SILVA, 2008; DIAS; BERTOLINI; PIMENTA, 2011), da educação permanente em saúde (CECCIM; ARMANI; ROCHA, 2002; NICOLETTO, 2009; PEDUZZI, 2009; CAROTTA; KAWAMURA; SALAZAR, 2011) e dos seus desdobramentos sobre os efeitos dos modos de trabalhar e da gestão do trabalho nas práticas das equipes de saúde. A discussão do trabalho da equipe de saúde na atenção básica através da análise das práticas reflexivas no contexto do trabalho, proposto neste estudo, pode evidenciar os modos de trabalhar cotidianos e as possibilidades de invenções-criações realizadas pelos trabalhadores no exercício de suas atividades.

Faz-se interessante tomar o trabalho como “um processo coletivo e singular, de criação e recriação da história de um ofício; e a atividade de trabalho como processo de produção não só de coisas ou serviços, mas também de subjetividades” (SILVA, 2007, p. 80). Dessa forma, afirma-se o lugar de sujeito do trabalhador da saúde neste processo, como sujeito ao trabalho e produtor de modos diferentes de trabalhar.

Enfatizando a potencialidade do trabalhador, enquanto sujeito produzido nas relações de poder, evidenciamos os processos de resistência, invenção e criação, assim como as estratégias que vão sendo produzidas no cotidiano do trabalho de modo a buscar as resistências e as práticas não legitimadoras de uma condição “prescrita” de trabalhador. Tomar o trabalhador como sujeito que constrói estratégias mesmo em lógicas institucionalizadas e burocráticas, afirma a potencialidade do trabalhador e do trabalho.

Nas relações de poder entre a legitimação de práticas como verdadeiras (prescritivas) e as práticas cotidianas do trabalho realizado (o que é possível), há um espaço potencial de intervenção sobre a saúde e os modos de trabalhar, agenciando questionamentos e análises que podem ser relacionados à problematização da ética e das práticas reflexivas. Tais questionamentos encontram ressonância na reflexão de Foucault (1984 in FOUCAULT, 1996) sobre a ética e a intervenção pode acontecer nos espaços de resistência, liberdade e criação que são constitutivos das relações de poder. Ao entendermos a ética como uma via de possibilidade de

produção de subjetividade e de saúde, pode-se pensar na potencialidade que a reflexão ética tem como agenciadora de transformações e mudanças.

Foucault apresenta uma “nova economia das relações de poder”, qual seja: analisar o poder a partir das formas de resistência que vão se agenciando contra estes poderes como dispositivo de análise. Nesse sentido, ele propõe uma análise das relações de poder a partir do “antagonismo das estratégias” (FOUCAULT, 1982 in DREYFUS & RABINOW, 2010c, p. 276). Segue-se disso que se pode supor a sustentação de uma ação de resistência como força motriz das intervenções que apostem no sujeito e no seu potencial criativo. Assim, afirma-se que as relações de poder mantêm um sistema de saúde ainda preso às suas características históricas de centralização, a partir de um discurso biomédico e centrado na produtividade e na prescrição, deixando raros espaços (institucionais ou subjetivos) para a ética enquanto prática reflexiva de liberdade.

SOBRE A IMERSÃO, A INTERVENÇÃO E A INVENÇÃO DE UMA PESQUISA...

4 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DA PESQUISA:

ENCONTROS COM A ÁREA 8

Para iniciar uma pesquisa é necessário um campo de intervenção, um lugar, um campo de relações no qual seja possível o desenvolvimento de um trabalho. A escolha do local da pesquisa iniciou-se pela temática deste estudo, contextualizada no trabalho das equipes de Atenção Básica do SUS. Juntamente com esse interesse teórico, foram surgindo possibilidades de abertura de um novo campo de práticas, um território que viabilizasse a realização da pesquisa. Essa aproximação inicial foi oportunizada em função de um trabalho já em andamento, que foi solicitado pela gestão do serviço ao Pró-Saúde – projeto desenvolvido entre a universidade e o Ministério da Saúde.

Este território foi definido como um espaço com grande potencial para a realização da pesquisa em razão da minha implicação com este campo e do entendimento de que seria importante dar continuidade ao trabalho. Meu primeiro contato com o campo foi acompanhando as oficinas, no final do ano de 2010. Após a realização do meu projeto de qualificação e o encaminhamento deste ao Comitê de Ética da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, iniciei minhas observações no Ambulatório Básico do Centro de Saúde Vila dos Comerciários (mais conhecido como “Postão da Cruzeiro”), que está localizado no Distrito de Saúde Cruzeiro/Glória/Cristal. Comecei a ir periodicamente ao ambulatório a partir do mês de abril de 2011.

Neste Ambulatório Básico existe uma característica singular, pois a equipe trabalha dividida em dois espaços físicos diferentes e distantes, ou seja, parte da equipe técnica trabalha em um determinado local (Área 8) e a outra parte da equipe em outro local (Área 10). A gestão do trabalho, durante os turnos da manhã e da tarde, é realizada por uma mesma coordenação para as duas unidades (8 e 10), efetuada por uma enfermeira.

O estudo foi direcionado para a equipe de trabalhadores da área 8 do Ambulatório Básico, constituída pelos seguintes profissionais: dois (2) médicos pediatras; três (3) enfermeiras, sendo que uma destas é da Estratégia de Saúde da Família (ESF); duas (2) nutricionistas; quatro (4) técnicos de enfermagem; nove (9) auxiliares de enfermagem, totalizando vinte (20) trabalhadores. Além destes trabalhadores, a área 8 recebe muitos estagiários do curso de enfermagem e residentes do curso de medicina, os quais realizam experiências de curto período no ambulatório e devido a constante mudança, não é possível precisar este número de participantes. Aproximadamente vinte e três (23) pessoas destas categorias profissionais participaram da pesquisa, de forma alternada e variável nos encontros, com exceção dos médicos e residentes de medicina que não participaram de nenhum momento da pesquisa.

O trabalho no ambulatório, muitas vezes chamado de “posto” pelos trabalhadores, é desenvolvido em equipes, nos turnos da manhã e da tarde. Poucos (os de ESF) trabalham nos dois turnos em regime de 40 horas. Nesse sentido, na organização do trabalho, essa divisão entre a manhã e a tarde é uma questão de tempo, é uma forma de lidar com o tempo e funciona como regulador dos modos de trabalhar e ordenador das relações. Há uma fala da gestão de que todos os trabalhadores constituem “uma” equipe, um grupo, mas o que se opera na prática é uma divisão, uma separação delimitada pelos turnos. Existe uma separação entre a área 8 e a área 10 e, dentro da área 8, também há divisões entre a manhã e a tarde, principalmente.

A separação entre as áreas 8 e 10 constituía uma das possibilidades de intervenção da pesquisa, o que não foi possível diante da complexidade dos acontecimentos e das tensões durante este período. Sabe-se que esta divisão entre as áreas vem de um longo histórico de separação entre as equipes, pois o trabalhador que não se adapta ou não se relaciona bem com as pessoas em uma área é direcionado para a outra (isso acontece nas duas áreas, de parte a parte). Além disso, há uma predominância de profissionais médicos na área 10, e na área 8 a predominância é de profissionais enfermeiros e técnicos de enfermagem, sendo

que as trocas de trabalhadores e os tensionamentos estão relacionados, principalmente, com os técnicos de enfermagem e enfermeiros em ambas as áreas.

No que se refere ao trabalho de pesquisa intervenção, tem-se um ideal e uma perspectiva de trabalhar com grupos, nos quais é possível reunir trabalhadores e/ou usuários e construir, em conjunto, oficinas, conversas e discussões, de modo a provocar relações e reflexões coletivas. No entanto, no campo de pesquisa deste estudo, o processo, definitivamente, não ocorreu desta forma. A relação com o campo exigiu um trabalho de si da pesquisadora com a finalidade de conseguir sustentar ali algum tipo de produção, algum tipo de tempo-espço de olhar, de refletir e de se relacionar com os outros e consigo, diante de um contexto de trabalho fragmentado, individualizado e recortado.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar a característica de individualização das relações na equipe, sendo que a própria formação profissional destes trabalhadores, que é eminentemente técnica e centrada na execução de procedimentos, parece não potencializar a construção de vínculos e afetos. Esta característica pode indicar jogos de verdade onde o discurso higienista pode se aplicar também aos relacionamentos entre a equipe e entre a equipe e os usuários. Adiciona-se a isso um modelo de gestão que reúne, no mesmo local de trabalho e fazendo atividades semelhantes, profissionais com vínculos totalmente distintos: funcionários públicos federais, estaduais e municipais, além de profissionais vinculados ao posto por contratação (celetistas) – principalmente os de ESF – e ainda, contratos emergenciais (em função da demanda).

Estes diferentes vínculos empregatícios evidenciam a fragmentação na composição desta equipe, que é anterior as possibilidades de relações entre as pessoas, pois já marca, desde o início, uma diferença de contrato e de benefícios entre os profissionais. A configuração fragmentada da equipe, com diversos regimes de trabalho, indica a precariedade dos vínculos, o que foi fotografado e apontado pela equipe como uma questão importante.

Entre o final do mês de maio e início do mês de junho (de 2011) houve uma greve dos trabalhadores municipais da saúde. Estive no posto em um dos dias iniciais da greve e em uma conversa com uma enfermeira, ela me disse que havia no município um processo de conversão, uma pressão para que os serviços da Atenção Básica se tornassem Estratégia de Saúde da Família. Ficou evidente a complexidade das relações de trabalho neste local, pois mesmo com a greve o “posto” continuava com suas atividades normalmente. Alguns trabalhadores (do “posto”) fizeram greve, mas não todos, em função dos diferentes contratos de trabalho, pois os outros trabalhadores (não municipais) continuaram trabalhando normalmente.

Todos os funcionários não municipalizados, não estavam em greve. Nesse sentido, os trabalhadores pareciam não se reconhecer como uma categoria, *“pois não tinham o mesmo regime de trabalho e de remunerações, apesar de trabalharem juntos, no mesmo espaço físico, fazendo as mesmas coisas” (trecho do diário de campo, p. 04)*. Os trabalhadores não lutavam pelas mesmas “causas”, não constituíam um grupo, não se apoiavam nas discussões e reivindicações, pois possuíam regimes contratuais diferentes, o que parecia ser um fator que potencializava a precarização das relações de trabalho. Um dos trabalhadores disse: *“isso é de propósito, só para a gente não se unir para reclamar”*. Eu pensei: *“Talvez seja mesmo”...*

Uma questão também importante do ponto de vista da organização e gestão do trabalho, foi a obrigatoriedade, para todos os trabalhadores, de formalização do seu horário de trabalho no ponto eletrônico, em função da instalação deste aparelho na área 8. A imposição deste aparelho que estava prevista para o ano de 2012 teve seu início em setembro do ano de 2011, gerando efeitos conturbados.

O incremento das ações de controle motivou insatisfação e indignação diante desta situação. Além disso, esta nova condição de regular o trabalho passaria, necessariamente, por um controle por parte da gestão da unidade, que deveria alimentar e atualizar o sistema frequentemente, gerando um aumento na demanda burocrática. O ápice dessas discussões e a instalação do ponto eletrônico ocorreram

em um dia no qual estavam previstas oficinas da pesquisa no turno da manhã e da tarde. Os efeitos desta instabilidade foram visíveis durante o encontro com os trabalhadores, configurando uma discussão tensa sobre as imagens, em um clima de descontentamento com o trabalho.

Um outro aspecto importante do trabalho neste local, enfatizado nas discussões e nas imagens, é o espaço físico ou, mais precisamente, a precariedade do espaço físico. Tomando o referencial foucaultiano (FOUCAULT, 2002) sobre o espaço físico como discurso, podemos pensar na localização da área 8 e na sua relação com o “Postão” ou Centro de Saúde. O “Postão” parece um hospital, repleto de andares, de escadas e de longos corredores com muitas salas fechadas. A área 8 pode ser resumida, em termos de descrição do ambiente, como um corredor cheio de salas. Além disso, o acesso à área 8 é feito diretamente pela rua, sem entrar ou estabelecer contato algum com o “Postão”. Desta forma, a área 8 fica independente do restante do Centro de Saúde. Esta localização da área 8 é um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que permite um contato direto com a rua, com a comunidade e com usuários, a lógica do trabalho não parece ter essa abertura para as relações e vínculos preconizados pela política de saúde.

Durante o período da pesquisa teve início uma reforma nas dependências da área 8 que já estava prevista há muitos anos e não havia acontecido, ainda. Esta mudança não foi restrita apenas aos aspectos de pintura e mudanças estéticas do ambiente, pois houve também uma redistribuição das salas e o próprio local e seus acessos foram modificados. A entrada da área 8 foi invertida e mudou completamente, sendo que esta nova disposição não permite um acesso direto à rua (como antes), mas está conectada às dependências internas do Postão. Esta reforma foi instável, pois parou e começou diversas vezes. Nesse contexto de mudanças, a exposição fotográfica (última intervenção da pesquisa que será explicitada mais adiante em função da importância dos seus efeitos) inaugurou esta nova entrada do posto depois da tão esperada reforma. Logo, a finalização da pesquisa e a inauguração da nova disposição espacial do Ambulatório ocorreram concomitantemente.

Alguns fragmentos de meu diário de campo mostram como estes fatores foram tornando-se inquietações no processo de pesquisar: *“lugar de vazio e de excessos, lugar de contradição, de confusão, de complexidades... Bancos vazios, portas fechadas, grades, escadas, chaves e longos corredores. Lá é difícil de encontrar lugares e pessoas e é fácil de se perder. Aonde eu fui me meter? O que eu vou fazer aqui? Que lugar é este e o que eu vou fazer? O caminho vai mostrar a paisagem e o importante é a trajetória, não o destino final, pois há um processo a ser vivido e construído “se caminhar bastante”. Lá é difícil de estar, de ficar, de permanecer. Sustentar algo neste espaço é trabalhoso. Por isso, insisto no processo, acreditando que o próprio caminho vai mostrar diversas possibilidades”* (fragmento do diário de campo, p. 18).

5 SOBRE OS PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS QUE ORIENTARAM ESTE ESTUDO

Os pressupostos metodológicos afirmam que o exercício ético é condição de possibilidade deste processo de pesquisa intervenção. As reflexões sobre o trabalho foram provocadas pelos encontros e pelas imagens, tensionando visibilidades, dizibilidades e sensibilidades. Assim, destaca-se a necessidade de contar sobre o processo da pesquisa, a fim de contextualizar como a metodologia operou neste campo.

5.1 A pesquisa intervenção como exercício ético e a metodologia como *paraskeué*

O desenho da pesquisa intervenção, o acompanhamento do processo e as análises produzidas neste percurso estão ligadas a uma prática de si do sujeito pesquisador. Neste modo de pesquisar, não há produção dissociada de exercícios reflexivos deste sujeito sobre si mesmo, configurando a pesquisa como um exercício ético. Logo, o processo de pesquisa, com suas regularidades e mudanças, pode ser tomado como uma prática reflexiva, convocando incessantes questionamentos sobre as condições de sujeição de si e dos outros e sobre as possibilidades de liberdade nestas condições.

Entendendo a ética como problematização da liberdade, o exercício ético da pesquisa é interrogar, provocar e tensionar as relações de poder e as condições de sujeição na busca dos espaços de criação, de produção de diferenças e de reflexões possíveis neste campo. No contexto da pesquisa intervenção este exercício pode ser entendido como análise de implicação, que é um exercício que não está localizado em um momento específico da pesquisa ou a um determinado elemento da metodologia, mas como condição de possibilidade de constituição de si do sujeito pesquisador e do campo de pesquisa, concomitantemente. Para Lourau (2004, p. 190):

A implicação é um nó de relações; não é “boa” (uso voluntarista) nem “má” (uso jurídico-policialesco). A sobreimplicação, por sua vez, é a ideologia normativa do sobretrabalho, gestora da necessidade do “implicar-se”. O útil ou necessário para a ética, a pesquisa e a ética da pesquisa não é a implicação – sempre presente em nossas adesões e rechaços, referências e não referências, participações e não-participações, sobremotivações e desmotivações, investimentos e desinvestimentos libidinais... –, mas a análise dessa implicação.

Neste estudo não há um capítulo denominado “análise de implicação”, pois se entende que a implicação e sua análise são condições de existência da pesquisa e constitui todo o processo. A própria reflexão teórica também é um exercício de análise de implicação, pois indica os modos como os conceitos são agenciados em função da trajetória e da constituição do sujeito-pesquisador-escritor, que acontece na experiência da pesquisa, e não de modo *a priori*. A escrita, então, também é processo, exercício e prática de si que pode provocar transformações.

Para Foucault (1983 in FOUCAULT, 2006a, p. 146), “nenhuma técnica, nenhuma habilidade profissional pode ser adquirida sem exercício; não se pode mais aprender a arte de viver, a *technê tou biou*, sem uma *askêsis* que deve ser compreendida como um treino de si por si mesmo [...]”. Assim, o processo de pesquisa implica as práticas conceitos e análises articulados na arte e viver.

A ascese, na antiguidade, teve como objetivo “[...] chegar à formação de uma certa relação de si para consigo que fosse plena, acabada, completa, auto-suficiente e suscetível de produzir a transfiguração de si que consiste na felicidade que se tem consigo mesmo” (FOUCAULT, 2006d, p. 386). É deste lugar de implicação, de prática de si e de reconhecimento das condições de sujeição que a experiência torna-se possível e que a trajetória da pesquisa se desenvolve.

Pode-se entender as considerações que Foucault refere sobre os *hypomnêmata* como elementos importantes para o processo de escrita deste estudo. Nesta prática comum entre os antigos,

A escrita como exercício pessoal feito por si e para si é uma arte da verdade díspar; ou, mais precisamente, uma maneira racional de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam seu uso (FOUCAULT, 1983 in FOUCAULT, 2006a, p. 151).

Esta arte da verdade é um importante recurso na produção de diferença que pode ser efeito deste exercício de escrita. Os argumentos de autoridade, os referenciais teóricos e as problematizações conceituais clássicas e consagradas, pouco dizem, comunicam ou transmitem sobre as singularidades do processo e sobre a experiência se não estiverem inseridos em um exercício de reflexão e de apropriação pelo sujeito-escritor. Cabe ressaltar que o processo singular da escrita, essa ruptura que se dá no encontro entre as coisas já ditas e a configuração que vai ganhando forma na experiência do sujeito-escritor insere-se nas condições de possibilidade que circunscrevem e contextualizam este processo (condições teóricas, linguísticas, práticas, políticas, culturais, históricas, entre outras).

A escrita é um dos elementos dessa ascese do sujeito-pesquisador-escritor, da constituição dessa relação de si para consigo. Mas qual é a tática, qual é o instrumento desta ascese? A *paraskeué* está para a ascese assim como a metodologia está para a experiência da pesquisa. A *paraskeué* é uma das táticas da ascese, uma de suas estratégias. Assim, podemos entender a metodologia como uma *paraskeué*, um equipamento.

[...] a *paraskeué* é o que se poderia chamar uma preparação ao mesmo tempo aberta e finalizada do indivíduo para os acontecimentos da vida. Quero com isto dizer que se trata, na ascese, de preparar o indivíduo para o futuro, um futuro que é constituído de acontecimentos imprevistos, acontecimentos cuja natureza em geral talvez conheçamos, os quais porém não podemos saber quando se produzirão nem mesmo se se produzirão. Trata-se pois, na ascese, de encontrar uma preparação, uma *paraskeué* capaz de ajustar-se ao que possa se produzir, e a isto somente, no momento exato em que se produzir, caso venha a produzir-se (FOUCAULT, 2006d, p. 387, grifo do autor).

Esta posição reafirma a existência das determinações, conceitos e lógicas, e que estas não são dadas *a priori*, antes da experiência, antes do encontro do sujeito com o campo de práticas. Logo, a *paraskeué* deste sujeito-pesquisador-escritor, seu equipamento e sua preparação para o imprevisível são configurados por uma posição ética, pela abertura para os encontros e as multiplicidades.

O equipamento da *paraskeué* é constituído pelos *lógoi* (discursos), os quais não se reduzem a um conjunto de conceitos e princípios que sejam verdadeiros (FOUCAULT, 2006d). São discursos, proposições que foram adquiridas em sua materialidade (frases efetivamente ouvidas e lidas pelo sujeito, e escritas e

rememoradas por ele) e são “fundadas na razão, isto é, ao mesmo tempo em que são razoáveis, são verdadeiras e constituem princípios aceitáveis de comportamento” (FOUCAULT, 2006d, p. 390). Segue-se disso que “a *paraskeu* é o elemento de transformação do *logos* em *êthos*” (FOUCAULT, 2006d, p. 394, grifo do autor) e a *áskesis* “é o que permite que o dizer-verdadeiro [...] constitua-se como maneira de ser do sujeito” (FOUCAULT, 2006d, p. 395).

Deste modo, são os pressupostos e estratégias metodológicas e a metodologia, enquanto tática, que dão as condições para transformar os discursos que compõem os jogos de verdade em um exercício ético, em uma prática reflexiva. A pesquisa-intervenção permite este investimento em função de seus pressupostos, posições e características.

Destaca-se ainda que os jogos de verdade produzidos neste estudo são configurados menos por uma “retórica” do que por uma *parrhesía*. Para Foucault, a retórica pode ser definida como “uma técnica cujos procedimentos não têm evidentemente por finalidade estabelecer uma verdade, mas como uma arte de persuadir aqueles a quem nos endereçamos, pretendendo convencê-los quer de uma verdade quer de uma mentira [...]” (FOUCAULT, 2006d, p. 461). Persuasão e convencimento não são o objetivo deste estudo.

Trata-se, então, não de uma retórica, mas do dizer verdadeiro, do falar francamente, pois “na *parrhesía* só pode haver verdade. Onde não houver verdade não há franco-falar” (FOUCAULT, 2006d, p. 462, grifo do autor). Logo, o exercício ético do sujeito-pesquisador-escritor é configurado por uma *parrhesía*, por um dizer verdadeiro que não pretende subjugar os outros ou torná-los dependentes, mas é comandado pela generosidade como obrigação moral (FOUCAULT, 2006d).

Nesse sentido, o que define essencialmente as regras da *parrhesía* é o *kairós*, a ocasião, ocasião que é exatamente a situação dos indivíduos em relação uns aos outros e o momento escolhido para dizer a verdade. É precisamente em função daquele a quem nos endereçamos e do momento em que a ele nos endereçamos que a *parrhesía* deve modalizar não o conteúdo do discurso verdadeiro, mas a forma com que este discurso é sustentado (FOUCAULT, 2006d, p. 464, grifo do autor).

Temos assim, a partir deste desenvolvimento, a pesquisa como uma ascese, como prática de si do sujeito pesquisador que tem a metodologia da pesquisa-intervenção e seus pressupostos como tática, como equipamento (paraskeuê). Esse equipamento que torna o sujeito disponível para a experiência a partir de uma posição ética não é configurado por uma performance discursiva, por uma retórica, mas por um modo de falar francamente que tem um compromisso com a verdade. Esses elementos orientam o desenho metodológico deste estudo, que se desdobra nas práticas propostas pela pesquisa intervenção e pela intervenção fotográfica.

A Pesquisa Intervenção amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de transformação da realidade sócio-política, pressupondo uma intervenção micropolítica na experiência social (AGUIAR e ROCHA, 2003). Essa forma de pesquisar pressupõe constantes reformulações que vão ocorrendo na construção do problema e do processo, juntamente com os sujeitos que constituem o campo de intervenção, na qual pesquisador e campo vão se transformando mutuamente. É a experiência e o encontro que constituem o processo.

Entre os aspectos centrais que vêm norteando o desenvolvimento da pesquisa-intervenção, destacamos os seguintes: mudança de parâmetros de investigação no que tange à neutralidade e à objetividade do pesquisador, acentuando-se o vínculo entre gênese teórica e social, assim como a produção concomitante do sujeito e do objeto, questionamento dos especialismos instituídos, ampliando as análises do nível psicológico ao microssocial - deslocamento estratégico do lugar que historicamente foi destinado ao psicólogo, ênfase na análise da implicação, acentuando-se que, para além dos vínculos afetivos, profissionais ou políticos, a análise se realiza com as instituições que atravessam o processo de formação (AGUIAR e ROCHA, 2003, p. 71).

Nesse sentido, esse tipo de metodologia permite que o processo de pesquisar acompanhe os caminhos e desvios que vão sendo produzido nos encontros entre os sujeitos. Entre as estratégias de registro de experiência e de análise destacam-se a análise de implicação, o diário de campo e o investimento no processo, que são importantes em toda a trajetória da pesquisa. Estas constituem formas de potencializar o exercício de si do pesquisador que acontece nas relações e seus efeitos. Os registros e relatos no diário de campo permitem análises sempre inacabadas, pois é possível rever a trajetória da pesquisa e produzir sentidos outros ao que foi vivido, dando condições para a análise de implicação.

As análises, nesta orientação metodológica, são produzidas a partir dos analisadores que emergiram ao longo do processo da pesquisa e podem dar visibilidade e provocar os dispositivos que configuram as relações de poder. Neste estudo, os dispositivos (históricos e heterogêneos) indicam sobre a política de saúde como biopolítica e os analisadores evidenciam as experiências dos sujeitos. Dessa forma, a questão que se coloca como importante na pesquisa é analisar como os dispositivos podem ser visibilizados ou provocados neste espaço através da construção dos analisadores, que podem colocar tais dispositivos e seus efeitos em análise.

Dispositivo e analisador são termos que se ligam e se relacionam, mas são distintos entre si. Para Baremlitt (1998, p. 71), “um analisador não é apenas um fenômeno cuja função específica é exprimir, manifestar, declarar, evidenciar, denunciar. Ele mesmo contém os elementos para se auto-entender, ou seja, para começar o processo de seu próprio esclarecimento”. Um analisador visibiliza relações, dá a ver diferentes práticas e agenciamentos e potencializa, ao mesmo tempo, o processo para entender e esclarecer o que o próprio analisador faz em determinado campo, o que movimenta, o que permite, o que provoca.

Os dispositivos²⁰ presentes neste campo de pesquisa (a serem explicitados) indicam as condições históricas e as relações heterogêneas que fazem-nas funcionar em determinado sentido, pois “pertencemos a dispositivos e neles agimos” (DELEUZE, 1996, p. 92). Os analisadores podem mostrar os efeitos de dispositivo, os modos como se atualiza na especificidade do contexto da pesquisa e mostrar suas fragilidades e possibilidades de ruptura. Este processo de análise produz relações e análises singulares, não serializadas, as quais permitem a emergência de alguns analisadores, em função dos movimentos e dos encontros. A escolha de analisadores é importante para que seja possível potencializar diversas relações de mudança e de rupturas neste campo de relações de poder.

²⁰Segundo Deleuze (1996, p. 92-93), “À novidade de um dispositivo em relação aos que o precedem chamamos actualidade do dispositivo, a nossa actualidade. O novo é o actual. O actual não é o que somos, mas aquilo em que nos vamos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: *a parte da história e a parte do actual*”.

Esta mútua implicação das noções apresentadas provoca uma relação de coexistência entre ambas. Aquilo que emerge como analisador, que dá a ver a multiplicidade de relações em um campo de práticas, que manifesta e evidencia lógicas e funcionamentos só pode fazê-lo inserido em processos de subjetivação, imerso em um campo de visibilidades, de dizibilidades e de relações de poder, que indicam os dispositivos como conteúdo histórico, heterogêneo e como máquina de fazer ver e de fazer falar ali agenciada.

Neste estudo, podemos pensar o SUS como estratégia da biopolítica, que provoca uma outra forma de lidar com o corpo, não mais ligada ao controle e à disciplina, mas à produção da vida e da saúde pela regulamentação dos modos de vida da população, marcado pelas tensões entre a perspectiva higienista e a noção de saúde como produção coletiva. Pode-se pensar, também, o trabalho como estratégia ligada aos modos de produção da vida através da atividade produtiva, que é tensionada pelo disciplinamento e a possibilidade de criação e invenção.

Estas duas perspectivas colocadas no trabalho na saúde, indicam uma importante estratégia da biopolítica que provoca o trabalho e a saúde como dispositivo que pode orientar para a produção da vida de forma disciplinada e higienista, indicando que esta forma de viver pode ser considerada saudável e normal. Os analisadores, por sua vez, podem indicar os modos como este dispositivo pode funcionar no contexto específico analisado, designando suas fragilidades e possibilidades de ruptura.

A ligação das noções de trabalho e de saúde, como forma de operacionalizar o trabalho na saúde neste local, configura um regime que se define pelo que é visível e pelo que é enunciável sobre o trabalho e os trabalhadores. Neste estudo, um analisador que dá a ver diferentes processos e transformações, que evidencia funcionamentos, manifesta lógicas e relações, configura modos de trabalhar (e de ver) convocando reflexões é o tempo, o qual será desdobrado no decorrer deste estudo.

Neste estudo, ressaltamos a perspectiva da intervenção fotográfica (TITTONI, 2009), que, inserida no contexto da pesquisa-intervenção, busca problematizar/tensionar os modos de ver, de modo a provocar as éticas de ver e ampliar as possibilidades de olhar e as condições de visibilidade nos processos sociais e históricos. Em uma sociedade marcada pelas imagens, onde a imagem funciona como estratégia de comunicação que convoca o olhar, a intervenção fotográfica constitui-se como possibilidade de tensionar os efeitos de poder que produzem linhas de visibilidade e invisibilidade, que constroem modos de subjetivação.

5.2 Fotografia/Imagem: imagem como produção e intervenção

Que função teve a imagem como modo de intervenção neste estudo? Pode-se afirmar que a imagem como fotografia, como exercício fotográfico, possibilitou uma intervenção no “tempo” e na “passagem”, pois implicou os trabalhadores no processo da pesquisa, convocando-os a produzir olhares e reflexões. Os trabalhadores fizeram muitas fotografias, possibilitando a afirmação de uma produção a partir da visibilidade dos pontos de vista do trabalho nas fotografias. Esta foi uma das intervenções sustentadas pela pesquisa, no sentido de potencializar esta produção, em um contexto marcado pela desvalorização do trabalho no cotidiano e, muitas vezes, de não reconhecimento da própria produção.

Na continuidade da intervenção da pesquisa, houve um constante exercício de reflexão sobre a implicação dos trabalhadores naquele processo. De certa forma, este exercício falava também sobre a implicação deles com o seu próprio trabalho, através das fotografias. Eles tomaram a pesquisa como uma tarefa e convocaram a pesquisadora a decidir os rumos dos encontros, como utilizar as fotografias e sobre o que discutir, na tentativa de configurar uma relação que poderíamos chamar de "pedagógica".

A pesquisadora insistiu em uma construção da trajetória da pesquisa junto com os trabalhadores, na forma individualizada com que as relações eram estabelecidas, implicando-os sobre o que eles produziram e sobre o que gostariam

de fazer com esses elementos neste espaço aberto da pesquisa. O que querem fazer com as fotografias? O que querem mostrar? Como querem mostrar? O que eu enquanto pesquisadora posso falar desse processo e de que modo posso falar? O que e como a pesquisa pode visibilizar este trabalho na saúde? Que efeitos isso pode ter no trabalho, na gestão, na comunidade? Essas e outras eram perguntas feitas aos trabalhadores com a finalidade de produzir reflexões e de provocar problematizações sobre estes elementos e seus possíveis efeitos.

Imagens em movimento (que constituem um filme) convocam um olhar dinâmico e flutuante, pois não cessam de se alternar, estabelecendo uma relação de *passagem* com o tempo. Por outro lado, a fotografia convoca um outro tipo de olhar. A fotografia propõe um ponto de vista, um modo de ver, e produz uma necessidade de *sustentação* do olhar. Neste sentido, inseridos neste tempo que corre incessantemente, os trabalhadores foram convidados a tomar um ponto de vista, sustentar um olhar e “suportar” um tempo tanto para fotografar, quanto para ver as fotografias e falar sobre elas.

O que é atual é sempre um presente. Mas, justamente, o presente muda ou passa. Pode-se sempre dizer que ele se torna passado quando já não é, quando um novo presente o substitui. Mas isso não quer dizer nada. Certamente é preciso que ele passe, para que o novo presente chegue, que passe ao mesmo tempo que é presente, no momento em que o é. É preciso, portanto, que a imagem seja presente e passada, ainda presente e já passada, a um só tempo, ao mesmo tempo. Se não fosse já passada ao mesmo tempo que presente, jamais o presente passaria. O passado não sucede ao presente que ele não é mais, ele coexiste com o presente que foi. O presente é a imagem atual, e *seu* passado contemporâneo é a imagem virtual, a imagem especular (DELEUZE, 2005b, p. 99).

A própria fotografia pode ser tomada como instante, a fotografia como um tempo passado e presente, pois o presente está em constante atualização. Nesse sentido, possibilitar a realização de fotografias no contexto do trabalho, convocar a sustentação de um olhar sobre a imagem e a conseqüente reflexão sobre este exercício provocou uma ruptura na dinâmica deste espaço. Este é um lugar de passagem, de mudança, de fragmentação das relações e de instabilidade, e a fotografia convocou a implicação, pois “ela” não passa, ou melhor, ela se torna passado, mas há sempre uma “presença” da imagem que se atualiza no presente. Ela contém um instante, um tempo, dá a ver um ponto de vista, uma perspectiva e para que se produzam sentidos sobre a imagem, há que se sustentar um olhar. E

sustentar um olhar é ter uma posição reflexiva. Olhar, contemplar e refletir configura uma ética do ver.

De acordo com Susan Sontag (2004), as fotografias nos ensinam um novo código visual, modificando e ampliando nossas ideias acerca do que vale a pena olhar. Nesse sentido, as fotografias “constituem uma gramática e, mais importante ainda, uma ética do ver” (SONTAG, 2004, p. 13). A sociedade contemporânea é marcada pelas imagens, um mundo de imagens que convoca o olhar, que agencia possibilidades de olhar sob certas condições de visibilidade, inseridas nos processos sociais e históricos. Esses agenciamentos provocados pelas imagens constituem uma ética do ver, um modo de ver o mundo por meio de fotografias e imagens, que já não são mais apreendidas como cópia da realidade (como nos tempos do surgimento da fotografia na modernidade e no seu uso comum até os dias de hoje), mas como uma produção da própria realidade. Segundo Sontag (2004, p. 196):

[...] a força das imagens fotográficas provém de serem elas realidades materiais por si mesmas, depósitos fartamente informativos deixados no rastro do que quer que as tenha emitido, meios poderosos de tomar o lugar da realidade – ao transformar *a realidade* numa sombra. As imagens são mais reais do que qualquer um poderia supor [pois elas produzem realidades].

Para Roland Barthes (1984, p. 15) “a Fotografia sempre traz consigo seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no âmago do mundo em movimento: estão colados um ao outro [...]”. Diferentemente do autor, na perspectiva deste estudo “nenhuma imagem é expressão de seu referente”, trazendo potência para sua utilização/produção nos diversos espaços e como forma de intervenção nos modos de ver. Essa tensão quebra com a ideia construída ao longo da modernidade de que uma imagem seria uma réplica do mundo real, uma cópia fiel e indiscutível da realidade.

Tomar a imagem não como representação de uma unidade, mas como criação e alteridade, transforma a concepção de cópia em uma produção, na medida em que a imagem pode evocar sentidos outros que não estão colados ao seu referente. Ainda, nesse sentido, pensar a imagem como produção e como diferença

opõe-se a uma concepção moderna de que há uma realidade a ser captada e uma essência a ser revelada.

Além de a fotografia constituir, por meio de seu aparato tecnológico, “um modo de atestar a experiência” (SONTAG, 2004, p. 20), segundo Sontag (2004), produzir fotografias também é uma forma de recusar a experiência, convertendo-a em uma imagem, um souvenir. Nesse sentido, a autora afirma que o ato de fotografar “dá forma” a experiência, circunscrevendo-a. No entanto, ao mesmo tempo, pode-se pensar que fotografar “deforma” a experiência daquilo que está sendo fotografado, pois congela em um espaço (neste caso o papel) um processo contínuo, que de outra forma nunca seria visto dessa perspectiva e desse modo. Por outro lado, este exercício dá forma a experiência de fotografar, ao ato de focalizar algo através de lentes que registram determinado objeto, pessoa, lugar, momento, entre outras possibilidades.

Ainda, segundo a autora, fotografar é um ato de não intervenção, pois “a pessoa que interfere não pode registrar; a pessoa que registra não pode interferir” (SONTAG, 2004, p. 22). Entretanto, analisando o “fotografar” (como ação) a partir da perspectiva da intervenção fotográfica (TITTONI, 2009), pode-se pensar que há uma intervenção não sobre a coisa fotografada, mas sobre o ato de fotografar, de exercitar um olhar fotográfico e de provocar outros modos de ver. A intervenção fotográfica, inserida no contexto da pesquisa-intervenção, busca problematizar/tensionar os modos de ver, buscando provocar as éticas de ver e ampliar as possibilidades de olhar e as condições de visibilidade nos processos sociais e históricos.

A partir de uma perspectiva foucaultiana, podemos pensar que as imagens são produzidas nas relações de poder, que configuram linhas de visibilidade e invisibilidade, e são os jogos de verdade que legitimam discursos nos diferentes contextos. Tal concepção está de acordo com a discussão acerca da fotografia como produção dos modos de ver e de uma ética do ver, e não como uma reprodução idêntica do mundo. Sobre as visibilidades Deleuze ressalta que:

[...] as visibilidades, por sua vez, por mais que se esforcem para não se ocultarem, não são imediatamente vistas nem visíveis. Elas são até mesmo invisíveis enquanto permanecermos nos objetos, nas coisas ou nas qualidades sensíveis, sem nos alçarmos até a condição que as abre. E se as coisas se fecham de novo, as visibilidades se esfumam ou se confundem, a tal ponto que as “evidências” se tornam incompreensíveis a uma outra época [...] A condição à qual a visibilidade se refere não é, entretanto, a maneira de ver de um sujeito: o próprio sujeito que vê é um lugar na visibilidade, uma função derivada da visibilidade [...] (DELEUZE, 2005a, p. 66).

Nesse sentido, a visibilidade, se tomada apenas como aquilo que é visível pelo sentido da visão (olho humano), pela visão imediata dos objetos, pode se tornar invisível, ocultando a perspectiva de que há uma produção de visibilidade inserida nas condições de possibilidade de uma época, nas quais o sujeito também é produzido como um lugar nesta visibilidade. Cada um que olha, olha com olhos múltiplos, atravessados por diversos discursos que constituem possibilidades de ver que nunca serão as mesmas. Portanto, estas possibilidades são sempre atualizadas no presente de quem olha.

As imagens supõem um passado e um presente que não cessa de se atualizar, e de passar, convocando uma ética do ver que não é da ordem da individualidade. Isso sugere não tomar as fotografias produzidas pelos trabalhadores como “o” campo de visibilidade, especificamente, como se o visível se reduzisse a imagem. A visibilidade produz-se nas condições históricas, políticas, culturais, institucionais, sociais, nas quais os trabalhadores da saúde também são uma produção e um lugar neste visível.

A mesma problematização da visibilidade pode ser referenciada ao entendimento dos enunciados e das dizibilidades, pois, para Deleuze (2005a, p. 62) “eles [os enunciados] nunca estão ocultos, e no entanto não são diretamente legíveis, sequer dizíveis. Poder-se-ia crer que os enunciados frequentemente estão ocultos, sendo objeto de um disfarce, de uma repressão ou menos de um recalque”, hipótese que Foucault desconstrói na discussão sobre a sexualidade no livro “A Vontade de Saber”. Dessa forma, destaca-se que:

Em suma, se não nos alçamos até suas condições extrativas, o enunciado continua oculto; desde que tenhamos atingido as condições, ao contrário, ele está visível e diz tudo. [...] Que tudo seja sempre dito, em cada época, talvez seja esse o maior princípio histórico de Foucault: atrás da cortina nada há para se ver, mas seria ainda mais importante, a cada vez, descrever a cortina ou o pedestal, pois nada há atrás ou embaixo (DELEUZE, 2005a, p. 63).

Em síntese, o visível e o dizível não são reduzidos ao olhar e a fala, pois isso obscurece a complexidade destas produções. Além disso, a visibilidade e a dizibilidade não são imediatamente perceptíveis nem óbvias, mesmo que explícitas, e ao mesmo tempo não há nada por trás ou ao lado, pois tudo é dado a ver e a enunciar. O que é importante são as condições de possibilidade dos enunciados e das visibilidades, as quais são muito mais do que o dizer e o ver, pois se desenvolvem nas relações de poder que envolvem a história, a economia, a política, o governo, as instituições, a cultura, entre tantos outros elementos.

Neste campo de intervenção, a fotografia deu visibilidade ao “tempo” e a “passagem”: buscando suportar um olhar em um contexto de “passagem” como condição de trabalho devido a fragmentação da equipe. As imagens possibilitaram o exercício de suportar o tempo da reflexão e do pensar sobre o trabalho, conforme aprofundaremos ao longo deste estudo no desdobramento dos analisadores destas práticas.

Outro aspecto importante da intervenção com fotografias foi a provocação do falar em um contexto marcado pela fragmentação e pela individualização das tarefas. Os trabalhadores falavam pouco entre si, não havia reunião de equipe e provocar as imagens e as falas constituiu uma estratégia de intervenção interessante. Dessa forma, houve uma tensão entre o “falar” e o “olhar” operando contradições: a sala de espera ficava cheia nas falas dos trabalhadores, mas estava vazia nas imagens, tensionando o vazio e o ambiente, por exemplo. A imagem funcionou como uma forma de intervenção no silêncio e na passagem.

5.3 Como a pesquisa aconteceu...

10



11



12



13



14



15



16



Fotografia número 2



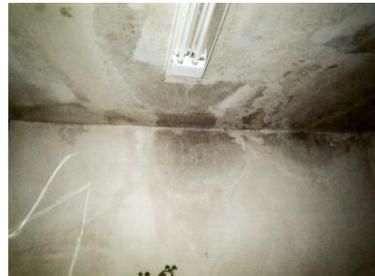
17



18



19



20



21



Fotografia número 4



22



23



24



25



26



27



*Afetos, olhares, espaços, reforma,
fotografias, tempo, mofo,
trabalho...
Possibilidades
para
um acontecimento.*

Este estudo possuiu diversos atravessamentos, como já discutido em vários momentos anteriores, permitindo pensar as condições de possibilidade da pesquisa sob diferentes âmbitos. A seguir, segue um relato sobre o modo como ocorreu a pesquisa “na prática” e os elementos que a constituíram como experiência. Importante pensar, através destes relatos, os modos como as práticas reflexivas foram sendo – ou não – agenciadas, preteridas ou potencializadas.

Em primeiro lugar, indicamos a separação entre os turnos de manhã e tarde e os modos de funcionamento da equipe que foram produzindo efeitos na pesquisa e no seu relato. A ideia inicial da pesquisa era a de propor um espaço comum a todos os trabalhadores, o que não foi possível em função da distribuição dos horários de trabalho. Já na primeira oficina, houve um pedido, por parte da coordenação da área 8, para a realização de oficinas nos dois turnos (manhã e tarde), pois os trabalhadores constituíam uma mesma equipe e todos gostariam de participar. Então, foram realizados oito encontros com os trabalhadores do turno da manhã e oito encontros com os da tarde, mostrando a especificidade da equipe nos dois turnos, pois as equipes mostraram diferentes modos de funcionamento que foram sendo evidenciados nas oficinas.

Como juntar na escrita algo que está separado na prática? De fato, os processos e vínculos agenciados pela pesquisa foram diferentes nestes dois tempos (manhã e tarde) e não há como reuni-los e sintetizá-los. Existem diferenças marcantes entre estes processos e é necessário preservar suas especificidades, tomando-as como questões a serem problematizadas.

Uma das principais diferenças entre as equipes também está relacionada com o tempo: na equipe da manhã a maioria dos funcionários trabalha no posto e na saúde pública há pouco tempo – em torno de dois meses a três anos – se comparada com a equipe da tarde, na qual as trabalhadoras são mais antigas – trabalham na saúde a mais de quinze anos e muitas estão quase se aposentando. Além disso, os trabalhadores contratados em regime de emergência e os estagiários de enfermagem desempenham suas atividades, geralmente, no turno da manhã, provocando uma passagem e uma circulação de pessoas que ficam por tempo

reduzido no local em relação aos trabalhadores do turno da tarde. Este fato propõe diferentes expectativas, ritmos de trabalho e formas de relação com os colegas e usuários, bem como com a própria pesquisa.

Como a pesquisa aconteceu? Investindo nos vínculos e na abertura de um espaço para a pesquisa. Este espaço foi sendo criado através da estratégia inicial de estar lá e observar, conversar, caminhar, escutar para, aos poucos, abrir uma possibilidade de interlocução, de conexão com os trabalhadores. Só agora percebo que isso já era uma intervenção: estar ali, ocupar um espaço, investir nas relações, acreditar que algo seria produzido.

Diferente da escrita do projeto, a vivência no campo de pesquisa não apresenta a coerência das reflexões teóricas, pois, a todo o momento somos desafiados, questionados e convocados a falar, explicar e propor um trabalho que ainda está na fase inicial do processo. A pesquisa estava apenas começando e seu desenvolvimento dependia de todas as relações que aconteceriam ao longo do tempo. Entre os meses de abril e de agosto de 2011 (cinco meses) fui uma vez por semana ao Ambulatório conversar com as pessoas e conhecer o trabalho, buscando provocar uma abertura para as relações que o campo apresentava.

Neste período de acompanhamento eu produzia fotografias sobre questões que me faziam pensar, construindo narrativas de imagens sobre os encontros, as conversas e as cenas que me marcavam. Nos momentos em que eu fazia fotografias alguns trabalhadores perguntavam sobre o que eu estava fazendo e eu já apresentava a questão da imagem e dos usos da imagem. Além disso, uma ferramenta importante em todo o percurso foi o diário de campo, no qual eram relatados os acontecimentos do dia, reflexões, colava imagens importantes utilizando-o como um interlocutor das análises e dos processos.

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, depois desse período de acompanhamento, conversei com os trabalhadores sobre a ideia de utilizarmos câmeras fotográficas e fazermos oficinas de fotografia pensando na discussão sobre o trabalho em saúde. Alguns deles estranharam e disseram que as pesquisas que

eles conheciam utilizam questionários e gravadores. Neste sentido, a fotografia é um recurso metodológico interessante e potente, pois provoca um deslocamento de uma visão tradicional de pesquisa, a partir da produção de imagens, ao invés de usar recursos mais comuns como a escrita e a fala. As oficinas de fotografia foram propostas no sentido de intervir nos modos de ver o trabalho, intervir nas linhas de visibilidade produzidas nas relações de poder destas práticas.

Em função da separação prática do trabalho entre manhã e tarde, a trajetória escrita das oficinas manteve este modo de pensar sobre o processo de forma distinta, a fim de possibilitar a análise das singularidades produzidas neste campo. O diário de campo foi sendo constituído pelos relatos das oficinas, evidenciando os processos e reflexões produzidos nestes momentos, bem como possíveis análises e entendimentos da pesquisadora, separados no tempo: oficinas do turno da manhã e oficinas do turno da tarde.

5.3.1 O processo da pesquisa

Na primeira oficina propusemos uma conversa (com os trabalhadores do turno da manhã) sobre a fotografia e seus usos comuns, o que eles gostavam de fotografar, porque fotografavam e o que faziam com as fotografias. Eles foram se apropriando e produzindo uma discussão sobre fotografia onde surgiram temas sobre como cada um é diferente do que está em uma fotografia e que a imagem nem sempre representa a pessoa como ela pensa que é.

Os trabalhadores falaram das coisas que davam visibilidade a seu trabalho: planilhas de atendimento, tabelas de procedimentos, listas de materiais utilizados, assinaturas dos pacientes nas fichas, marcações de exames, entre outras coisas. No entanto, ao conversarem e problematizarem o assunto, surgiram elementos do trabalho que não são visíveis, não são quantificáveis, mas que também constituem o trabalho como a paciência, a calma, a conversa, a técnica, a tristeza quando escutam histórias difíceis, as alegrias de ver casos bem encaminhados, a angústia de não saber o que fazer em determinado caso, entre tantos outros elementos.

Foram apresentadas diversas produções fotográficas, de contextos e de fotógrafos diferentes, com a finalidade de discutir sobre a imagem e problematizar a ideia usual e naturalizada de fotografia como cópia da realidade. Problematizou-se a noção de imagem como produção e não como representação, a partir da percepção de que o olhar é produzido pelas condições e pelos modos de ver de determinadas épocas (condições históricas, sociais, políticas, etc.); se o olhar é uma produção, a fotografia é um desdobramento de um modo de ver, uma produção do olhar.

Foram disponibilizados diversos livros de e sobre fotografias (Vik Muniz, Sebastião Salgado, Atget, entre outros) a fim de provocar uma maior sensibilização para o exercício fotográfico. Eles foram olhando em grupos pequenos, trocando os livros entre si e falando das imagens, discutindo como foram feitas e em que contexto. Quando todos já tinham visto os livros de fotografia disponibilizados, foram questionados sobre quais fotografias mais chamaram a atenção.

No final desta primeira oficina com os trabalhadores do turno da manhã, a coordenação pediu que também fossem realizadas oficinas junto aos trabalhadores do turno da tarde. Nem todas as pessoas poderiam estar no posto no horário da manhã e a coordenação manifestou o interesse de que os trabalhadores de ambos os turnos pudessem ter a oportunidade de participar, caso tivessem vontade. Combinamos então que seriam realizadas oficinas de manhã e de tarde, para contemplar o conjunto de profissionais do Ambulatório Básico.

Na segunda oficina com os trabalhadores do turno da manhã, levamos diversas câmeras fotográficas a fim de oferecer a oportunidade de realizar um exercício fotográfico para todos que sentissem vontade, já que a adesão à pesquisa foi voluntária. Alguns estavam em reunião, outros estavam em atendimento e outros tinham disponibilidade. A equipe de pesquisa estava formada por três pesquisadores e nós começamos a fotografar e a distribuir câmeras para quem quisesse participar, lembrando que o exercício estava relacionado com a discussão sobre imagem e trabalho realizado na oficina anterior, indicando que o tema geral das fotografias seria “o trabalho naquele local” e que não poderiam fotografar pessoas, conforme decisão do Comitê de Ética da Secretaria da Saúde da Prefeitura de Porto Alegre.

Não houve um grupo, uma reunião de todos... Fomos acompanhando o movimento dispersante dos trabalhadores ali, com seus vínculos diversos, tempos totalmente diferentes (fragmento do diário de campo, p. 19). Cada um pegava uma câmera e fotografava individualmente. O fato de que, neste dia, estávamos entre três pessoas do grupo de pesquisa, facilitou o acompanhamento deste modo de organização que foi sendo proposto por eles. Ficou visível a maneira como eles foram se organizando para fazer as fotografias. Sem formar um grupo, sem pensar em produzir fotografias em conjunto, cada um pegava a câmera, fotografava várias coisas e passava para o colega. Deixamos a disposição de todos uma câmera descartável, com 27 poses, para quem quisesse produzir fotografias. Vamos ver o que acontece (fragmento do diário de campo, p. 19).

Um fato surpreendente foi a quantidade de fotografias produzidas nesta oficina. Ao todo foram realizadas mais de cento e cinquenta fotografias (150), durante aproximadamente uma hora, pelos trabalhadores do turno da manhã. As pessoas se interessaram, quiseram fotografar e se envolverem com a proposta, cada um do seu modo, dentro das suas possibilidades. Eles fotografaram muitos objetos, ambientes, materiais de trabalho, colegas de trabalho. A maioria das imagens sobre o trabalho constituía uma expressão de referentes comuns ao universo do posto (cadeiras, mesas, papéis, seringas, cartazes, equipamentos, etc).

A ideia era a de que ao longo do processo da pesquisa e do tempo eles pudessem fazer outro exercício fotográfico, após discussões e produções sobre as imagens realizadas. No entanto, como eles fizeram muitas fotografias, trabalhamos com as que eles produziram neste dia, ao longo de toda a pesquisa, também como intervenção, no sentido de valorizar o trabalho, valorizar a produção deles e convocar o olhar e a reflexão sobre esta produção, pensando nas práticas reflexivas.

Nas oficinas seguintes estas fotografias produzidas pelos trabalhadores constituíram o elemento principal das discussões e das reflexões, exigindo problematizações constantes dos trabalhadores e da pesquisadora sobre o que foi produzido. Dessa forma, a fim de não apresentá-las em forma de relatório descritivo,

destacaremos alguns pontos evidenciados nestes encontros que permitem identificar relações importantes com as reflexões sobre o trabalho e os modos de trabalhar.

Os trabalhadores fotografaram diversas coisas, principalmente objetos, material de trabalho, ambientes vazios e a degradação destes ambientes (mofo, lixo, etc). Também fotografaram os colegas de trabalho (sozinhos e em grupo) e alguns usuários. Tais imagens constituíram o principal material de trabalho da pesquisa e foram sendo problematizadas ao longo das oficinas, pensando e discutindo sobre os modos de ver o trabalho. Este exercício foi evidenciando, entre outras coisas, uma interface entre o trabalho e o ambiente de trabalho, ambos separados das pessoas, com uma extrema valorização do espaço físico e do local de trabalho, ou desvalorização do espaço físico, como veremos adiante.

Oferecemos, também, um espaço de oficina para os trabalhadores do turno da *tarde*. Diferentemente da manhã, onde as oficinas ocorreram na sala de recepção da área 8, fomos recebidos na cozinha, o que já evidenciava um jeito diferente de trabalhar, pois as possibilidades de organização do trabalho são diferentes entre os turnos. Conversamos sobre a pesquisa, sobre o trabalho que já estava em andamento e iniciamos uma discussão sobre o trabalho e a pesquisa.

Inicialmente falamos das visibilidades e invisibilidades do mundo do trabalho, ressaltando os elementos que fazem parte do trabalho, mas que não aparecem. Este assunto disparou uma intensa fala dos trabalhadores ao longo da tarde. Os seis trabalhadores ali presentes, juntamente comigo e meu colega de pesquisa, passaram a discorrer sobre uma série de assuntos importantes que dizem respeito ao que eles fazem. *Outras questões que apareceram foram falas gerais sobre o trabalho com uma carga bastante pesada. Instabilidade; Angústia; Desmotivação; Cansaço; Falta de reconhecimento; Excesso de mudanças. O grupo referiu que eles estão vivendo uma fase de mudanças constantes e que ninguém pergunta para eles o que eles acham. Segundo eles: “As coisas vem de cima para baixo, caem de pára-quedas” (fragmento do diário de campo, p. 20).*

Outras questões ganharam evidência nesta conversa, principalmente em relação ao trabalho desenvolvido no Ambulatório Básico. Algumas pessoas demonstraram o desejo de permanecer fazendo aquilo que sabem fazer, referindo-se a um tipo de serviço ambulatorial de atendimento (vacinação, pesagem de crianças, nebulização, etc.) que se mantém neste local. No entanto, este é um movimento contrário às diretrizes da Atenção Básica do SUS, que tende a ampliar a Estratégia de Saúde da Família²¹, potencializar as relações das equipes e profissionais de saúde com o território e a comunidade, rompendo com uma lógica de modelo biomédico, hospitalocêntrico. O que sustenta este Ambulatório na rede de saúde do município?

Enfim, foi uma conversa cheia de angústia, tensões e desabafos. Tantas coisas que não consigo lembrar, mas talvez o que traduza um pouco dessa conversa são essas expressões: “Vou levando do jeito que dá”, “Não aguento mais”, “A gente nunca sabe o que vai acontecer”, “Está muito difícil”, “O momento é de instabilidade”, “Eu sou só um número”, entre tantas outras. Além disso, eu fiz algumas fotografias nesse dia de tarde depois da oficina, por acaso (fotografias números: 1, 3, 9)... (fragmento do diário de campo, p. 22).

Abrir um espaço de escuta e de fala para os trabalhadores em um momento cheio de tensões e de mudanças consistiu em um movimento interessante. Eles ocuparam este espaço oferecido pela pesquisa e se abriram para o encontro. Eles precisavam falar. Na segunda oficina da tarde levamos os mesmos livros de fotografia oferecidos para a equipe da manhã. Eles conversaram, principalmente,

²¹Sobre a ESF, é importante ressaltar que: “a Saúde da Família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade. A responsabilidade pelo acompanhamento das famílias coloca para as equipes saúde da família a necessidade de ultrapassar os limites classicamente definidos para a atenção básica no Brasil, especialmente no contexto do SUS. A estratégia de Saúde da Família é um projeto dinamizador do SUS, condicionada pela evolução histórica e organização do sistema de saúde no Brasil. A velocidade de expansão da Saúde da Família comprova a adesão de gestores estaduais e municipais aos seus princípios. Iniciado em 1994, apresentou um crescimento expressivo nos últimos anos. A consolidação dessa estratégia precisa, entretanto, ser sustentada por um processo que permita a real substituição da rede básica de serviços tradicionais no âmbito dos municípios e pela capacidade de produção de resultados positivos nos indicadores de saúde e de qualidade de vida da população assistida” (BRASIL. Departamento de Atenção Básica. Saúde da Família. 2012).

sobre as fotografias do Sebastião Salgado, as quais mostravam crianças em diversas situações de miséria. Discutiram sobre a miséria nas imagens e no trabalho e sobre a dificuldade de lidar com estas situações, principalmente quando existem crianças envolvidas.

Além disso, o outro livro de fotografias que gerou diversos comentários foi “Marcha dos 100 mil” sobre a ditadura. Conversamos sobre a ideia do autor que foi a de buscar a história de algumas pessoas dentro de uma fotografia da multidão nos movimentos de resistência à ditadura. *Esse livro disparou uma conversa sobre as greves, e uma das trabalhadoras (que é servidora pública federal) falou que a maioria das conquistas da categoria ocorreu em função das greves, que é onde o trabalhador mostra sua força. Elas falaram do absurdo da atual gestão do município, que descontou os dias parados do salário dos trabalhadores que fizeram a última greve (fragmento do diário de campo, p. 30).*

No turno da tarde os trabalhadores fizeram uma combinação de que quem participava das oficinas da manhã, durante os encontros da tarde, ficaria atendendo os usuários, e a equipe da tarde poderia participar. A maioria dos encontros ocorreu na cozinha. Na oficina seguinte, levamos as câmeras e convidamos os trabalhadores da equipe da tarde para fotografar. Nem todos quiseram participar. Alguns queriam conversar e outros queriam fotografar. Os principais elementos escolhidos para fotografar nesta oficina foram: objetos e equipamentos do trabalho; ambientes; “coisas bonitas” – árvores do pátio do posto; a degradação do ambiente, como uma forma de denúncia das condições de trabalho; algumas pessoas da equipe; cartazes.

A equipe da tarde foi construindo um processo e uma relação com as imagens diferente da equipe da manhã. As duas questões que mais me chamaram a atenção nos dois processos foram: a preocupação em mostrar a produtividade do trabalho nas imagens e denunciar as condições e a degradação do ambiente (mofo nas paredes, lixo, etc) – esta última ganhou evidência no turno da tarde. As pessoas que preferiram conversar *“Falaram da angústia... Do excesso de mudanças... Que*

ninguém avisa nada e as coisas vão acontecendo... Falaram do ponto eletrônico...” (fragmento do diário de campo, p. 34,35).

Nas oficinas seguintes da manhã e da tarde, foram trazidas as fotografias impressas, o que produziu um outro olhar e outras reflexões. *Perguntei como elas dividiriam essas fotografias, se era possível aproximar umas das outras, classificar de alguma forma. Elas dividiram as fotografias assim: o caos (o que está sujo, os problemas, os mofos, etc), as coisas do trabalho no posto, e o lado de fora (fragmento do diário de campo, p. 42).* Ao falarem das fotografias os trabalhadores evidenciaram a contradição de se trabalhar em um serviço de atenção à saúde que apresenta um ambiente precário (coisas velhas, lixo, mofo) – principalmente no turno da tarde.

Outra questão recorrente foi a fala de que as “coisas” bonitas estão fora do “posto” (árvores e flores) e ali dentro as “coisas” são feias. Estava bem presente, também, a ideia de fotografar aquilo que incomoda e denunciar, mostrar as condições de trabalho. *Elas falaram que algumas fotografias eram muito significativas e falavam do momento em que elas estão... A fotografia do ponto eletrônico, a fotografia do cartaz sobre “a luta pelas 30hs”.... Falaram que agora é o pior momento, mais tenso, mais precário, que já foi muito melhor. Perguntei: como era antes? Elas disseram que era diferente... Era mais organizado, elas tinham mais recursos e mais clareza sobre o trabalho, mais segurança sobre o que ia acontecer... As pessoas eram mais unidas. E que agora era a precariedade... que nada era certo... que estava tudo um caos. E que agora vai vir uma reforma e vai ficar tudo uma confusão (fragmento do diário de campo, p. 44).*

O processo da pesquisa foi finalizado com uma exposição fotográfica (a ser detalhada nos analisadores) que funcionou como uma intervenção, pois colocou em evidência fotografias produzidas e escolhidas pelos trabalhadores. As fotografias foram expostas aleatoriamente, integrando as imagens escolhidas pelos trabalhadores de ambos os turnos. As fotografias foram ampliadas e destacadas em fundos coloridos (cores presentes nas próprias imagens), compondo uma exposição disposta na nova entrada da área 8, após a conclusão da reforma. Esta visibilidade

produziu diversos efeitos, provocando estranhamento no próprio olhar dos trabalhadores que já conheciam todas as fotografias. Este estudo foi organizado a partir da análise destes processos e das imagens produzidas, sendo que a pesquisadora produziu narrativas fotográficas que indicam estes analisadores.

A partir das fotografias, juntamente com os demais elementos da pesquisa, foram sendo construídos analisadores que evidenciaram as relações e os modos de trabalhar neste local, e que indicam linhas de visibilidade ligadas ao próprio modo de operação da política pública de saúde. Esta política transversaliza as relações operando nos diferentes equipamentos de atenção à saúde e nos modos de trabalhar. Assim, este estudo não pode ser considerado um “estudo de caso”, pois os jogos de verdade produzidos neste percurso, e conseqüentemente, os analisadores destacados, estão condicionados às condições de possibilidade históricas, políticas, econômicas e culturais.

As oficinas constituíram, talvez, o processo mais importante do trabalho e o mais tenso. Nesse sentido, nas análises serão identificados alguns analisadores produzidos tanto nos processos da manhã, como da tarde, que indicam sobre os modos de trabalhar neste local: tempo, fragmentação do trabalho, “dentro” e “fora”, a passagem e a implicação com o trabalho. As questões específicas dos grupos da manhã e da tarde serão destacadas como um analisador (divisão entre turno da manhã e da tarde) com a indicação dos seus respectivos elementos.

SOBRE AS ANÁLISES...

6 O PESQUISADOR COMO CONTEMPORÂNEO E A PESQUISA COMO ACONTECIMENTO: O TEMPO COMO ANALISADOR

“Quem é você?”, perguntou a Lagarta. Não era um começo de conversa muito animador. Alice respondeu, meio encabulada: “Eu... eu mal sei, Sir, neste exato momento... pelo menos sei quem eu *era* quando me levantei esta manhã, mas acho que já passei por várias mudanças desde então” (CARROLL, 2002, p. 45).

Como escrever sobre um processo? Este é um dos questionamentos que acompanhou e provocou as reflexões neste texto. Segundo o dicionário de língua portuguesa Aurélio, a palavra *processo* pode ser definida como:

1. Ato de proceder, de ir por diante; seguimento, curso, marcha. 2. sucessão de estados ou de mudanças [...]. 3. Maneira pela qual se realiza uma operação, segundo determinadas normas; método, técnica; [...] 4. *Fís.* Seqüência de estudos de um sistema que se transforma; evolução [...] (FERREIRA, 1986, p. 1395).

O processo de pesquisa acontece em um espaço de tempo determinado e coloca em questão as relações em um campo de práticas – que envolve jogos de poder e de verdade - produção de intervenções e de análises que vão construindo um caminho e uma trajetória. Insere-se e desenvolve-se de acordo com determinadas normas que configuram uma metodologia, ou seja, um modo de percorrer este caminho que traça limites e possibilidades na pesquisa.

Neste contexto de complexidade de relações, escrever, analisar e refletir sobre toda a trajetória de uma pesquisa é um exercício desafiador que se desenrola em um tempo nada específico. Poderia ser definido como uma contradição, pois ao colocar um processo em palavras, ao contá-lo e descrevê-lo, limita-se a experiência a um campo linguístico, comunicável e inteligível, que vai deixando de ser contínuo. Tem-se a impressão de que circunscrever e determinar em palavras algo que é da ordem da transformação, faz com que a potência do que foi vivido seja reduzida e circunscrita. Aquilo que está no plano das virtualidades, das diversas possibilidades, do vir a ser, vai sendo objetivado e ganha o contorno das palavras. É instigante a tarefa de transmitir ao leitor uma experiência que está para além das possibilidades de descrições, com as limitações que a linguagem escrita exige.

Por outro lado, escrever e pesquisar podem ser, também, uma experiência, no sentido apresentado por Foucault, como algo da ordem da transformação e da mudança. A escrita é “um elemento de exercício que traz a vantagem de ter dois usos possíveis e simultâneos. Uso, em certo sentido, para nós mesmos. É escrevendo, precisamente, que assimilamos a própria coisa na qual se pensa” (FOUCAULT, 2006d, p. 432). Além disso, “certamente a escrita é também um uso que serve para os outros” (FOUCAULT, 2006d, p. 433)²².

A escrita pode ser uma prática de si, um exercício de si sobre si, tanto para quem escreve, quanto para quem lê, pois convoca incessantes relações discursivas e práticas, podendo potencializar transformações. A escrita pode ser pensada dessa forma, desde que entendida como um exercício inserido em relações de poder que convoca transformações e operações do sujeito sobre si mesmo, mobilizando uma prática de si, com o objetivo de escrever sobre si e sobre os outros. Configura uma condição de sujeição aos limites do plano linguístico, daquilo que é possível comunicar de forma escrita sobre si mesmo e sobre um processo.

Tais relações permitem tomar a escrita enquanto passagem, enquanto caminho sem destino de chegada, pois a “estrada” construída pelas palavras do autor, pelo seu exercício de escrita singular, pode ser percorrida diversas vezes, sempre de outros modos, pois há diferença na repetição. Nas palavras de Deleuze:

Repetir é comportar-se, mas em relação a algo único ou singular, algo que não tem semelhante ou equivalente. Como conduta externa, esta repetição talvez seja o eco de uma vibração mais secreta, de uma repetição interior e mais profunda no singular que a anima. A festa não tem outro paradoxo aparente: repetir um “irrecomeçável”. Não acrescentar uma segunda e uma terceira vez à primeira, mas elevar a primeira vez à “enésima” potência. (DELEUZE, 2006, p. 20).

A escrita, assim, constrói-se na trajetória da constituição do sujeito como autor (que se transforma escrevendo) e na produção de efeitos imponderáveis e incontroláveis do texto e dos diversos entendimentos e reflexões que ele pode causar ou disparar. Este “irrecomeçável” da repetição permite a produção de

²²Segundo Foucault (2006d, p. 433): “[...] as anotações que devemos fazer sobre as leituras, ou sobre as conversas que tivemos, ou sobre as aulas a que assistimos, em grego denominam-se precisamente *hypomnēmata*, isto é, são suportes de lembranças. São anotações de lembranças com que precisamente poderemos, graças à leitura ou a exercícios de memória, rememorar as coisas ditas”.

singularidades e diferenças da escrita (como processo) e do sujeito. Na singularidade não se trata de traçar referências e modelos, como na identidade, mas de indicar possibilidades de existência e de transformações. Sobre a singularidade, na relação de distinção à identidade, é importante ressaltar o ponto de vista deste estudo:

Identidade e singularidade são duas coisas completamente diferentes. A singularidade é um conceito existencial; já a identidade é um conceito de referenciação, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários. Essa referenciação vai desembocar tanto no que os freudianos chamam de processo de identificação, quanto nos procedimentos policiais, no sentido da identificação do indivíduo – sua carteira de identidade, sua impressão digital, etc. Em outras palavras, *a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável*. Quando vivemos nossa própria existência, nós a vivemos com as palavras de uma língua que pertence a cem milhões de pessoas; nós a vivemos com um sistema de trocas econômicas que pertence a todo um campo social; nós a vivemos com representações de modos de produção totalmente serializados. No entanto, nós vamos viver e morrer numa relação totalmente singular com esse cruzamento. O que é verdadeiro para qualquer processo de criação é verdadeiro para a vida. Um músico ou pintor está mergulhado em tudo o que foi a história da pintura, em tudo o que a pintura é em torno dele e, no entanto, ele a retoma de um modo singular (GUATTARI, 1996, p. 68- 69).

A escrita sobre o tempo pode constituir uma forma de singularidade na relação com o próprio tempo. O ato de escrever faz uma “marca” no tempo, “fixa” pensamentos e ideias e, concomitantemente, dá passagem a outros sentidos possíveis, sempre atualizados pelo presente do leitor. Pensando nas condições de possibilidade da escrita deste estudo, no cruzamento de tantos encontros, de relações de poder e de intensidades, pretende-se comunicar a singularidade deste processo de pesquisa construindo uma escrita, também, singular na qual o “tempo” configura-se como um analisador que movimenta o visível e o dizível.

A escolha do “tempo” está ligada a ideia de movimento, de processo, de agenciamento e de constante transformação que o próprio analisador convoca a refletir. Tempo é movimento, é passagem, é mudança. Talvez escrever sobre o “tempo” seja uma forma de potencializar a experiência e sua multiplicidade, bem como indicar uma noção de continuidade, ou de finalidade.

A relação com o tempo aqui apresentada não é restrita a uma apreensão cronológica, pois “aqueles que procuraram pensar a contemporaneidade puderam fazê-lo apenas com a condição de cindi-la em mais tempos, de introduzir no tempo uma essencial desomogeneidade” (AGAMBEN, 2009, p. 71). Tempo descontínuo, fragmentado, não linear, que contém diversos tempos em um tempo, que pode atualizar no presente o que passou e o que está por vir, sem contradição entre estes tempos, mas conjugação e constituição de um tempo que não tem unidade nem essência.

A primeira relação que se estabelece com o “tempo” está ligada ao próprio movimento de fazer pesquisa e construir-se como pesquisador. Pesquisar é, de certa forma, interrogar-se sobre o mundo, sobre as relações, as instituições, os discursos e os sujeitos. Nesse sentido, na perspectiva da pesquisa intervenção, os questionamentos e as perguntas que constituem problemas²³, que configuram um campo analítico de pesquisa, não existem de modo a priori, não existem antes da experiência, mas se produzem no processo do pesquisar. Assim, há determinações, objetos, conceitos e discursos, mas não há previsibilidade.

Para pesquisar é necessário, nesta perspectiva, ter curiosidade e desconfiança, pois em um mundo de perfeita coerência e de verdades encerradas não existe espaço para o que pode “não ser”, ou ser “de outro modo”. Esta perspectiva, presente nas produções teóricas e conceituais baseadas na filosofia da diferença revela uma tensão, evidenciada na constante disputa/provocação entre os paradigmas da representação e da diferença:

²³Sobre a possibilidade de estudar um problema (que apresenta diferenças em relação a estudar um período): “Quem, em contrapartida, quer tratar de um *problema*, surgido em um dado momento, deve seguir outras regras: escolha do material em função dos dados do problema; focalização da análise sobre os elementos suscetíveis de resolvê-lo; estabelecimento das relações que permitem essa solução. E, portanto, indiferença para com a obrigação de tudo dizer, mesmo para satisfazer o júri dos especialistas convocados” (FOUCAULT, 1980 in FOUCAULT, 2003a, p. 326, grifo do autor).

Se há, como foi tão bem mostrado por Foucault, um mundo clássico da representação, ele se define por estas quatro dimensões que o medem e o coordenam. São as quatro raízes do princípio de razão: a identidade do conceito, que se reflete numa *ratio cognoscendi*; a oposição do predicado, desenvolvida numa *ratio fiendi*; a analogia do juízo, distribuída numa *ratio essendi*; a semelhança da percepção, que determina uma *ratio agendi*. Toda e qualquer outra diferença que não se enraíze assim será desmesurada, incoordenada, inorgânica: **grande demais ou pequena demais, não só para ser pensada, mas para ser**. Deixando de ser pensada, a diferença dissipa-se no **não-ser**. Daí se conclui que a diferença em si permanece maldita, devendo expiar ou então ser resgatada sob as espécies da razão que a tornam passível de ser vivida e pensada, que fazem dela o objeto de uma representação orgânica (DELEUZE, 2006, p. 365, grifo nosso).

O tempo foi mostrando-se um elemento importante na trajetória da pesquisa para os trabalhadores e para a pesquisadora, evidenciado na construção de si como pesquisador, neste exercício reflexivo de si sobre si. A ideia de “tempo” também está relacionada à noção de contemporaneidade e do que é ser contemporâneo, apresentada por Giorgio Agamben. Este autor, ao falar do que é ser contemporâneo, recorre as ideias de Nietzsche para apresentar o contemporâneo não na sua apreensão mais conhecida e evidente que é a de “atualidade”, mas ligada a uma desconexão e numa dissociação com o presente. Sobre o contemporâneo, diz Agamben (2009, p. 58).

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo.

Esta concepção de contemporâneo atravessou os exercícios de si sobre si do pesquisador, mostrando a complexidade desta condição de ser contemporâneo enquanto sujeito de seu *tempo*, mas que ao mesmo tempo estranha o presente, questiona as naturalizações e opera uma desconexão, ou dissociação diante dos acontecimentos e práticas. No entanto, não se pretende afirmar que a possibilidade de *ser* contemporâneo seja como um lugar a ser conquistado ou como uma condição identitária do sujeito. Afirma-se esta condição como exercício constante, como provocação e problematização do cotidiano a partir de um estranhamento do presente.

Ser inatual e não coincidir com seu tempo pode ser entendido como ferramenta para o exercício de desnaturalizar verdades, como um modo de incitar, constantemente, visões e discursos diversos que ampliem e potencializem uma prática de si do sujeito-pesquisador, que se desdobra no tempo e que provoca transformações. É importante ressaltar que a concepção de inatualidade que Agamben retoma de Nietzsche, no sentido de uma interrogação ou de uma bifurcação em relação ao presente é o que Foucault chama de atual, ou de atualidade:

Devemos separar em todo dispositivo as linhas do passado recente e as linhas do futuro próximo; a parte do arquivo e a do actual, a parte da história e a do devir, a parte da analítica e a do diagnóstico. Se Foucault é um grande filósofo é por que se serviu da história em proveito de outra coisa: como Nietzsche dizia, <<agir contra o tempo, e assim, sobre o tempo, em favor, espero-o, de um tempo futuro>>. Porque o que surge como o actual, ou o novo, em Foucault, é o que Nietzsche chamava o intempestivo, o inactual, esse devir que bifurca a história, um diagnóstico que faz prosseguir a análise por outros caminhos. Não é predizer, mas estar atento ao desconhecido que bate à porta (DELEUZE, 1996 p. 93-94).

Neste sentido, a contemporaneidade pode ser afirmada como “uma singular²⁴ relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é *a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo*” (AGAMBEN, 2009, p. 59, grifo do autor). Tal concepção de contemporaneidade e do que é ser contemporâneo fundamenta a análise do tempo neste estudo.

Desta maneira, não há um sujeito fora das condições de possibilidade (históricas, linguísticas, culturais, sociais, políticas, econômicas, geográficas, etc.) do seu tempo, mas a atitude de “tomar distâncias” de seu próprio tempo provoca uma posição crítica na relação com as verdades determinantes e constitutivas do presente. Neste contexto, segundo o autor, coincidir perfeitamente com seu tempo, com sua época, impede de vê-la, pois estes sujeitos “não podem manter fixo o olhar sobre ela [a época]” (AGAMBEN, 2009, p. 59).

²⁴ Ver discussão sobre singularidade e individualidade. GUATTARI, Felix. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

O que pode ser apreendido desta concepção de contemporaneidade em relação ao processo de pesquisar é a afirmação de que, para que o sujeito possa problematizar seu próprio contexto, é fundamental, ao mesmo tempo, um pertencimento a este e um deslocamento (desconfiança, estranhamento). Estes movimentos do sujeito (de pertencimento e deslocamento), no que concerne a pesquisa intervenção, afirmam a ideia de que há determinações, perguntas, problemas, conceitos e hipóteses, mas que não são definidos a priori, não antes do encontro do sujeito com um campo de práticas e com os objetos de conhecimento. O que define e configura as relações e potencializa as transformações é a experiência. Existem linhas de possibilidade, determinações, mas não há processos e efeitos previsíveis.

Para pesquisar, para apostar e investir na experiência da pesquisa deve haver um certo descompasso em relação às explicações e conceituações vigentes sobre os homens e a sociedade, uma não concordância com as práticas. Deve haver, ao menos, uma desconfiança de que, para além dos discursos hegemônicos e das grandes evidências existam também movimentos incessantes de produção de ideias, lógicas e práticas que não são (tão) visíveis e óbvias.

Nesta “tomada de distância” de si mesmo e de seu tempo está colocada uma postura ética, uma condição de possibilidade para o exercício da ética enquanto prática reflexiva de liberdade e do tempo. Uma prática que passa por reflexões sobre si e sobre o mundo, e sobre este “si” no mundo.

Esta posição do sujeito em relação ao presente, diante das (e nas) práticas e acontecimentos (enquanto ruptura e desnaturalização), exige uma posição de estranhamento àquilo que produz o próprio sujeito. Exige colocar em questão o que se evidencia como um saber válido sobre o mundo, tensionar um conhecimento sobre o que se é e o que as coisas são, em um movimento de não procurar essências (como no pensamento platônico), mas buscar discontinuidades e diversidades na aparente coerência do mundo. Buscar os desvios, as mudanças e as diferenças que, muitas vezes, ficam obscuras em relação às evidências dos processos de identificação e de identidade.

Esta posição paradoxal do sujeito, de pertencimento e de distância, pode ser visibilizada na seguinte expressão: “ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar” (AGAMBEN, 2009, p. 65). No entanto, não se pode confundir este exercício como uma forma ideal de sujeito. Esta “inatualidade” do sujeito com relação ao seu tempo é uma atitude provocadora de uma ética; configura-se como constante incitação à reflexão e, portanto, é potencialmente transformadora. A posição deste sujeito em relação ao presente, nesta relação de pertencimento e de estranhamento do tempo, também pode produzir assujeitamento.

As intervenções provocadas pela pesquisa podem ser tomadas como acontecimentos, pois estas produziram rupturas sensíveis e alguns deslocamentos em relação às práticas e racionalidades presentes neste campo. Isto se desenvolveu no plano das micropolíticas das relações cotidianas nas quais a resistência, mesmo que sutil, pode produzir alguns estranhamentos. Neste contexto, a pesquisa pode ser entendida como uma *acontecimentalização*, pois provoca a não concordância com as explicações lógicas, coerentes e naturalizadas sobre o trabalho e os modos de trabalhar, investindo-se em um processo de ruptura das evidências para pensar em *como* as relações e práticas acontecem neste campo.

A interrogação sobre as obviedades (nada óbvias) do trabalho no sistema público de saúde abriu espaço para que fosse possível romper com os modos de ver e de refletir sobre o trabalho. Foram propostas deste estudo: a problematização sobre como determinados discursos são considerados válidos e verdadeiros em detrimento de outros; como determinado tipo de relação com o trabalho é mais evidente que outra; como se configuram as relações entre os sujeitos neste campo. Acontecimentalizar é, portanto, um papel fundamental do modo de relação com o campo produzido pela pesquisa intervenção, buscando desconstruir as verdades e as naturalizações que são evidenciadas nas práticas.

A acontecimentalização provocada pela pesquisa, neste contexto, investiu na ruptura da lógica de reatividade e não reconhecimento do próprio trabalho e na produção de reflexões. Os trabalhadores reforçaram e legitimaram estas estratégias individuais e instituídas colocando o foco nas questões políticas, institucionais e nas

condições de trabalho e do ambiente. Estes elementos foram fundamentais e devem ser reconhecidos como condições de possibilidade que configuram as linhas de poder neste campo, produzindo sujeitos. Entretanto, reproduzir esta lógica e concordar com este jogo de verdade mantém as práticas no mesmo lugar, operando de uma forma instituída e reativa. Rauter (1995, p. 83) traz a idéia das forças ativas e reativas (concebidas por Nietzsche): “O papel das forças reativas é o de limitar as forças ativas, podendo haver entre elas uma relação equilibrada”. Nesse sentido, as forças ativas são forças de transformação e criação, e as forças reativas são forças de homeostase e oposição à mudança.

Dessa forma, a pesquisa (enquanto acontecimento) convocou os trabalhadores a pensar sobre estas condições e seus efeitos, fazendo uso das imagens e investindo em um exercício de reflexão sobre o que é produzido. Pode-se afirmar, assim, que a visibilidade dos modos de trabalhar constituiu um acontecimento.

6.1 Tempo, Produção e Reflexões: analisadores do processo

No processo de realização deste estudo, as tensões entre o sujeito moral e a ética no trabalho na saúde ficaram evidentes. A pesquisa buscou intervir sobre as práticas de reflexão sobre o trabalho e sobre os próprios sujeitos, mas a resposta dos trabalhadores foi a de dar maior visibilidade e evidenciar as tarefas, levando a crer que as práticas reflexivas estavam submetidas à lógica da prescrição do trabalho.

Pode-se dizer que as “práticas reflexivas” produzidas pelos sujeitos trabalhadores estariam no campo de uma certa moral sobre o trabalho, ligada a uma lógica moderna da história do trabalho. Logo, se a maneira como refletem está ligada a uma moral, as atividades são realizadas mais intensamente como um código que se executa, sendo que e as tarefas são executadas, sem pensar em como pode ser diferente. No plano desta prescritiva do trabalho, as reflexões não movimentam processos de criação, de mudança e de crítica, mas tendem a reproduzir uma lógica que se restringe a realizar procedimentos e cumprir tarefas.

Se este modo de reflexão configura práticas reflexivas produzidas pelos sujeitos trabalhadores, então, quais são os elementos que definem estas práticas? Pode-se destacar, entre os fatores que ganham visibilidade, os seguintes: um modo reativo de lidar com a passagem (pois este é um local de constante mudança de profissionais) evidenciada na individualização das relações; a demonstração de um certo “descaso”, como aparece no trabalho da equipe de saúde (demora em atender os usuários, não realização de reuniões de equipe em função da constante mudança de profissionais, entre outras); a gestão coloca os profissionais com diferentes remunerações e vínculos empregatícios naquele mesmo espaço, o que intensifica ou potencializa o não relacionamento entre as pessoas.

A passagem, o tempo e o descaso podem produzir efeitos na equipe no sentido de buscar algo que se mantenha e permaneça, sendo possível “parar no tempo”. Talvez possamos pensar que esta regularidade, visível no contexto estudado, aparece no que designamos como um modo de trabalhar ligado a uma moral prescritiva, contrária às próprias ações propostas pelas mudanças provocadas pela política pública de saúde.

Neste campo prescritivo, a problemática da pesquisa relaciona-se com o questionamento sobre como os trabalhadores lidam com estas situações do trabalho e o que fazem com isto, interrogando esta prescrição, esta objetivação do trabalho pelo cumprimento de procedimentos prescritos e a implicação dos trabalhadores com o que eles fazem. A pesquisa foi acontecendo nas condições de possibilidade delineadas neste campo: individualismo, passagem do tempo e das pessoas, instabilidade, fragmentação do trabalho e das relações, realização da reforma, queixas de “não ter tempo”, troca de coordenação, estabelecimento do ponto eletrônico, realização de uma greve e atitudes de desvalorização do trabalho. Estes aspectos das experiências de trabalho e de pesquisar foram analisados através dos seguintes elementos: tempo (e seus desdobramentos), as “passagens”, o “dentro”, o “entre” e o “fora”, a fragmentação do trabalho e das relações, implicação com o trabalho (prescrição), a exposição fotográfica e a divisão das oficinas nos turnos da manhã e da tarde.

6.1.1 Visibilidades do trabalho: o que é “visto” como produção

28



29



30



31



32



33



34



35



36



37



38



39



40



41



42



43



44



45



46



47



48



49



50



51



52



53



54



55



56



57



58



59



60



61



62



63



“As coisas têm peso, massa, volume, tamanho, tempo, forma, cor, posição, textura, duração, densidade, cheiro, valor, consistência, profundidade, contorno, temperatura, função, aparência, preço, destino, idade, sentido. As coisas não têm paz”.²⁵

²⁵ANTUNES, A.; GIL, G. As coisas. p1993. Faixa 7.

6.1.2 Tempo e seus desdobramentos

Sempre se busca a origem ou o desfecho de uma vida, num vício cartográfico, mas desdenha-se o meio, que é onde se atinge a maior velocidade. Esse meio é justamente onde os mais diferentes tempos comunicam e se cruzam, num turbilhão (PELBART, 1998, p. 113).

a) O tempo e o trabalho no posto: a literatura e seus efeitos na análise

A história do livro “Alice no País das Maravilhas” oferece interessantes diálogos que servem de interlocutores com o processo de pesquisa deste estudo, trazendo a literatura para produzir nestas análises. Há uma passagem longa de uma conversa da personagem Alice com o Chapeleiro que traz relações importantes com o tempo, e que remetem ao processo de pesquisa. Faz-se necessário mostrar este diálogo, a fim de elucidar uma possível construção analítica deste processo.

No encontro da personagem Alice com o Chapeleiro, este propõe uma charada: “Por que um corvo se parece com uma escrivainha?” A partir deste desafio, inicia-se uma conversa sobre o tempo:

O Chapeleiro foi o primeiro a quebrar o silêncio. “Que dia do mês é hoje?” disse, voltando-se para Alice. Tinha tirado seu relógio da algibeira e estava olhando para ele com apreensão, dando-lhe umas sacudidas vez por outra e levando-o ao ouvido. Alice pensou um pouco e disse: “Dia quatro.” “Dois dias de atraso!” suspirou o Chapeleiro. [...] Alice estivera olhando por cima do ombro dela [Lebre de Março] com certa curiosidade. “Que relógio engraçado!” observou. “Marca o dia do mês, e não marca hora!” “Porque deveria?” resmungou o Chapeleiro. “Por acaso o seu relógio marca o ano?” “Claro que não”, Alice respondeu mais que depressa, “mas é porque continua sendo o mesmo ano por muito tempo seguido.” “O que é exatamente o caso do meu”, disse o Chapeleiro. Alice ficou terrivelmente espantada. A observação do Chapeleiro lhe parecia não fazer nenhum tipo de sentido, embora, sem dúvida, os dois estivessem falando a mesma língua. “Não o entendo bem”, disse, o mais polidamente que pôde (CARROLL, 2002, p. 69-70).

O chapeleiro está falando de um tempo que é sempre o mesmo, que permanece o mesmo. No decorrer do diálogo, o Chapeleiro passa a falar do tempo como se o tempo fosse uma pessoa.

[...] “Já decifrou o enigma?”, indagou o Chapeleiro, voltando-se de novo para Alice. “Não, desisto”, Alice respondeu. “Qual é a resposta?” “Não tenho a menor idéia”, disse o Chapeleiro. “Nem eu”, disse a Lebre de Março. [...] “Acho que vocês poderiam fazer alguma coisa melhor com o tempo”, disse, “do que gastá-lo com adivinhações que não têm resposta.” “Se você conhecesse o Tempo tão bem quanto eu”, disse o Chapeleiro, “falaria *dele* com mais respeito.” “Não sei o que quer dizer”, disse Alice. “Claro que não!” desdenhou o Chapeleiro, jogando a cabeça para trás. “Atrevo-me a dizer que você nunca chegou a falar com o Tempo!” “Talvez não”, respondeu Alice, cautelosa, “mas sei que tenho de bater o tempo quando estudo música.” “Ah! Isso explica tudo” disse o Chapeleiro. “Ele não suporta apanhar. Mas, se você e ele vivessem em boa paz, ele faria praticamente tudo o que você quisesse com o relógio. Por exemplo, suponha que fossem nove horas da manhã, hora de estudar as lições; bastaria um cochicho para o Tempo, e o relógio giraria num piscar de olhos! Uma e meia, hora do jantar!” [...] “Seria formidável, sem dúvida”, disse Alice, pensativa. “Mas nesse caso não estaria com fome, não é?” “Não a princípio, talvez”, disse o Chapeleiro; “mas você poderia mantê-lo em uma e meia até quando quisesse.” “É assim que você faz?”, perguntou Alice (CARROLL, 2002, p. 70-71).

Neste diálogo mostra-se um tempo que não é cronológico e uma concepção de tempo ligado à experiência e a um modo de se relacionar com a vida que é da ordem da intensidade e não do tempo contado em horas. O diálogo continua:

O Chapeleiro sacudiu a cabeça, pesaroso. “Eu não!”, respondeu. “Brigamos em março passado... pouco antes de *ela* enlouquecer, sabe... (apontando a Lebre de Março com sua colher de chá); foi no grande concerto dado pela Rainha de Copas e eu tinha que cantar - *Pisca, pisca, ó morcego! Que eu aqui quero sossego!* - Você conhece a canção, talvez?” “Já ouvi alguma coisa parecida”, disse Alice. “Ela continua, sabe”, [...], “assim: *Por sobre o mundo você adeja Qual chá numa grande bandeja Pisca, pisca...*” [...] “Bem, eu mal acabara a primeira estrofe”, disse o Chapeleiro, “quando a Rainha deu um pulo e berrou: ‘Ele está assassinando o tempo! Cortem-lhe a cabeça!’” “Terrivelmente cruel!” exclamou Alice. “E desde aquele momento”, continuou o Chapeleiro, desolado, “ele não faz o que peço! Agora, são sempre seis horas.” Alice teve uma idéia luminosa. “É por isso que há tanta louça de chá na mesa?” perguntou. “É, é por isso”, suspirou o Chapeleiro; “é sempre hora do chá, e não temos tempo de lavar a louça nos intervalos.” “Então ficam mudando de um lugar para outro em círculos, não é?” disse Alice. “Exatamente”, concordou o Chapeleiro, “à medida que a louça se suja.” (CARROLL, 2002, p. 71-72).

Esta passagem é a narrativa do Chapeleiro sobre o motivo de eles estarem “presos” no mesmo tempo, em um tempo que se repete constantemente. Tal situação teve início quando a Rainha disse que ele estava matando o tempo (ao cantar uma música) e desde então ele (Chapeleiro) e o Tempo não se entenderam mais. Mas o que este diálogo “louco” tem a ver com a pesquisa em um “posto” de saúde?

O processo de pesquisar, esta vivência no campo e a constante relação com os trabalhadores foi mostrando um modo de trabalhar diferente do modelo de atenção a saúde proposto pelo SUS. Tanto o espaço físico quanto as relações entre as pessoas parecem estar centradas em um tempo anterior a esta mudança na política de saúde. Há um modo de funcionar e de trabalhar instituído, que insiste em se manter e em não mudar, que parece estar cristalizado no tempo.

Deste contexto decorre a analogia com a narrativa do Chapeleiro, pois parece que no “posto” “é sempre hora do chá” e os trabalhadores ficam “rodando em volta da mesa”, “à medida que as coisas vão ficando sujas”. O tempo vai passando, as paredes vão se degradando, o mofo se acumula, as pessoas estão ali há muitos anos e o trabalho insiste em se manter em uma lógica ambulatorial, em um funcionamento individualizado da equipe e centrado nas especialidades técnicas de cada trabalhador. É importante perceber que, para manter este determinado funcionamento é necessário investimento, ou seja, a continuidade desta lógica depende dos argumentos que insistentemente podem sustentá-la e reproduzi-la. Há uma linha de força, aparentemente invisível, que mantém as pessoas “rodando em volta da mesa”, e que ganha visibilidade nos discursos, nas relações e nos espaços.

O “posto” pode ser visto como uma “parada no tempo”, ou como um tempo que não passa, estático. A construção do “posto” é anterior ao movimento da Reforma Sanitária e anterior ao SUS, pois ele foi construído na década de 70. O prédio parece um hospital, cheio de longos corredores, salas de atendimento, muitos andares e escadas. No momento de olhar as fotografias, durante as oficinas, alguns trabalhadores falaram que o mofo nas paredes denunciava a “velhice” do posto. Falavam que o “posto” era antigo e isso ficava evidente nestas fotografias que visibilizam “marcas do tempo”. Este espaço pode ser tomado como discurso, neste caso, discurso hospitalocêntrico, médico, que em nada se parece com os “postos” de saúde já construídos no modelo de saúde do SUS, como UBS ou ESF.

64



65



66



67



68



Fotografia número 19



Quando o tempo marca o espaço...

Tempo da reforma. Durante as oficinas foi iniciada uma reforma no “posto”, a qual mudaria o espaço físico e as salas de atendimento, tanto no aspecto estético (pintura, iluminação, etc), quanto na distribuição do espaço. A reforma começou e parou diversas vezes. Em uma oficina na qual os trabalhadores foram convidados a pensar em um texto para apresentação da exposição das fotografias e também pensar em como eles queriam mostrar as imagens e o que falar delas, surgiu a necessidade de falar que elas foram feitas anteriormente à reforma. A escrita deste texto foi feita no último encontro com os trabalhadores, quando a reforma já estava sendo finalizada. Eu disse: *“pois é, a reforma não estava prevista né...”* E alguém respondeu: *“Estava sim, há 17 anos... mas não acontecia nunca...”*.

O exemplo da reforma reforça o caráter instituído das práticas neste campo, evidenciando que “é sempre o mesmo tempo”, que as coisas não mudam, ou demoram para mudar e se transformar. Por isso a analogia com a “hora do chá” do conto da Alice, no qual os personagens estão presos a uma eterna repetição das horas. Da mesma forma, no “posto” isso se reflete diretamente no trabalho, pois a estagnação do ambiente acaba por ser reproduzida e fortalecida nas práticas: invisibiliza-se os efeitos de produção do trabalho e fica fortalecida a argumentação

afirmativa de que o ambiente e as condições de trabalho são ruins e de que não há mudanças possíveis.

Além disso, algo muito presente nas relações da equipe era o fato de “não ter tempo” para falar sobre o trabalho, para participar das oficinas e para fazer reuniões de equipe. Na medida em que é sempre o mesmo tempo, não há tempo-espço para avaliar as coisas, para discutir e para refletir sobre o que se faz, pois “é sempre hora do chá, e nós não temos tempo de lavar as coisas entre um chá e outro”. Para movimentar o tempo, é necessário provocar uma ruptura e produzir um espaço para a reflexão.

b) Diferentes tempos

Os tempos diferentes neste espaço referem-se à diversidade dos tempos de experiência dos trabalhadores no campo da saúde. Uma técnica em enfermagem trabalha há 28 anos na saúde e outra trabalha há 15 anos. Uma outra há 2 anos e sua colega, há 4 meses. Entre tantos outros tempos. Em um certo dia, a trabalhadora que tem 28 anos de experiência disse: *“eu não sei fazer nada aqui”*. No mesmo dia, em um outro contexto, em outra conversa, a trabalhadora que trabalha há 4 meses disse: *“eu estou aqui há pouco tempo e já sei bastante coisa”*.

Esta diversidade de “tempos” de trabalho e de experiências, a qual reúne em um mesmo local de trabalho sujeitos com trajetórias distintas, poderia se constituir em algo potencializador de processos de aprendizado e trocas extremamente produtivas entre os trabalhadores. No entanto, o que parece se produzir é o fato de que os trabalhadores com menos anos de experiência na área da saúde são rapidamente capturados pelo discurso de que as coisas são difíceis, ruins e estagnadas, reproduzindo esta lógica instituída.

Os diferentes tempos de trabalho são analisadores das práticas na medida em que visibilizam um modo reativo dos trabalhadores de lidar com esta heterogeneidade. Fazer desta diversidade de experiências algo produtivo, transformando-a em atividade e produção, constitui um desafio que pode provocar rupturas e diferenças no modo como a política pública se atualiza neste espaço.

c) Não ter tempo

Durante a realização deste estudo, mostrou-se uma tensão constante entre a disponibilidade ou não de tempo para realizar as oficinas. Alguns trabalhadores diziam, no decorrer dos encontros da pesquisa, que não seria possível parar para conversar, outros diziam que seria possível. E era no “sim” que eu apostava. Cada brecha, cada espaço, cada tempo aberto eu ocupava, convocando-os a olhar as fotografias, falar do trabalho e pensar, a partir das imagens, que relações podiam ser estabelecidas com o próprio trabalho e consigo mesmo.

Não ter tempo... Sem tempo... Seu tempo... Eles não tinham tempo para algumas coisas, mas tinham para outras, pois o tempo sempre existe, resta saber o que se quer fazer nele ou com ele. Não há como “parar o tempo”, nem como “perdê-lo”, pois ele passa, ele acontece, ele é constante passagem e é condição de existência. A produção do sujeito e a subjetivação acontecem no tempo. Logo, a expressão “estar sem tempo” ou “não ter tempo” exige uma questão: para quê não se tem tempo? A negativa contém o tempo, pois “se tem tempo”. Parece não haver tempo para pensar sobre o que se produz no trabalho, ou sobre o que o trabalho produz.

Talvez por isso fosse tão difícil esta intervenção. Paradoxo? Contradição? Estranhamento? Intervir no tempo a partir de imagens. Talvez não seja contradição, pois a produção de fotografias provoca uma “parada” no tempo através da característica de sustentação do olhar em um tempo que a fotografia convoca. Mas a questão inicial era o trabalho... Parece que o trabalho tinha muito a ver com o tempo... Que imagem o tempo tem? Um conceito tão abstrato, relativo e complexo como o de tempo vai deixando rastros e pistas e vai ganhando contornos e visibilidades.

A intervenção foi sendo desenhada e definindo a pesquisa como intervenção: suportar o tempo ali, naquele espaço e sustentar um olhar sobre si mesmo e sobre o trabalho. Da mesma forma, ocupar-se consigo e com o que se produz, provocar

problematizações sobre o trabalho e suportar um tempo de olhar e um olhar no tempo.

d) O tempo como organizador do trabalho

Uma das visibilidades que o analisador *tempo* evidencia é a relação construída pelos trabalhadores entre o trabalho e as horas de trabalho e, mais especificamente, a jornada de trabalho (tempo). Neste sentido, faz-se importante problematizar (de forma breve) a transição histórica entre o trabalho rural (artesanal, agrário e agrícola) para o modelo de trabalho industrial, que vai, aos poucos, produzindo a equivalência entre tempo e dinheiro.

Thompson (1998) refere-se aos modos de trabalhar, no período anterior a Revolução Industrial, como sendo marcados pelas atividades dos camponeses, dos artesãos, dos pescadores, dos navegadores e da vida doméstica. Nesta configuração, o trabalho tem relação com a natureza, com as condições climáticas (chuva, sol, frio, calor), com as estações do ano e com as atividades cotidianas, sendo comum comparar fatos da vida com o tempo despendido para executar determinadas tarefas. Como exemplifica o autor: “Registrou-se que os nativos de Cross River dizem: “o homem morreu em menos tempo do que leva o milho para assar” (menos de quinze minutos)” (THOMPSON, 1998, p. 270).

Segundo o autor, a concepção de tempo no contexto dessas sociedades camponesas, nas quais o trabalho e a natureza eram constitutivos e mutuamente implicados²⁶, é designada e descrita como uma orientação pelas tarefas. Sobre este tipo de organização do trabalho destacam-se três questões: 1) o trabalhador parece orientar suas atividades em função das necessidades e situações de evidente importância, sendo esta atitude mais compreensível do que trabalhar em função de horários determinados, pois está de acordo com os ritmos da vida; 2) neste modo de

²⁶“Da mesma forma, o trabalho do amanhecer até o crepúsculo pode parecer “natural” numa comunidade de agricultores, especialmente nos meses da colheita: a natureza exige que o grão seja colhido antes que comecem as tempestades. E observamos ritmos de trabalho “naturais” semelhantes acompanhando outras ocupações rurais ou industriais: deve-se cuidar das ovelhas na época do parto e protegê-las dos predadores; as vacas devem ser ordenhadas; deve-se cuidar do fogo e não deixar que se espalhe pelas turfas (e os que queimam carvão devem dormir ao lado); quando o ferro está sendo feito, as fornalhas não podem apagar” (THOMPSON, 1998, p. 271).

trabalhar, a separação entre o que é relativo ao trabalho e à vida não é demarcada, operando uma conjunção, um entrelaçamento entre o trabalho e as relações sociais; 3) para aqueles que determinam o próprio trabalho pelas horas do relógio, essa relação entre a vida e o trabalho parece uma forma de esbanjar o tempo e a energia de trabalho (THOMPSON, 1998).

Mesmo com esta condição de orientação pelas tarefas, de não separação entre vida e trabalho, na medida em que se instaura o emprego e a utilização da mão-de-obra designando relações entre empregador-empregado, “o tempo está começando a se transformar em dinheiro” (THOMPSON, 1998, p. 272). Nesta transição entre os modos de trabalhar que, aos poucos, opera uma separação entre o trabalho e a vida, tendo seu ápice na Revolução Industrial, “o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido ao dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta” (THOMPSON, 1998, p. 272).



Fotografia número 60

“ [...] o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido ao dinheiro”.²⁷

Neste período (século XVIII) o tempo medido pelo relógio passa a ser um organizador das relações de trabalho, constituindo uma maneira de “quantificar” e comparar as atividades e as relações entre os indivíduos. O relógio, segundo o autor, era objeto de desejo das pessoas e conferia status a quem o possuía, sendo que, nos locais de trabalho, eram os empregadores que tinham acesso a ele e por isso, eles determinavam a duração das atividades dos trabalhadores. Este processo gera tensões nas relações, pois o trabalho, até então, possuía ritmos irregulares e móveis, adaptáveis às condições da vida que passam a ter de se encaixar nas

²⁷ THOMPSON, Edward Palmer. 1998, p. 272.

exigências das indústrias e dos limites da carga horária estabelecida pelos empregadores (THOMPSON, 1998). Segundo Thompson (1998, p. 289):

O que estamos examinando neste ponto não são apenas mudanças na técnica de manufatura que exigem maior sincronização de trabalho e maior exatidão nas rotinas do tempo em *qualquer* sociedade, mas essas mudanças como são experienciadas na sociedade capitalista industrial nascente. Estamos preocupados simultaneamente com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da mão-de-obra.

Neste estudo, na relação dos trabalhadores com o trabalho e suas atividades, fica evidente uma predominância da valorização da jornada de trabalho sobre a produção. Dessa forma, parece haver uma relação com os modos de trabalhar predominantes na modernidade, podendo indicar uma “redução” do tempo ao dinheiro. Parece que os trabalhadores se referem ao trabalho enquanto carga horária, como trabalho “medido” e tornado visível pelo tempo cronológico e contado em horas de trabalho. Eles falavam pouco dos efeitos do seu próprio trabalho, dos atendimentos aos usuários, dos afetos envolvidos nesses atendimentos, da qualidade desses encontros, das dificuldades encontradas, dos encaminhamentos e das atividades realizadas do cotidiano de trabalho.

Nas imagens e nas falas, ficava mais evidente a quantidade de horas que os trabalhadores ficavam no “posto”, quantas horas ganhariam de folga por trabalharem na campanha de vacinação ou quantas horas deveriam cumprir “a mais” por terem faltado sem justificativa. Nunca tinham tempo para parar, para olhar e para falar sobre o trabalho. Talvez isso seja efeito do trabalho enquanto jornada de trabalho, porque medido em horas e não em qualidade e produção de encontros e de saúde, o trabalho passa a ser entendido como “carga”. O trabalho pode tornar-se, assim, um “castigo”, um preço a pagar para ter um salário no final do mês ou mesmo pode tornar-se um peso e uma prisão, evidenciada pelo excesso de grades no “posto”. Sempre saí cansada deste lugar, exausta e sem forças. Pode ser em função deste “peso” e da decisão de sustentar algo que parecia não ter muito lugar e que consistia em analisar a implicação com o que se faz.

Uma das discussões sobre o trabalho que acompanhou todo o período da pesquisa foi a mobilização dos trabalhadores em relação ao controle do cumprimento da jornada de trabalho dos trabalhadores da saúde. Estava escrito em um cartaz que foi fotografado por eles: “30 horas na saúde já – Plano de Carreira para Todos – Atenção trabalhadores da Saúde do Município, Estado e Federais: A LUTA É AGORA”. Soma-se a este fato a obrigatoriedade do uso do ponto eletrônico pelos trabalhadores que interfere diretamente na organização do trabalho. Os trabalhadores, ao longo dos anos, estabeleceram um modo de relação com o trabalho e com a jornada de trabalho que passava por uma certa flexibilidade dos horários. Com a instalação do aparelho estas relações ficaram tensionadas e eles não tiveram escolha, pois este novo modelo foi imposto pela gestão de saúde do município.

Quando as mobilizações contrárias à implantação do ponto eletrônico começaram a acontecer, surgiram questionamentos sobre o horário de trabalho e as atividades realizadas, onde foi colocada a seguinte questão: *“Bah! O pior é ter que ficar aqui dentro sem nada para fazer... O que os usuários vão pensar? Vai ter um monte de gente de branco aqui e eles vão continuar esperando”* (fragmento do diário de campo, p. 59). Esta trabalhadora já tem uma pré-concepção de que a equipe “demora para atender os usuários, mesmo tendo muita gente disponível”. Logo, a demora nos atendimentos não tem a ver com o excesso de demanda. *Há algo aí que é de outra ordem...*

A partir desta obrigatoriedade foram perceptíveis as atitudes da equipe de contrariedade em relação ao controle eletrônico da jornada de trabalho: aumentaram as faltas, as licenças, os adoecimentos e as contínuas saídas dos trabalhadores durante o expediente de trabalho para resolver assuntos pessoais (ir à farmácia, supermercado, buscar os filhos na escola, etc.). Também ficaram perceptíveis algumas questões no atendimento aos usuários: alguns trabalhadores deixavam os usuários esperando; mesmo com apenas um usuário no posto exigiam que este pegasse uma ficha e esperasse; se o usuário reclamasse da demora no atendimento alguns trabalhadores ironizavam a atitude, dizendo ao próprio usuário que quem estava mal não reclamava, que ele poderia esperar mais um pouco pelo

atendimento. Escrevi em meu diário de campo: *parece que o trabalhador também se sente valorizado e importante na espera do usuário... esperar... tempo... valorização (fragmento do diário de campo, p. 45).*

O que fica evidente nesta relação com a jornada de trabalho é que este controle produz efeitos em outros momentos da vida dos trabalhadores: possibilidade de outros empregos, vínculos familiares, atividades de lazer, remunerações extras, cuidado da saúde do próprio trabalhador, relação com os colegas da equipe, relação com as coordenadoras da equipe, investimento nas atividades de trabalho cotidianas, entre outros. Aqui se percebe a evidente ligação entre o trabalho e o tempo cronológico (contado em horas) apresentada por Thompson (1998) – fortemente associada a esta visão moderna e tradicional do trabalho – pois o número de horas trabalhadas surge na história do trabalho como uma possibilidade de “medir” e “dar visibilidade” à quantidade de trabalho de cada um.

e) Estações do ano e trabalho – demanda por produção e não por jornada de trabalho

Algumas contratações ocorreram em função das estações do ano (tempo): alguns trabalhadores foram contratados para a “Operação Inverno”, devido ao aumento da demanda de usuários por motivo de doenças respiratórias e gripes, característicos desta época do ano. O contrato destes trabalhadores acabou em outubro. Neste caso, as estações do ano provocam o aumento de demanda dos usuários e a necessidade de um maior número de trabalhadores, mostrando uma forma de gestão da jornada de trabalho e da equipe organizada em função da demanda e da produção.

Outra relação com as condições do tempo é evidenciada pela sugestão dos trabalhadores sobre quais os melhores dias para a realização das oficinas. No início da pesquisa, antes de iniciarem as oficinas (no mês de abril), eu ia todas as semanas no “posto” para ver o que acontecia lá, conhecer as pessoas, conversar e fazer vínculos. Em um destes dias estava chovendo muito e o “posto” estava

totalmente vazio, não havendo nenhum usuário esperando. Neste dia perguntei qual seria o melhor dia para nos reunirmos todas as semanas, qual seria o dia da semana mais tranquilo (em função de atendimentos, reuniões, etc.) e obtive como resposta: *o melhor dia é quando chove... o “posto” ficam assim ó, vazio... sempre que chove a gente pode conversar...* Não foi isso que acabou acontecendo, mas esta foi a indicação inicial de possibilidade de um trabalho com a equipe: os dias de chuva.

f) Tempo de encontros e transformações: tempos possíveis

Há um tempo do mestrado, o tempo de duração da pesquisa (que é bem determinado), mas há muitos outros tempos nestes processos: o tempo da reflexão, que é outro, diverso do cronológico, o tempo das relações que foram possíveis nesses encontros, o tempo dos efeitos da intervenção e destas relações, que são indetermináveis ou incomensuráveis. Também existiu o meu tempo de me constituir enquanto pesquisadora neste tempo. Foram tempos de encontros e de transformações.

O que é possível, então, produzir no tempo da pesquisa? Tendo as micropolíticas como perspectiva, o que se desenvolveu neste tempo foi uma intervenção que produziu certo tipo de experiência e de relações, cujos efeitos podem ser, em alguma medida, analisáveis, mas muitos são imponderáveis, já que podem repercutir durante um longo tempo. Produzem-se tensionamentos e problematizações de modo a provocar reflexões sobre os modos de trabalhar e sobre os próprios sujeitos. E quando é hora de acabar? Há um tempo “institucional” para terminar a pesquisa, regulado pela lógica acadêmica, mas também há um tempo de finalização que é construído na relação com os sujeitos.

Uma das fotografias que eu escolhi durante as oficinas, mais especificamente em uma oficina no turno da tarde, na qual as trabalhadoras quiseram escrever sobre as fotografias que estavam escolhendo para a exposição, foi a de um relógio desfocado (fotografia número 5). Cada uma delas escreveu alguma coisa sobre uma ou mais fotografias. Escrevi uma “poesia” sobre esta imagem. Depois, no final do processo quando foram sendo escolhidas as fotografias para a exposição fotográfica

eu também escolhi uma: escolhi esta do relógio. Como eram muitas fotografias, foi necessário retirar algumas e a primeira que foi retirada, na última oficina da tarde, foi a do relógio. A retirada desta fotografia parecia indicar um processo de finalização da pesquisa. Este fato, inserido em um contexto de término de contratos de vários trabalhadores e estagiários, início de férias, finalização da reforma, e a própria discussão sobre as imagens e o trabalho que foi “perdendo” espaço, indicava um tempo de encerramento.

g) Atualização do tempo passado no presente e o por vir (diário de campo)

Um episódio ocorrido durante uma das oficinas, no período da tarde, provocou um certo estranhamento em relação à “coexistência” dos tempos (passado, presente e futuro – por vir) e a produção de reflexões que não se restringe ao tempo cronológico. Cabe destacar o relato desta cena, extraído do diário de campo, a fim de elucidar o deslocamento que esta experiência produziu.

Uma trabalhadora me perguntou onde estavam as fotografias das várias balanças que ela tirou. E eu não lembrava dessas fotografias. Ela disse que queria assinar o termo de consentimento (TCLE), pois participou das oficinas e disse que queria ver as fotografias que ela fez, que não estavam ali (fotografou balanças). Fiquei intrigada, perguntei com que câmera ela fez as fotografias, pois poderia ter sido alguma fotografia da câmera descartável que havia tido problemas. Ela disse: aquela câmera que a gente fez com a caixa de fósforos. Então eu disse que isso foi em outra pesquisa, com a Daiana, e que a gente faria uma exposição com as fotografias produzidas nas oficinas da outra pesquisa também, pois outros trabalhadores também queriam ver estas produções (embasado no fragmento do diário de campo, p. 43).

Fiquei muito intrigada, curiosa com a fala dessa trabalhadora. Ela se referia às fotografias que ela tinha produzido “no presente”, como se fosse agora... Chegou a assinar o termo de consentimento e me interrogou sobre as fotografias, mas ela estava falando de fotografias que ela fez há um ano, nas oficinas que a Daiana

[colega do grupo de pesquisa] propôs. Que tempo é esse que se mistura? Um ano parece alguns dias apenas. E que lugar é esse, de pesquisador, que se mantém? Ou é o lugar da pesquisa, e da pesquisa COM fotografias, que acaba se misturando? Intrigante... (fragmento do diário de campo, p. 44).

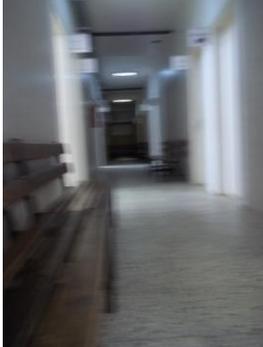
Esta “coexistência” do passado, do presente e do por vir, visibilizada na fala desta trabalhadora, pode ser provocada, também, pelas condições das práticas neste espaço, que atualizam a política pública em saúde lembrando a lógica ambulatorial anterior ao SUS. O ambulatório parece ser um lugar onde o tempo não passa e as mudanças são lentas, o que fica visível nas práticas em saúde, no espaço físico, no modelo de gestão e nos discursos.

Outra questão que chama a atenção é a identificação da trabalhadora com as imagens produzidas nesta pesquisa, sendo que ela não participou dos encontros. Ela não encontrou as imagens que ela mesma produziu (porque foram feitas em outro momento), mas reconheceu as outras fotografias como ligadas à discussão sobre o trabalho na saúde. Algo se mantém nestas produções, mesmo em pesquisas diferentes, trazendo elementos comuns e identificáveis pelos trabalhadores como aspectos relevantes do trabalho, construindo modos singulares de ver²⁸ e, ao mesmo tempo, modos coletivos, porque são reconhecidos pelos trabalhadores como relevantes.

²⁸ Sobre os modos de ver consultar a obra: BERGER, John. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

6.1.3 Passagens: entre usuários, a equipe e a pesquisa.

69



70



71



72



*“Havia portas ao redor do salão inteiro, mas estavam todas trancadas; depois de percorrer todo um lado e voltar pelo outro, experimentando cada porta, caminhou desolada até o meio, pensando como haveria de sair dali”.*²⁹

Durante a pesquisa, houve muitas mudanças na equipe, com entradas e saídas de diferentes profissionais, provocando uma certa instabilidade na equipe. Esses diferentes tempos de permanência na equipe modificam o trabalho, tornando este espaço um lugar de passagem. Além disso, a área 8 é um local que recebe estagiários de enfermagem periodicamente (a cada três meses aproximadamente), supervisores de estágio e residentes de medicina – sendo que alguns estagiários participaram da pesquisa. Este fato reforça o caráter “passageiro” dos profissionais neste local e talvez isso desdobra-se também em relações de trabalho sem muito investimento devido a efemeridade das mesmas.

Sobre esta “passagem” é importante ressaltar que estar ali de passagem talvez seja uma condição posta para todos os sujeitos nesta pesquisa, pois a pesquisadora (e a pesquisa) também estava ali de passagem. Nestas passagens, o

²⁹ CARROLL, 2002, p. 14.

trabalho e o campo são configurados por fragmentos e estratégias individuais. A questão que se coloca é: o que fazer com esses elementos e essas condições? A intervenção da pesquisa foi sustentar, neste espaço, uma produção. Sustentar um trabalho ali e convocar os trabalhadores a se reconhecerem e se implicarem com o próprio trabalho; mostrar a produção em um lugar que invisibiliza produções, pois o que fica visível são, principalmente, os procedimentos e as tarefas. No entanto, a condição de estar de passagem não significa provocar, necessariamente, um efeito reativo com o que é produzido.

Em relação ao ambiente de trabalho, este local também remete à ideia de passagem, na medida em que o local é formado por diferentes caminhos e acessos. Para ir da área 8 até a área 10, na primeira vez, tive que ir pela rua, pois ninguém conseguia me indicar com clareza um caminho interno que fosse fácil de identificar. Na hora de voltar, uma enfermeira me levou de volta à área 8 por dentro do “posto”, mas havia uma porta trancada no caminho e ela tinha a chave. *“Os espaços no “posto” são controlados, chaveados e alguns profissionais tem as “chaves” que possibilitam a circulação” (fragmento do diário de campo, p. 02).*

Pode-se pensar que o lado de dentro deste “posto” é um labirinto confuso tornando difícil movimentar-se por ali. Para “passar” é preciso ter chaves que abram os caminhos. Uma trabalhadora, durante uma das oficinas, estava impaciente, queria ir embora. Ela disse: “quero que o tempo passe, aqui o tempo não passa”. Fiquei pensando o que não passa ali? E o que passa ali? Lugar de passagem, de fluxo? O tempo passa e os trabalhadores se ocupam em passar o tempo.

6.1.4 O “dentro”, o “entre” e o “fora”: vazio e excesso.

Dentro – espaço interno da área 8

73



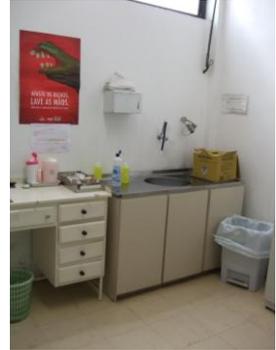
74



75



76



77



78



79



80



81



Fotografia número 55



Entre – perspectiva de dentro para fora



Entre – perspectiva de fora para dentro



Fora – espaço externo

88



89



90



91



92



93



94



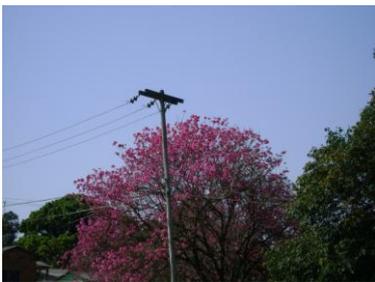
95



96



97



98



99



Um espaço dividido entre perspectivas...

Ao construírem uma possível classificação das fotografias por temáticas das imagens (conforme as fotografias apresentadas nas páginas 116 a 118), os trabalhadores das equipes dos dois turnos (manhã e tarde) sugeriram uma distribuição semelhante: fotografias do espaço interno da área 8 (dentro), fotografias do limite entre dentro e fora (entre), e fotografias externas (fora) à área 8. Esta organização e classificação das fotografias foi afirmada pelos trabalhadores dos dois turnos e pode indicar modos de ver significativos nestas relações de trabalho, marcadas por uma ênfase no ambiente e no espaço.

Algo que me chamava a atenção desde a primeira vez que eu fui ao Postão, mais especificamente à área 8, era o vazio do lugar. Em todas as vezes que eu fui a este local para observar, para conversar com as pessoas, havia poucos usuários para serem atendidos e muitos profissionais. Isso ficou claro já desde a escrita do projeto de qualificação: “E quando lembro deste espaço, enquanto escrevo, a palavra “vazio” me vem como algo importante sobre a minha impressão, ainda sem muito lugar ou significado, mas como algo interessante de registrar como uma *sensação*” (*projeto de qualificação, p. 08*).

Neste vazio do lugar e nos arredores da área 8, o que é visível são os acessos controlados, o excesso de grades, de portas que parecem desativadas, de escadas, de bancos, a distribuição das salas e a facilidade com que é possível perder-se andando por ali. Parece, assim, um lugar de vazio e de excessos, ao mesmo tempo.

Nas imagens produzidas o vazio é evidente. A maioria das fotografias foi realizada dentro da área 8: objetos, cartazes, salas vazias, cadeiras e bancos também vazios, grades, poucas cores nas imagens, cores sóbrias e poucos elementos que indiquem algo sobre as pessoas. Parecem imagens impessoais. É importante ressaltar que este processo está delimitado pelas decisões do Comitê de Ética da Prefeitura de Porto Alegre, o qual aprovou a realização da pesquisa e emitiu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com a condição de que não poderiam aparecer pessoas nas imagens (identificação). Não aparecer pessoas nas

imagens, buscando preservar o anonimato foi importante na produção e análise das fotografias.

Os trabalhadores fotografaram exaustivamente o ambiente e este não é vazio, pois tem muitos elementos que o referenciam. É um ambiente já envelhecido, desgastado e precisa de reformas, repleto de materiais, cartazes, cadeiras e equipamentos. Mas, além disso, o que configura o trabalho ali? Tem-se a impressão de que se este ambiente não for fotografado o que vai aparecer é o vazio ligado ao trabalho. A contínua constatação desse vazio e desse discurso de “excesso de trabalho” provocou um grande estranhamento. Que trabalho exaustivo é esse que não se dirige aos usuários, que não ganha visibilidade em uma demanda pelo serviço por parte dos usuários? Do (de) que eles falam quando falam que tem muito trabalho?

Uma das fotografias produzidas se repetiu nos dois turnos e foi referida e comentada em diversas oficinas (fotografia número 55, p. 94). Esta fotografia, em diversos momentos e na fala de diferentes trabalhadores dizia muito da quantidade e intensidade do trabalho, pois é a fotografia do território de abrangência do Postão (e não apenas da área 8). No entanto, abrangência do território do Centro de Saúde indicava muito trabalho, mas isto entrava em contradição com o que era possível ver cotidianamente em termos da demanda de atendimentos por parte dos usuários e de ocupação dos trabalhadores.

Fiquei pensando nessa intensidade, nessa complexidade, no tamanho desse território e no “vazio” deste ambulatório em relação aos usuários. Sempre que vou lá, principalmente de manhã, tem muitos mais profissionais que usuários. Eu vou lá uma vez por semana desde o mês de abril, em dias da semana diferentes, e nunca vi mais de três pessoas esperando para serem atendidas. Para mim, uma das imagens que mais falam desse espaço... (fragmento do diário de campo, p. 50).



Fotografia número 85

Parece que as pessoas “se ocupam de parecerem ocupadas” (comentário feito colega do grupo de pesquisa que me acompanhou em algumas oficinas), principalmente no turno da manhã. Elas não param nunca, se movimentam, passam por todos os lugares, se ocupando em mostrar uma ocupação. Isso fica visível nas oficinas também. Parece que parar para participar, demonstrar que existe um tempo para isso é estar sem ocupação, é “não trabalhar” (fragmento do diário de campo, p. 50).

Nas oficinas, em ambos os turnos, as imagens produzidas “fora” do “posto” foram apontadas como aquilo que renova a energia dos trabalhadores nos momentos de cansaço e de dificuldades, como algo produtivo. Eles fotografaram árvores coloridas fora do Ambulatório, no estacionamento e, em diversos momentos, referiam-se a essas fotografias como sendo a “beleza” ali no posto, o que os acalma e os alegra. Estas imagens são muito diferentes das produzidas no interior do “posto”, que apresentam cores homogêneas e um ambiente precário de trabalho.

Os trabalhadores também fizeram muitas fotografias de si mesmos e dos seus colegas de trabalho, as quais não serão mostradas em função das questões impostas pelo Comitê de Ética. No entanto, estas fotografias constituíram materiais importantes nas oficinas em diversas discussões. Geralmente eles se ocupavam em identificar a si e aos colegas nas fotografias, afirmando quem estava “bonito” ou “feio”, quem estava exercendo alguma atividade (na fotografia) e por diversas vezes falaram que não gostariam que essas fotografias fossem mostradas para outras pessoas.

Além disso, quando foi proposta uma certa organização e classificação para as fotografias, eles separaram as fotografias em que apareciam pessoas, das demais fotografias dos ambientes, dos materiais, dos cartazes e do mofo, de forma recorrente em diversas oficinas. Talvez, separar as pessoas do ambiente seja uma forma de demarcar uma diferença, de afirmar a potencialidade do trabalhador que não pode ser comparado e reduzido ao que se apresenta nas fotografias das paredes mofadas e da degradação dos espaços. Esta separação entre “as pessoas” e o “ambiente”, tantas vezes reforçada, pode ter sido sugerida pelos trabalhadores como forma de não associar os próprios trabalhadores e o trabalho com o ambiente.

6.1.5 Fragmentação do trabalho

100



Fotografia número 12



101



102



103



104

**Frag-men-tar. [...]**

1. Reduzir a fragmentos; partir em pedaços; dividir, fracionar. P.
2. Fazer-se em fragmentos; quebrar-se.³⁰

Os diferentes contratos de trabalho dos profissionais da equipe demonstram uma das configurações do trabalho neste Ambulatório que sinaliza a precariedade dos vínculos tanto entre os profissionais, quanto destes com o regime de trabalho ao qual pertencem (e que regula seu próprio trabalho). No cartaz sobre as 30 horas de trabalho este fato fica evidente: existem trabalhadores Federais, Estaduais e Municipais; há ainda trabalhadores com contratos emergenciais, trabalhadores contratados para ações específicas (exemplo: operação inverno); também existem ali estagiários, residentes e professores e pesquisadores de áreas da saúde. Esta configuração fragmentada da equipe, com diversos regimes de trabalho, potencializa a precariedade dos vínculos.

³⁰ Verbete Fragmentar. Dicionário Aurélio, 1986, p. 807.

Em uma conversa sobre o funcionamento da área 8, a estrutura e o organograma do serviço, fui informada de que “as coisas ali nunca paravam e que não haveria como colocar no papel o funcionamento desta área”. A área foi definida como: *“Isso aqui é um vídeo-game”* (fragmento do diário de campo, p. 04) referindo-se a constante movimentação das pessoas, troca de profissionais e de acordos do trabalho. Neste período em que acompanhei o trabalho, houve muitas trocas de profissionais e diversas vezes, de uma semana para a outra, eu não encontrava mais os trabalhadores com quem eu havia conversado e conhecia novas pessoas. Isso começou a se colocar como uma dificuldade na construção da pesquisa, pois os vínculos se desfaziam em função da saída das pessoas para outros serviços e da entrada de novos trabalhadores.

O que consegui entender sobre este funcionamento foi o fato de que a prefeitura contratava trabalhadores (principalmente de ESF) e direcionava-os para o Ambulatório Básico para que eles tivessem contato com o serviço e com o território. Como neste local está prevista a criação de uma ESF que ainda não se concretizou, os trabalhadores ficavam ali por uma ou duas semanas, e eram direcionados para um serviço já estruturado. No período da pesquisa duas trabalhadoras também foram contratadas pela prefeitura para a “Operação Inverno”, pelo período de quatro meses. Tais regimes de trabalho evidenciam a diversidade de relações de trabalho, diferenças contratuais que se refletem na fragmentação da equipe.

Conhecer os trabalhadores, falar da pesquisa e entender as mudanças que estavam acontecendo exigiu um exercício de constante investimento. Nem sempre foi possível compreender estes movimentos, pois mesmo as pessoas com vários anos de trabalho não sabiam se situar em relação a este processo. Esta mudança constante de pessoas interferia no trabalho, pois não havia uma equipe definida e os trabalhadores não sabiam com quem poderiam contar, tendo sido apontada como um dos motivos pelos quais não acontecia reuniões de equipe.

Entre o vazio, o excesso e as constantes mudanças, a pesquisa estava acontecendo do jeito que era possível. Investir nesta inconstância e nesta impermanência que configuram uma fragmentação das relações e dos vínculos convocava-me a apostar que ali seria possível alguma intervenção nos processos de falar e ver o trabalho. Mas eu também, por vezes, duvidava: *“Não vejo espaço para a realização de oficinas e de momentos coletivos. Elas estão sempre acolhendo alguém novo na equipe ou se despedindo de alguém. Não há equipe ou há diversas equipes”* (fragmento do diário de campo, p. 12).

Algum tempo depois, em um dia chuvoso, o “posto” estava totalmente vazio e pude conversar com todos os profissionais que estavam lá. Fizemos uma pequena reunião, me apresentei para quem eu não conhecia, eles se apresentaram, falei da pesquisa, eles fizeram perguntas e conversamos. Naquele dia algo me fez pensar que as coisas poderiam mudar. *“Na última vez em que estive no posto, saí com a sensação de que não seria possível reunir a equipe em função das constantes mudanças; pensei que o trabalho aconteceria de forma individualizada ou em pequenos grupos, pois em diversos momentos percebi falas e movimentos sinalizando que não era um interesse dos trabalhadores que a equipe se reunisse. Mas neste dia, ao contrário, percebi o movimento oposto. Houve, por parte dos trabalhadores, uma abertura e sinalizações de quais seriam os melhores momentos para trabalhar em grupo”* (fragmento do diário de campo, p. 13, 14).

Fui convidada pelas trabalhadoras para participar da Campanha de Vacinação que aconteceu no dia 13.07.2011. Não havia muitas crianças para serem vacinadas, e havia 16 trabalhadores no “posto”. Nas conversas que se seguiram ao longo da tarde, entendi que os trabalhadores ganhariam duas folgas pelo trabalho na campanha, pois ela estava ocorrendo em um sábado. Fiquei no “posto” durante a tarde, acompanhando o trabalho e conversando com os trabalhadores e a coordenadora da área convidou-me para conversar com o coordenador do “posto”, pois ele queria saber mais detalhes sobre a pesquisa. Ele disse que a principal preocupação dele em relação ao trabalho na área 8 era o acolhimento. *“Segundo ele, em função dos diferentes vínculos empregatícios dos trabalhadores, aqueles que se sentem prejudicados não atendem bem aos usuários”*. Eu disse a ele que as

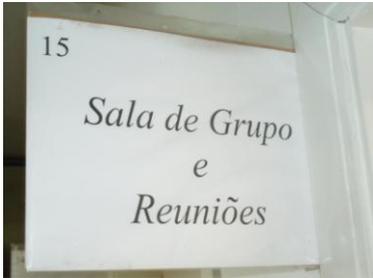
oficinas não seriam temáticas, que eu não proporia isto como questão, mas que se fosse uma questão para o grupo (e parecia ser) esse tema acabaria surgindo (fragmento do diário de campo, p. 15).

Mas porque tanto desejo da minha parte de que as coisas deveriam acontecer em grupo? Provavelmente porque minha trajetória de pesquisa foi através de recursos de discussão em grupo, talvez porque se imagina a intervenção coletiva como uma ideia mais recorrente e comum nas intervenções. A vivência no campo de pesquisa apontava para uma certa individualização das práticas, para estratégias de trabalho desvinculadas e fragmentadas devido a uma complexidade de fatores institucionais, políticos e dos modos de relacionamento estabelecido entre os trabalhadores.

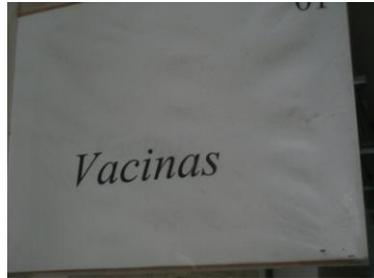
Em uma reunião de orientação, falando deste contexto, minha orientadora disse: “Temos que habitar a precariedade”. A proposta seria trabalhar com o que era possível, com as possibilidades que o campo oferecia, com as pessoas que estavam lá, do jeito que as coisas aconteciam, “habitar a fragmentação”. Isso foi uma intervenção: habitar a precariedade, trabalhar com “o que se tem”. Foi preciso um tempo de trabalho, de encontros, de insistência nos vínculos que incessantemente se desfaziam, para construir um campo de pesquisa e um espaço para propor algum tipo de trabalho que encontrasse ressonância neste lugar. Apostar, investir e insistir...

6.1.6 Implicação com o trabalho: ênfase na prescrição

105



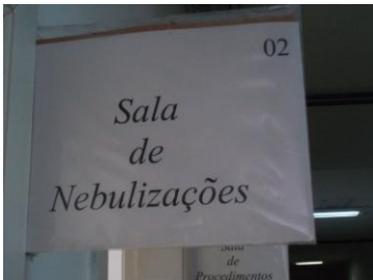
106



107



108



109



110



111



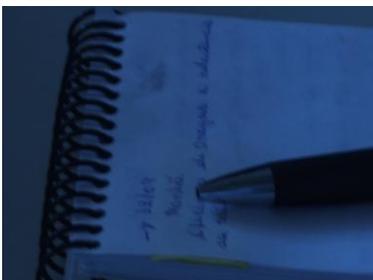
112



113



114



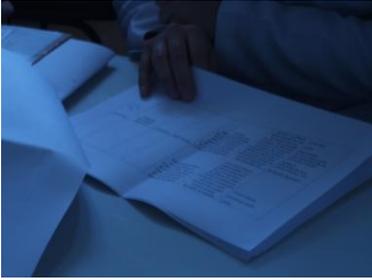
115



116



117



Fotografia número 55



118



119



120



[...] essas fotos falam bem do nosso trabalho, do nosso cotidiano... Essas que mostram os aparelhos e essas com os nomes das salas.

Não só nas oficinas, mas em grande parte do processo de acompanhamento da pesquisa o que foi enfatizado foi o aspecto prescritivo e moral do trabalho. Tal fato colocava o trabalhador de forma mais impessoal nas relações com o trabalho e os afetos agenciados neste campo de práticas mostravam uma conduta mais defensiva nas relações com os colegas de trabalho e com as atividades de trabalho, que reforçava a impessoalidade nas relações de trabalho. Na equipe da tarde, isto pode ser diferente em função dos vários anos de trabalho dos trabalhadores que, em sua maioria, trabalhavam há muitos anos e estavam em idade próxima à aposentadoria. Isso configurou uma importante diferença nas relações com os trabalhadores da manhã e da tarde, pois no turno da tarde houve mais espaço e disponibilidade para a pesquisa.

De forma geral, a ênfase na prescrição foi visibilizada e reafirmada nos dois turnos e a impessoalidade das relações poderia estar ligada a ter que suportar uma forma de trabalhar quase insuportável. A complexidade dos encontros provocados pelas oficinas, reforçada pela fragmentação da equipe e pela dificuldade em se ocupar das fotografias ou se ocupar da própria produção, pode estar ligada com algo

que é insuportável. E o que é insuportável ou insustentável neste local? Parece ser poder refletir sobre si e sobre o próprio trabalho. As reflexões produzidas nas oficinas, assim como as imagens, parecem coladas e amalgamadas aos referentes de um campo moral e prescritivo. Muitas vezes ouvi: *“as coisas são porque são e são como devem ser”*. Eu me perguntava: Como assim? Talvez por isso o exercício fotográfico foi tomado como tarefa a ser cumprida e finalizado como em um procedimento. Mas, a intervenção persistiu, insistindo em provocar apropriação e reflexão dos trabalhadores sobre a própria produção.

Em relação aos modos de trabalhar, o principal objetivo do trabalho no local parece não ser a produção de saúde, mas a passagem do tempo e a realização das tarefas ou o cumprimento das regras. Neste contexto, os trabalhadores participaram da pesquisa da mesma forma como realizam seu trabalho, como uma tarefa ser cumprida, se desviando das discussões e das reflexões, “ocupando-se em estar ocupado”. Assim, não refletir é o analisador que evidencia o dispositivo do trabalho prescritivo na saúde, que é visto como tarefa, procedimento e carga horária como estratégias para a produção de saúde.

Outro elemento que reforça a moral prescritiva do trabalho configura-se pela lógica higienista nas relações entre profissionais e usuários, visibilizada nas fotografias números 119 e 120. Observa-se uma ênfase nos procedimentos de esterilização e higienização antes e depois dos atendimentos de cada usuário. Além disso, a fotografia que designa a relação entre profissionais e usuários é esta em que cada um está de um lado, separados por uma parede de vidro. Esta implicação com o trabalho opera na relação com os usuários na forma de um certo distanciamento por parte do profissional de saúde. Isso apareceu nas oficinas do turno da manhã com mais intensidade (fotografia número 120, designada por alguns trabalhadores como “a relação entre profissional e usuários”).

6.1.7 A exposição como intervenção

121



122



123



A discussão sobre o que fazer com as fotografias produzidas nas oficinas, as quais foram amplamente discutidas nos diversos encontros, constituiu um movimento importante na intervenção junto aos trabalhadores. Esta problematização levou a discutir sobre se eles gostariam de mostrar as fotografias ou não, para quem e com quais objetivos. Desse modo, decidiram mostrá-las da forma como elas foram produzidas, com a finalidade de dar visibilidade para o ambiente e para as precárias condições de trabalho, tanto para os outros funcionários do “Postão” quanto para os usuários.

A escolha das fotografias que ganhariam visibilidade em uma exposição fotográfica não foi um processo fácil, pois houve uma intensa produção de imagens. Nos dois turnos foi realizado o exercício de selecionar quais seriam expostas, pensando os motivos que faziam com que determinadas imagens fossem escolhidas e outras não e com qual finalidade. Nas duas “equipes”, foram escolhidas 28 fotografias (entre as mais de 200 produzidas), as quais podem indicar modos de ver o trabalho.

No turno da manhã os trabalhadores escolheram as imagens pensando em mostrar os equipamentos de trabalho, os procedimentos e o ambiente, tendo sido escolhidas 30 fotografias, das quais apenas 14 foram expostas. No turno da tarde, a escolha das fotografias para a exposição teve relação com o exercício de escrever sobre as imagens, destacando-se, principalmente as que mostravam a precariedade do ambiente de trabalho, sendo selecionadas outras 14.

Para a realização da exposição, ampliamos as fotografias eleitas e intervimos na apresentação visual das mesmas, escolhendo diversas cores como pano de fundo de cada uma. As cores estavam presentes em pequenos detalhes nas próprias fotografias, e potencializamos estas cores, colocando-as como pano de fundo e moldura. O efeito produzido pela exposição indicou que esta constituiu um momento de contemplar o próprio trabalho de uma outra forma e sob outro ponto de vista, pois os trabalhadores se interessaram em ver e contemplar as fotografias, surpreendendo-se com as mesmas. Além disso, a exposição demarcou um novo espaço, pois foi realizada na inauguração do Ambulatório após a reforma, fixada na nova entrada da Área 8.

6.1.8. Divisão das oficinas (tempo): um analisador das relações de trabalho

As oficinas ocorreram separadamente, em horários diferentes, nos turnos da manhã e da tarde, a pedido da coordenação da Área 8. Nesse sentido, em função das características dos trabalhadores em cada turno, dos acordos e regras que organizaram o trabalho e das relações com o processo da pesquisa, os processos foram diferentes. Esta divisão foi entendida como um analisador dos modos de trabalhar. Segue disso que as principais questões relativas às oficinas serão descritas e analisadas de forma separada, assim como ocorreu na prática. As questões gerais, que estão ligadas ao funcionamento predominante das relações com o trabalho, foram descritas anteriormente.

a) Oficinas do turno da manhã e seus elementos de visibilidade

- O visível da produção

124



125



Fotografia número 112



Uma das fotografias que gerou discussão foi a fotografia de um vaso de plantas que fica na entrada do “posto”. Primeiro eles viram a fotografia mais aproximada. Nesta fotografia não dava para identificar exatamente o que estava na imagem. Alguém falou que era uma floresta. Outros falaram que era um monte de lixo. E outros tentaram descobrir o lugar daquela imagem no “posto”, pois não lembravam de “ver” isso no posto. Eles perceberam que essa fotografia era do vaso de folhagem da entrada do posto quando viram o vaso em outra fotografia, que mostra um ponto de vista ampliado em relação à primeira. Nesse momento, um médico entrou na sala, viu todas as fotografias sobre a mesa e perguntou o que era aquilo. Os trabalhadores responderam que eram fotografias sobre o trabalho, que fazia parte de uma pesquisa. Ele viu essas duas fotografias que estavam sendo comentadas e disse: “Essa coisa rosa ali no vaso é um cartão de agendamento de vacina rasgado. Eles (usuários) rasgam tudo aqui”. Eu disse que não tinha percebido esse detalhe. Ele foi saindo da sala e disse (estalando os dedos): “Viu só? Não basta ver, tem que olhar”. Os trabalhadores comentaram que quando os cartões eram de madeira, pintados e “bonitinhos”, os usuários levavam para casa. E que os cartões feitos de outros materiais os usuários rasgam (esses cartões cor-de-rosa). Fiquei pensando que quando o trabalho é resolutivo, efetivo, os trabalhadores não podem ver o efeito, pois o usuário não volta (deixa a ficha “bonita” em casa), o efeito não é visível. O que os trabalhadores percebem de efeito é o que fica mais próximo deles, mais visível; neste caso uma certa “indignação” visibilizada pela ficha rasgada (fragmento do diário de campo, p. 24).

- As fotografias de espaços vazios fazem pensar e as fotografias de pessoas não produzem reflexão.

Fotografia número 25



126



127



*[...] essas fotos são fotos que permitem “pensar, imaginar”...
(fragmento do diário de campo, p.57)*

Uma trabalhadora ficou bastante mobilizada com a oficina, falou do que ela percebia e ficou intrigada com as imagens; sobre essas duas fotografias (principalmente) ela disse: “Eu prefiro as fotos assim... Essas do vazio... Parece que a gente pode ficar imaginando... pensando.... Essas outras em que aparecem as pessoas acabam com a foto... Não tem mais nada ali...” (fragmento do diário de campo, p. 25).

Parece que o “vazio” de pessoas nas imagens apontado retoma a associação entre os trabalhadores e os ambientes de trabalho. Esta associação é intrigante, pois o trabalho em saúde lida cotidianamente com pessoas e, neste caso, as fotografias em que aparecem pessoas não mobilizariam o pensamento. Esta associação entre fotografias de lugares “vazios” e a possibilidade de criação e imaginação foi reafirmada em diversos encontros por diferentes trabalhadores.

- Fotografias na maca

Fotografia número 4



128



129



Quando viram que as fotografias que eu trouxe eram as mesmas da semana anterior, falaram que já tinham visto e que não iriam participar. Perguntei onde poderíamos dispor as fotografias e elas sugeriram uma maca da sala da entrada do “posto”. Fomos distribuindo as fotografias em cima da maca (fragmento do diário de campo, p. 36). As fotografias sobre o trabalho foram colocadas no lugar de um corpo- paciente ou corpo doente. Este fato faz pensar sobre o lugar designado para o trabalho pelos trabalhadores, que é o de “alguém” que precisa de cuidados e de atendimento. O trabalho parece estar ligado a uma “identidade”: ser um paciente que espera por atendimento, ser usuário, em função das condições de “saúde” do trabalho.

b) Oficinas do turno da tarde

- Denúncia das condições e do ambiente

130



131



132



133



134



135



136



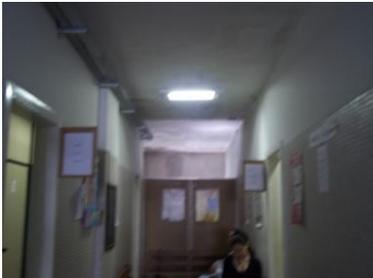
137



138



139



140



141



Os trabalhadores dos dois turnos enfatizaram, ao longo do processo da pesquisa, a importância do espaço físico no trabalho e, sobretudo, a influência que a precariedade do ambiente exercia sobre as relações, não apenas entre eles, mas também com os usuários e os gestores. Os trabalhadores do turno da tarde, em especial, ocuparam-se de fotografar esta precariedade visibilizada pelo lixo, pelo mofo e pela sujeira nas paredes. Eles tomaram a experiência do exercício fotográfico no sentido de *denunciar* as condições de trabalho e fotografaram aquilo que, segundo eles, incomoda e atrapalha as atividades cotidianas.

O desânimo, a indignação e a inconformidade com o trabalho, enfocados pelos trabalhadores já na primeira oficina da tarde (anteriormente descrita), foram explicitados no modo como eles se ocuparam da fotografia e o que escolheram para destacar nas imagens. Se pensarmos no espaço físico como discurso, e conseqüentemente como prática, evidencia-se uma convergência entre os enunciados de queixas e reclamações sobre o trabalho na saúde e as condições do espaço físico onde o trabalho se desenvolve, sobredeterminando estas práticas e reforçando a lógica do descaso, da falta de recursos e da precariedade da área da saúde pública.

- A imagem da escuta: uma conversa

142



143



144



145



146



147



148



149



Em uma das oficinas de fotografia, alguns trabalhadores do turno da tarde não quiseram fotografar, mas ocuparam o espaço oferecido pela pesquisa com conversas sobre o trabalho e sobre as dificuldades enfrentadas cotidianamente. Então, fiz algumas fotografias durante esta conversa que acontecia na cozinha, mostrando os elementos que eram mais evidentes neste espaço. Um trabalhador disse que não fotografava porque não sabia, abrindo espaço para uma conversa sobre equipamentos, câmeras fotográficas e sobre como utilizar seus recursos e potencialidades. Esta conversa encorajou o trabalhador a fotografar algo que ele considerava importante no trabalho: o “pão” que remete aos horários de lanche, de descontração e de conversas com os colegas.

- A imagem da escrita e a escrita da imagem

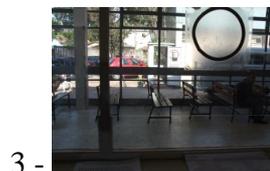
150

1 - Crenças precípuas e ensuldas.

2 - Independência das crenças
nosso trabalho acutere;
sem técnica e acolhimento.

3 - As dificuldades existem; mas,
acredito na renovação. Que a
joga da maturação - com a duração
da primeira; fortales as pessoas
plo bem comum, dos que se fazem
deste ambiente de vida.

3 - Nossa visão através do quiche;
dos ensuldas.

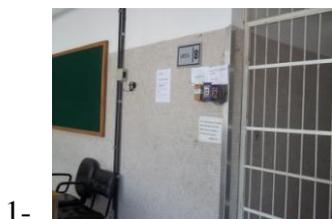


151

① Simboliza a minha entrada no serviço público.

② A deparação com a luta pelas 30 horas, o ambiente pesado pela greve.

③ A continuação do trabalho, apesar das adversidades e (a falta) do ambiente insalubre.

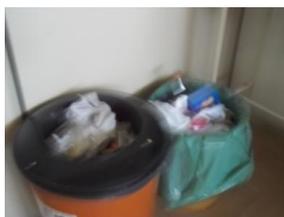


152

Esta é a nossa
condições de trabalho
Pessimos:

Nada de Ppm Para
os Paciente

me sinto muito
mal e prejudicou
a Paciente.



153

Coloarea albastru este
ună culoare frumoasă și este
este caracteristică un număr
de vacanțieri și este
interesant. Oțelul va
fi un albastru.



154

O que me "incorode" no ambiente de trabalho?

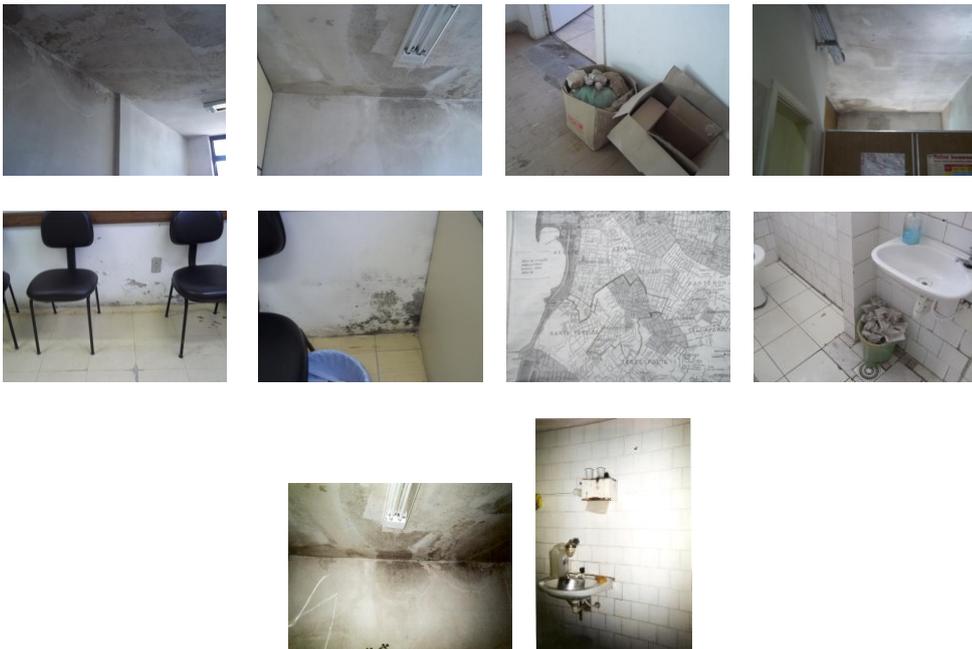
Como tornar um ambiente mais agradável para a equipe trabalhar?

A mudança na equipe começa pelo nosso interior? ~~de cada um~~. Quanto o ambiente seio e exerce influencia no trabalho?

Nosso território de atuação... Como atender melhor toda essa demanda? ^{União? Resposta bilipol?} Ambição... Saúde do Trabalhador...

Diversos atores: Controle Social

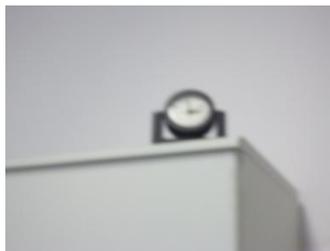
Atrás da folha ...



155

Saúde ...
 Tempo que não para ...
 Sempre para ... outro
 Sempre para ... alguém
 Sempre ~~alguma~~ ... ninguém nunca
 Tempo parado
 Tempo que é sempre
 o mesmo tempo ...
 Sempre ... que é o mesmo
 tempo ...
 Tempo ... que é o
 mesmo sempre ...

Tempo de pesquisa ...
 Tempo de reportar ...
 Suportar o tempo ... a pesquisa.
 Tempo-pesquisa.
 "Faz só dois meses que eu estou
 aqui" e já sei bastante coisa ..."
 "Trabalho na saúde há 35
 anos, no posto já fiz 12 anos" ...
 "Trabalho há onze anos no
 PSF e vou ser demitido ...".
 Trabalho Espaço Saúde
 Tempo Reforma
 Pesquisa Trabalhadores
 → No meio de tudo ... Alguém
 diz que o tempo não para ... pq
 "não tem nada para fazer"
 → O caso na PAN 3 ...
 é sobre isso que eu escreveria



Fotografia número 5

A ideia de escrever uma frase ou um parágrafo sobre algumas fotografias, para dar sentidos às imagens, surgiu em uma oficina com os trabalhadores do turno da tarde. O exercício proposto por eles foi potencializado pela pesquisadora que retomou a ideia em uma outra oficina, incentivando esta produção escrita, sendo que a pesquisadora também escolheu uma das fotografias para escrever. Este momento constitui uma apropriação das imagens e de seus usos por parte dos trabalhadores, distinto dos trabalhadores do turno da manhã. É interessante notar que nesses “escritos” fica reforçada a ênfase no ambiente, no espaço físico e nas condições precárias do ambulatório e suas possíveis influências no trabalho.

Para resumir, podemos pensar que os três conceitos transversais apresentados no início do percurso deste estudo, quais sejam, sujeito, ética e prática, potencializaram as problematizações e visibilidades provocadas pelos analisadores. Toda a trajetória da pesquisa consistiu em pensar as práticas como produzidas nos jogos de verdade que configuram modos de ser *sujeito* trabalhador da saúde, provocando a experiência que também transforma o pesquisador. Estas *práticas* indicam formas de lidar com o tempo e o trabalho no contexto da saúde pública, designando relações conservadoras, individuais e pouco reflexivas, em uma lógica predominantemente moral e prescritiva, na qual o ambiente de trabalho (como discurso) exerce grande influência. Neste contexto, a *ética* ou as *práticas reflexivas* parecem ligadas à lógica do mercado, na qual o tempo é reduzido ao dinheiro, e a produção fica submetida a esse ordenamento. Ao mesmo tempo, foi possível, a partir da imagem, tensionar as relações entre vazio e excesso, tempo e espaço, tempo e trabalho, fragmentação e passagem dando visibilidade às lógicas predominantes nestes modos de trabalhar. De forma sutil, os tensionamentos provocados produziram efeitos e problematizações, culminado em uma exposição fotográfica que deu visibilidade para as produções dos trabalhadores nas oficinas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Suportar um tempo de olhar... Talvez esta tenha sido a intervenção da pesquisa: sobre o olhar e sobre o tempo em relação aos modos de ver o trabalho e aos modos de trabalhar na saúde. A maior dificuldade e o maior desafio neste campo de práticas foi o de sustentar um tempo-espaco de produção de olhares, discursos e reflexões. Os trabalhadores pareciam muito ocupados em parecer estar ocupados; ocupados em mostrar-se em constante atividade, sem tempo para participar das oficinas, principalmente no turno da manhã. E o mais intrigante é que, nos mais diversos dias da semana ao longo de oito meses de acompanhamento destes trabalhadores, o posto estava quase sempre vazio, o que indicava que, provavelmente, havia tempo (cronológico) para participar...

Sobre a intervenção fotográfica, pode-se afirmar que os trabalhadores tomaram as fotografias, de forma geral, como expressão do referente, como cópia da realidade e representação do mundo, diferente da perspectiva da fotografia neste estudo. Neste sentido, a potência da pesquisa não foi colocada na problematização da imagem como produção, mas nos efeitos da imagem como intervenção, convocando a sustentação do olhar sobre o que foi fotografado, no contexto do trabalho em saúde, e a produção de reflexões sobre estas visibilidades.

O objetivo deste estudo consistiu em visibilizar a produção de sujeitos a partir da provocação de práticas reflexivas sobre os modos de trabalhar e sobre si mesmos, tensionando visibilidades e dizibilidades. Nesse sentido, destaca-se a metodologia escolhida como provocadora destes tensionamentos, problematizando não só o trabalho em saúde, mas a prática da pesquisa e do processo de pesquisar.

Os analisadores que ganharam visibilidade neste processo, dando a ver diferentes funcionamentos e provocando reflexões foram, principalmente: o tempo (e seus desdobramentos), a ênfase na prescrição como um ordenamento do trabalho, a fragmentação do trabalho e das relações, as “passagens”, a importância do espaço físico e a tensão com os enunciados (“entre”, “dentro”, “fora”), a exposição fotográfica e a divisão das oficinas entre manhã e tarde. As fotografias e as reflexões

sobre as imagens e sobre o trabalho identificaram a visibilidade das tensões entre os enunciados e o espaço, da importância da prescrição, das passagens, da fragmentação do trabalho e também do tempo como um elemento de análise que atravessou os modos de trabalhar e de pesquisar.

Este campo de pesquisa é constituído por uma complexidade de relações e atravessamentos políticos, institucionais e históricos, convocando um trabalho prolongado de acompanhamento e intervenção. Esta necessidade foi evidenciada, também, pelos pedidos de intervenção por parte da gestão e pela abertura desta para a realização de pesquisas no local. Uma pesquisa intervenção precisa de tempo para acontecer e problematizar os efeitos das práticas reflexivas produzidas nos encontros e nas oficinas. Este estudo se desenvolveu em um determinado tempo que pode ser considerado curto diante da multiplicidade de relações que o campo oferece. Talvez seja necessário mais tempo de intervenção, no sentido de possibilitar o desenvolvimento de um acompanhamento prolongado não só dos trabalhadores, mas também dos processos que ocorrem na gestão do serviço.

Do ponto de vista da análise da política pública como biopolítica, pode-se considerar que os trabalhadores operacionalizam e atualizam a biopolítica nas relações de trabalho na forma de um controle sobre a população embasado principalmente em mecanismos higienistas e de procedimentos ambulatoriais. Nesse sentido, os modos de sujeição estão ligados à execução correta de procedimentos, assiduidade, pontualidade, responsabilidade a fim de atualizar e operacionalizar esta regulação da população. Ao mesmo tempo, os próprios trabalhadores são controlados por esses mecanismos como agentes e sujeitos da biopolítica, que funciona como uma estratégia de governo de si e dos outros na regulação e controle do trabalho dos servidores.

Nesse contexto, o ambiente (espaço físico) evidencia-se como um elemento importante de atravessamento das tecnologias de poder e do controle sobre a população, marcando as relações entre os profissionais e entre estes e os usuários, o que foi visibilizado nas fotografias. Os sujeitos se confundem com o ambiente, (re)produzindo discursos instituídos em relação à precariedade das condições de

trabalho, fragmentação dos vínculos e estagnação dos processos de mudança, identificando poucas possibilidades de transformação destas situações

Passado algum tempo da finalização da intervenção, ao voltar ao ambulatório foi possível perceber mudanças importantes. A reforma foi concluída e transformou significativamente o ambiente: os espaços foram redistribuídos, as paredes foram pintadas, instalaram ventiladores e ar condicionado em diversas salas e nos corredores, a entrada da área 8 mudou (invertendo o fluxo anterior e separando o acesso dos usuários e da equipe) e foi criado um ambiente de lazer e descanso específico para a equipe. Além disso, estão ocorrendo reuniões de equipe semanalmente.

Inequivocamente, o ambiente como prática atravessa e tensiona as relações e os modos de trabalhar, pois, após estas mudanças, a sensação de estar neste local foi agradável e menos densa, quase um “convite” para sentar e ficar por ali. Resta saber como irão se agenciar as relações e circular os efeitos destas transformações, pois podemos entender a mudança realizada no espaço físico como uma “prática de liberação”. Por si só esta prática não garante a produção das “práticas de liberdade”; posto que estas últimas dependem de práticas reflexivas e tensionamentos constantes. Há que se provocar constantemente movimentos instituintes que problematizem as práticas, pois os modos de trabalhar criativos e produtivos constituem-se nas *reflexões* éticas sobre si mesmo e sobre o mundo.

REFERÊNCIAS

- ACIOLE, Giovanni Gurgel. **A saúde no Brasil: cartografias do público e do privado**. Campinas: Hucitec, 2006.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o Contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- AGUIAR, Katia Faria de; ROCHA, Marisa Lopes da. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2003, vol. 23, n.4, p. 64-73.
- ANTUNES, A.; GIL, G. As coisas. Intérpretes: Caetano Veloso e Gilberto Gil. In: CAETANO & GIL. **Tropicália 2**. Rio de Janeiro e Salvador: Polygram, p1993. 1 CD. Faixa 7.
- BAREMBLITT, Gregorio F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.
- BARROS, Regina Benevides de; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Da dor ao prazer no trabalho. In: SANTOS-FILHO, Serafim Barbosa; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Org. **Trabalhador da saúde muito prazer! : protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde**. Ijuí: UNIJUI, 2007.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BERGER, John. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1995.
- BRASIL. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da Família**. 2012. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/atencao_basica.php#saudedafamilia. Acesso em: 14.03.2012.
- CAROTTA, Flávia; KAWAMURA, Débora; SALAZAR, Janine. Educação permanente em saúde: uma estratégia de gestão para pensar, refletir e construir práticas educativas e processos de trabalhos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, 2011.
- CARROLL, Lewis. 1832-1898. **Alice: edição comentada** / Lewis Carroll; ilustrações originais, John Tenniel; introdução e notas, Martin Gardner; tradução, Maria Luiza X. de A. Borges. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CECCIM, Ricardo Burg; ARMANI, Teresa Borgert; ROCHA, Cristianne Famer. O que dizem a legislação e o controle social em saúde sobre a formação de recursos humanos e o papel dos gestores públicos, no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 7, n. 2, 2002.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. **Ética**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005a.

_____. **A imagem-tempo: cinema 2**. São Paulo: Brasiliense, 2005b.

_____. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana: cinco textos e uma entrevista de Gilles Deleuze**. Lisboa: Passagens, 1996. p. 83-96.

DIAS, Maria Dionísia do Amaral; BERTOLINI, Grazielle Cristina dos Santos; PIMENTA, Aparecida Linhares. Saúde do trabalhador na atenção básica: análise a partir de uma experiência municipal. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jun. 2011.

DIMENSTEIN, Magda. Micropolíticas dos afetos: reinventando a participação e o controle social em saúde. In: ROSA, Edinete Maria (Org.) et al. **Psicologia e saúde: desafios às políticas públicas no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula; SILVA, Jacinta de Fátima Senna da; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. **A construção do SUS: Histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010a. p. 243-276.

_____. A governamentalidade. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010b. p. 277-293.

_____. O sujeito e o poder. 1982. In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ª. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c. p. 273-295.

_____. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. 1983. In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010d. p. 296-342.

_____. **História da sexualidade**. 19. ed., v. 1. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **História da sexualidade**. 9. ed., v. 3. O cuidado de si. São Paulo: Graal, 2007.

_____. A Escrita de Si. 1983. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. Série: Ditos & Escritos V. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. p. 144-162.

_____. O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si. 1983. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. Série: Ditos & Escritos V. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 192-217.

_____. Polêmica, Política e Problematizações. 1984. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. Série: Ditos & Escritos V. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. p. 225-233.

_____. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006d.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A coragem da verdade**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. A poeira e a nuvem. 1980. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Série: Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a. p. 323-334.

_____. Mesa-redonda em 20 de Maio de 1978. 1980. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Série: Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b. p. 335-351.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Foucault. 1984. In: FOUCAULT, Michel. **Obras essenciais: Estética, Ética y Hermenêutica**. Série: Dits et écrits. Espanhol. Barcelona: Paidós, 1999. 3 v.: il. p. 363-368.

_____. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997a.

_____. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997b.

_____. La ética del cuidado de uno mismo como práctica de la libertad. 1984. In: FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica del sujeto**. La Plata: Editorial Altamira, 1996. p. 93 -125.

_____. **História da Sexualidade: O uso dos prazeres**. v. 2. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

_____. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós Ibérica. 1990.

GUATTARI, Felix. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LOURAU, René. **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

LEPLAT, J. & HOC, J.-M. Tache et activité dans l'analyse psychologique de situations. **Cahiers de Psychologie Cognitive**, 311. 1983. p. 49-63.

MERHY, Emerson Elias. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo em ato**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

NARDI, Henrique Caetano. **Ética, Trabalho e Subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NICOLETTO, Sônia Cristina Stefano et al. Polos de educação permanente em saúde: uma análise da vivência dos atores sociais no norte do Paraná. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 13, n. 30, set. 2009.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

PEDUZZI, Marina et al. Atividades educativas de trabalhadores na atenção primária: concepções de educação permanente e de educação continuada em saúde presentes no cotidiano de Unidades Básicas de Saúde em São Paulo. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 13, n. 30, set. 2009.

PELBART, Peter Pál. **O tempo não-reconciliado: imagens de tempo em Deleuze**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 1998.

RAUTER, Cristina. **Direções para uma clínica do esquecimento**. Revista do Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro – UFF, v.7, nº 1, pp. 81-85, 1995.

ROLNIK, Suely Belinha. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: Sulina, 2006.

SILVA, Claudia Osório da. As ações de saúde do trabalhador como dispositivo de intervenção nas relações de trabalho. In: ROSA, Edinete Maria (Org.) et al. **Psicologia e saúde: desafios às políticas públicas no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2007.

SILVA, Cristiane A. Fernandes da. A gestão de si na reinvenção das normas: práticas e subjetividade no trabalho. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, dez. 2008.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial. In: **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TITTONI, Jaqueline (Org.). **Psicologia e fotografia: Experiências em intervenções fotográficas**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2009.

_____. **Trabalho, poder e sujeição: trajetórias entre o emprego, o desemprego e os "novos" modos de trabalhar**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.